

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ANNELISE FAUSTINO DA COSTA

**COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ: O DISCURSO DA
MINUSTAH NO HAITI (2004-2011)**

MARÍLIA

2017

ANNELISE FAUSTINO DA COSTA

**COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ: O DISCURSO
DA MINUSTAH NO HAITI (2004-2011)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”-UNESP, Câmpus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar

MARÍLIA

2017

Costa, Annelise Faustino da.

C837c Comunicação social nas operações de paz: o discurso da MINUSTAH no Haiti (2004-2011) / Annelise Faustino da Costa. – Marília, 2017.

164 f. ; 30 cm.

Orientador: Sérgio Luiz Cruz Aguilar.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências, 2017.

Bibliografia: f. 142-164

1. Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti. 2. Nações Unidas. 3. Comunicação de massa. I. Título.

CDD 341.584

ANNELISE FAUSTINO DA COSTA

**COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ: O DISCURSO DA
MINUSTAH NO HAITI (2004-2011)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”- UNESP, Câmpus de Marília, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de Pesquisa: Relações Internacionais e Desenvolvimento

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Luiz Cruz Aguilar
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília

Prof. Dr. Luis Antonio Francisco de Souza
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Câmpus de Marília

Prof. Dr. Áureo Busetto
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Ciências e Letras, Câmpus de Assis

Marília, 22 de fevereiro de 2017.

AGRADECIMENTOS

E outra etapa da vida chega ao fim. O término do mestrado. Este, que me forneceu um valor muito maior que a titulação. Um valor de aprendizado, amadurecimento, conquistas e alegrias. Para conseguir chegar ao seu fim, pessoas importantes, com certeza, foram essenciais.

Agradeço, em primeiro lugar, ao meu orientador e amigo Aguilar, que me forneceu apoio desde o ano de 2012. Sem dúvida, devo grande parte disso a ele, que sempre foi simples, acessível, aberto, detalhista e motivador. Com suas correções, observações, comentários, críticas e sugestões, pude aprender e crescer muito, sempre.

Agradeço, com certeza, aos meus pais, que sempre estiveram comigo durante todos esses anos, acompanhando meus sonhos e ideias, com o constante incentivo e auxílio para eu me realizar nos estudos e na vida. Gratidão é palavra pequena.

Ao meu namorado, que mesmo estando distante fisicamente, em parte do tempo, sempre esteve comigo de todas as formas, apoiando-me, motivando-me e compreendendo meus sonhos e ideias. Fazendo-me ver as coisas, na vida, de outra forma, e a repensar outras tantas. Que as nossas alegrias permaneçam para sempre.

À minha família, que sempre esteve comigo, desde os primeiros passos, fornecendo-me ajuda, quando necessário, e proporcionando momentos bons, sendo sempre compreensiva, amorosa e motivadora.

Aos meus amigos e amigas que estiveram presentes durante esse momento. Em especial à Angélica, com quem dividi muitas risadas, dúvidas, inquietações, agonias, fatos cotidianos e medos; e por quem nutri uma grande amizade durante boa parte de minha vivência em Marília.

À Noelli, com quem compartilhei, por muito tempo, os locais em que vivi em Marília. E que, apesar de sermos muito diferentes, sempre nos demos muito bem. Agradeço muito por me ouvir, pelos conselhos dados, pela ajuda e motivação.

A grandes pessoas que passaram por essa faculdade e foram embora da cidade em um momento que, com certeza, foram, e são, muito especiais, como Naiara, Alessandra, Thassio, Janaína, Renata, Thaís e Franciele.

Aos funcionários e funcionárias da faculdade, que sempre me auxiliaram, foram prestativos, demonstraram alegria e mantiveram o câmpus organizado.

Aos professores e professoras que me deram aula durante a graduação e no mestrado, os quais foram muito importantes, sem dúvida. Em especial ao Jair, à Noêmia, Valéria, Corsi, Edemir, e Paulo Cunha.

E aos professores deste dia de defesa: Luis Antonio, que acompanhou meu trabalho desde a monografia, fornecendo grandes críticas e ideias para que o mesmo se concretizasse; e ao professor Áureo, a quem admiro pelos seus trabalhos.

E, por fim, à Capes, que me forneceu bolsa durante o mestrado sanduíche que realizei, em 2015, na Argentina, e para o último ano do mestrado; os quais, sem dúvida, foram muito importantes para a conclusão deste projeto.

RESUMO

Este trabalho, de natureza bibliográfica e documental, teve como objetivo principal analisar a comunicação social da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH). Buscou-se verificar como a operação de paz tentou transmitir uma imagem ideal que auxiliasse o cumprimento de seus objetivos e como ela foi apresentada por três canais da mídia haitiana (*Haiti en Marche*, *Le Nouvelliste*, *Alterpresse*), e, conseqüentemente, a uma parcela do público haitiano, durante os anos de 2004 a 2011. A pesquisa partiu da hipótese que a MINUSTAH buscou estabelecer dinâmicas de comunicação social ao longo de sua atuação no Haiti, as quais, apesar de serem centrais para suas ações, se mostraram limitadas. A pesquisa utilizou documentos, papers, matérias veiculadas pela imprensa, livros e relatórios de organizações de direitos humanos. O resultado é apresentado em capítulos que representam as fases da MINUSTAH, e em cada uma delas contrapõe as ações e produções de comunicação social com as notícias apresentadas nos canais midiáticos citados acima. No final, apresentamos considerações sobre a convergência ou divergência dos dois discursos, atuação da MINUSTAH e a importância da comunicação social para cada fase da operação. A pesquisa permitiu concluir que os três órgãos haitianos foram em grande parte críticos com a MINUSTAH, e que a mesma, apesar de conquistas, apresentou problemas em sua atuação no Haiti. No entanto, a presença da Organização das Nações Unidas foi fundamental para conter a violência e proporcionar mudanças políticas, sociais e econômicas no país.

Palavras-chave: ONU. MINUSTAH. Haiti. Comunicação social.

ABSTRACT

This work, of bibliographical and documentary nature, had as main objective to analyze the public information of the United Nations Stabilization Mission in Haiti (MINUSTAH). It was sought to verify how the peacekeeping operation tried to transmit an ideal image that would aid the fulfillment of its objectives and how it was presented by three channels of the Haitian media (*Haiti en Marche*, *Le Nouvelliste*, *Alterpresse*), and, consequently, to a portion of the Haitian public, during the years 2004 to 2011. The research started from the hypothesis that MINUSTAH sought to establish public information dynamics throughout its activities in Haiti, which, although central to its actions, was limited. The research used documents, articles, press materials, books and reports from human rights organizations. The result is presented in chapters that represent the phases of MINUSTAH, and in each one of them opposes the actions and productions of public information with the news presented in the media channels mentioned above. In the end, we present considerations about the convergence or divergence of the two speeches, MINUSTAH's performance and the importance of public information for each phase of the operation. The research concluded that the three Haitian agencies were largely critical of MINUSTAH, and that despite their achievements, MINUSTAH presented problems in its work in Haiti. However, the presence of the United Nations was instrumental in containing the violence and providing political, social and economic changes in the country.

Keywords: ONU. MINUSTAH. Haiti. Public Information.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|-----|
| Figura 1 – Organograma da MINUSTAH - 2005..... | 29 |
| Figura 2- Estrutura da Comunicação Social da MINUSTAH..... | 32 |
| Figura 3- Imagem da desmobilização dos ex-militares para o desfile armado..... | 42 |
| Figura 4- Imagem sobre haitianos esperando desfile armado..... | 43 |
| Figura 5- Programa <i>Vote Fanm</i> em comunicado de imprensa..... | 47 |
| Figura 6 - Publicação sobre onda de violência no país no início de 2006..... | 50 |
| Figura 7 - Publicação do jornal <i>Haiti en Marche</i> sobre o desastre <i>Jeanne</i> em <i>Gonaïves</i> | 58 |
| Figura 8 - Fotos do Programa <i>Kite Jèn Yo Pale</i> | 62 |
| Figura 9 – Imagem de treinamento haitiano com oficiais jordanianos na Academia de Polícia..... | 70 |
| Figura 10 – Publicação sobre fóruns de discussão no Haiti..... | 76 |
| Figura 11- Publicação do jornal <i>Haiti en Marche</i> sobre a atuação da MINUSTAH nas manifestações de abril de 2008..... | 79 |
| Figura 12 – Publicação sobre as eleições para o Senado 2009..... | 81 |
| Figura 13 – Publicação do CPIO sobre os seminários de direitos humanos aos oficiais de justiça em junho de 2006..... | 84 |
| Figura 14- Publicação do jornal <i>Haiti en marche</i> sobre a luta contra os sequestros em 2008..... | 90 |
| Figura 15- Publicação referente ao seminário de capacitação de jornalistas haitianos realizado pelo CPIO em junho de 2006..... | 96 |
| Figura 16- Situação de um bairro em Porto Príncipe pós-terremoto..... | 106 |
| Figura 17- Exemplos de publicações sobre o terremoto de janeiro de 2010..... | 109 |
| Figura 18- Um Abrigo humanitário após o terremoto..... | 111 |
| Figura 19- Publicação do <i>Haiti en marche</i> sobre <i>Léogane</i> | 112 |
| Figura 20- Aplicação do programa trabalho por dinheiro em <i>Carrefour Feuille</i> | 116 |
| Figura 21- Exemplo de operação de segurança..... | 119 |
| Figura 22- Exemplo de projeto de RVC..... | 120 |
| Figura 23- Publicação sobre um ano pós-terremoto..... | 131 |

LISTA DE SIGLAS

Acisos- Ações cívico-sociais

ACNUDH- Alto Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos

ARV- anti-retrovirais

ASSON- *Association de solidarité nationale des personnes vivant avec le VIH/SIDA*

BPM- *Brigade de protection pour des Mineurs*

CARICOM- *Caribbean Community*

CARLI- *Comité des Avocats pour le Respect des Libertés individuelles*

CDCs- Comitês para o Desenvolvimento Comunitário

CEP- Conselho Provisório Eleitoral

CNDDR- Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

CPIO- *Communications and Public Information Office*

CPVDs- Comitês para a Prevenção da Violência e para o Desenvolvimento

CCOMSEX- Centro de Comunicação Social do Exército

CS- Conselho de Segurança

DDR- Desarmamento, Desmobilização e Reintegração

DPKO- *Department of Peacekeeping Operations*

DSRSG- *Deputy Special Representative of the Secretary General*

ENDK- *Enfòmasyon Nou Dwekönnen*

FAO- *Food and Agriculture organization of the United Nations*

FAH- Forças Armadas do Haiti

FC- *Force Commander*

FIFA- *Fédération Internationale de Football Association*

GARR- *Groupe d'appui aux Repatriés y Réfugiés*

HCRE- *Hôpital Communautaire de Référence de l'Estère*

HSI- *Initiative de Stabilisation pour Haïti*

IHSI- Instituto Haitiano de Estatística e Informação

IMS- International Media Support

MCFDF- *Ministere de la Condition Feminine et du Droit des Femmes*

MICAH- *International Civilian Support Mission in Haiti*

MICIVIH- *International Civilian Mission in Haiti*

MIF- *Multinational Interim Force*

MINUSTAH- *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti*

MIPONUH- *United Nations Civilian Police Mission in Haiti*

MMCs- *Multi-Media Centers*

MPIO- *Military Public Information Office*

MSF- *Médecins Sans Frontières*

MSPP- *Ministère de la Santé Publique et de la Population*

OCHA- *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs*

OEA- *Organização dos Estados Americanos*

OIT- *Organização Internacional do Trabalho*

ONGs- *Organizações não governamentais*

ONU- *Organização das Nações Unidas*

OMS- *Organização Mundial da Saúde*

OPAS- *Organização Pan- Americana de Saúde*

PAM- *Programa Alimentar Mundial*

PIB- *Produto Interno Bruto*

PNH- *Polícia Nacional Haitiana*

PNUD- *Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento*

PARDH- *Plano de Ação para Reconstrução e Desenvolvimento do Haïti*

PRPNH- *Plano de Reforma da Polícia Nacional Haitiana*

QIPs- *Quick Impact Projects*

RESG- *Representante Especial do Secretário Geral do da ONU*

RNDDH- *Réseau National de Défense des Droits humains*

RNH- *Radio Nationale d'Haïti*

RVC- *Redução da Violência na Comunidade*

SOG- *Soins Obstétricaux Gratuits*

SRGS- *Special Representative of the Secretary General*

UNAIDS- *Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS*

UNESCO- *Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura*

UNFPA- *Fundo de População das Nações Unidas*

UNICEF- *United Nations Children's Fund*

UNIFEM- *Fundo das Nações Unidas para a Mulher*

UNMIH- *United Nations Mission in Haiti*

UNSMIH- *United Nations Support Mission in Haiti*

UNTMIH- *United Nations Transition Mission in Haiti*

UNOPS- *United Nations Office for Project Services*

UNPOL- *United Nations Police*

USAID- *United States Agency for International Development*

WASH- *Water Sanitation and Hygiene Cluster*

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 13 |
| CAPÍTULO 1- A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ E O HAITI..... | 19 |
| 1.1 A ONU e a Comunicação Social em suas operações de paz..... | 19 |
| 1.2 O Haiti..... | 23 |
| 1.3 A MINUSTAH e a Comunicação Social..... | 27 |
| CAPÍTULO 2- O INÍCIO DA MISSÃO..... | 36 |
| 2.1 Manutenção da ordem e da segurança..... | 37 |
| 2.2 Estabilização política e governança..... | 45 |
| 2.3 Direitos humanos..... | 51 |
| 2.4 Desenvolvimento econômico e social..... | 56 |
| 2.5 Considerações sobre a 1ª fase..... | 63 |
| CAPÍTULO 3- A MINUSTAH COM PRÉVAL NO PODER..... | 66 |
| 3.1 Manutenção da ordem e da segurança..... | 67 |
| 3.2 Estabilização política e governança..... | 75 |
| 3.3 Direitos humanos..... | 82 |
| 3.4 Desenvolvimento econômico e social..... | 93 |
| 3.5 Considerações sobre a 2ª fase..... | 101 |
| CAPÍTULO 4- A MINUSTAH E A CRISE DO TERREMOTO..... | 106 |
| 4.1 Assistência humanitária..... | 108 |
| 4.2 Manutenção da ordem e da segurança..... | 117 |
| 4.3 Direitos humanos..... | 122 |
| 4.4 Política e Desenvolvimento..... | 127 |
| 4.5 Considerações sobre a 3ª fase..... | 131 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 136 |
| REFERÊNCIAS..... | 142 |

INTRODUÇÃO

A comunicação social pode ser conceituada como: “[...] Comunicação dirigida a um grande público (relativamente numeroso, heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, e a partir de uma fonte organizada (geralmente ampla e complexa).” (RABAÇA; BARBOSA, 2002, p. 172). Essas fontes organizadas difundem a comunicação, normalmente, por meio de atividades de jornalismo, indústrias de entretenimento, publicidade e propaganda, relações públicas, marketing e informações públicas (SOUSA, 2006), e, para isso, necessitam de técnicas, artes, meios, formas de linguagem e instrumentos, como a mídia.

Pode-se observar, no cotidiano da sociedade, que esses meios são um importante fator nas relações sociais, na construção e compartilhamento de ideias e atitudes. Ao longo da história, obtiveram cada vez mais funcionalidade no cenário social com crescente evolução técnica e das formas de organização, que possibilitaram alcance e formas de uso cada vez maiores pela sociedade.

Em um mundo onde a visibilidade e a repercussão da imagem são cruciais para obtenção de sucesso, sua utilização é essencial para indivíduos e instituições conseguirem seus objetivos. Com atos, discursos, ilustrações, signos, mecanismos linguísticos, estratégias discursivas, o indivíduo, ou a instituição, tenta manter, por meio da comunicação social, uma visão determinada diante de seu público, buscando assim o convencimento, adesão, moção e reconhecimento para suas ideias, ações e movimentos. Os receptores, situados em seus respectivos contextos, captam essas informações difundidas, compartilham e interpretam-nas a seu modo, assim constituindo uma imagem pública do elemento (MARQUES; SILVA, 2009).

Com o objetivo de atuar no sistema de segurança coletiva, a Organização das Nações Unidas (ONU) iniciou as operações de paz, e, até hoje, implementou 71 delas ao redor do mundo. Ao longo da sua história, com a alteração da natureza dos conflitos, as missões tiveram de incorporar novas formas necessárias para atingirem seus objetivos. Logo, as operações necessitaram de uma combinação de áreas de trabalhos distintas para o efetivo trabalho de consolidação da paz em um território em conflito ou pós-conflito. Um desses elementos, para auxiliar seus trabalhos, é a comunicação social. Uma Organização Internacional, como a ONU, necessita de algo que possibilite a construção de uma boa

imagem, viabilize suas ações, torne públicas as informações necessárias e reproduza o seu discurso para os mecanismos em que atua, como as operações de paz.

O Haiti pode ser considerado como um exemplo em que a implementação dos meios de comunicação social auxiliou uma operação de paz. O país tem uma história trágica, com diversos momentos de intervenção estrangeira. Não possui, por variadas razões, um Estado forte o suficiente para dar condições mínimas dignas à sua população. No ano de 2003, um contexto de instabilidade social, política e econômica gerou uma grande onda de violência no país que requisitou ajuda externa, o que resultou na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - *Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti* (MINUSTAH), instituída no ano de 2004 e presente até os dias atuais. No caso desse trabalho, focamos até o início do ano de 2011, dividindo a Missão em três fases, de acordo com os direcionamentos principais em cada período, sendo “Início da MINUSTAH”, “A MINUSTAH e o Governo de Préval”, e “A MINUSTAH e a crise do terremoto”.

No início da Missão, com a situação de grande fragilidade, a operação buscou atuar mais em operações policiais e militares para a tentativa de manutenção da ordem e segurança. Garantido isso, buscou-se organizar e promover o processo de eleição democrática no país, que culminou com a vitória de René Préval em 2006. Logo em seguida, buscou-se estabelecer a segurança da governabilidade, tentando garantir a estabilidade interna e a reconstrução do Estado, com estímulo em setores de políticas públicas (AGUILAR, 2012).

Até 2009, progressos foram conquistados principalmente na área de segurança, mas muito ainda era necessário para o país proporcionar condições mínimas para seus cidadãos. Em janeiro de 2010, uma grande tragédia “aterrorizou” o país: o terremoto, chamando atenção do mundo, que se uniu à MINUSTAH para o fornecimento de assistência humanitária. O auxílio resultou em boas práticas, mas não o suficiente, uma vez que o país precisava de uma reconstrução efetiva!

A MINUSTAH é uma operação complexa, que tem como grande objetivo a construção de um novo Estado no Haiti. Possui o componente militar, civil e policial, e, para a sua organização, é composta por uma estrutura de seções e departamentos especializados em cada área, com suas devidas interligações e subordinações. A comunicação social está presente nos três componentes. O departamento principal faz parte do componente civil e é interligado diretamente ao Representante Especial do Secretário Geral, e os demais estão localizados nos componentes militar e policial. Os três componentes possuem um centro principal de comunicação social, e seções correspondentes em unidades específicas. Contudo,

não só a ONU produz informações em larga escala no país, que possui uma mídia nacional, que também transmite mensagens de acordo com seus interesses.

A MINUSTAH, por meio de seus centros e canais midiáticos estabelecidos, reproduz seu discurso diante da população e da mídia nacional, que também transmite mensagens de acordo com seus interesses. Contudo, “[...] é um erro acreditar que as imagens ficam armazenadas na mente como fotografias em caixas de sapatos [...]”, que simplesmente os indivíduos recebem e acatam as mensagens naqueles moldes, e em todos os casos (OLIVEIRA, 2009, p. 13). A mídia nacional, com seus variados canais, então interage com discurso recebido, transmitindo-o novamente para a população de forma igual ou reformulada. Assim, a comunicação social da Missão, se utiliza e se confronta com a mídia nacional na transmissão das informações que podem ser condizentes ou não com seu discurso e objetivos. Ambas são constituídas de poder e interesses e buscam prevalecer seu discurso sobre o haitiano.

Agostinho narrou:

O emprego da comunicação [em uma operação de paz] considera a necessidade de serem adotados cuidados mais específicos relacionados ao público-alvo das mensagens, pois peculiaridades da cultura, religião e idioma devem ser levadas em consideração no planejamento da comunicação. Deve ser produzido um mailing para facilitar um possível contato posterior. O diagnóstico comunicacional também deve levar em consideração os atores relevantes como líderes locais e de comunidades, contatos governamentais e personalidades públicas. (AGOSTINHO, 2011, p. 7).

Logo, a MINUSTAH deveria utilizar critérios adequados para produzir e levar a sua imagem para os públicos receptores, por meio da mídia haitiana. Nesse quadro, surgiram perguntas que instigaram a pesquisa.

Como a MINUSTAH utilizou a comunicação social em prol da operação? Qual a imagem que buscou repassar? Como a mídia haitiana retratou a operação de paz MINUSTAH em seu país? A MINUSTAH conseguiu construir uma boa imagem diante da mídia haitiana? Qual imagem seria recebida pela população haitiana da MINUSTAH?

A autora desenvolveu, durante a graduação de Ciências Sociais, um projeto de iniciação científica, financiada pela FAPESP, nomeado Mídia-Recurso para um fim: o caso da MINUSTAH no Haiti, ligado ao tema proposto, que permitiu entender: a mídia e o seu poder simbólico; o histórico, constituição, representação e poder no sistema internacional da Organização das Nações Unidas e das operações de paz; a constituição histórica do Haiti e suas características sociais e culturais; a operação de paz no Haiti e suas principais fases, atividades e organização; e a utilização e importância da comunicação social, com foco na

utilização da comunicação social pelo Batalhão Brasileiro da MINUSTAH. A pesquisa resultou em trabalho de conclusão de curso, apresentado em 2014¹.

A pesquisa recente possuiu como fim principal compreender se os dois discursos sobre a operação de paz, da ONU e da mídia haitiana, entre 2004 a 2011, convergiram ou não e, com isso, verificar a capacidade da comunicação social da MINUSTAH, em transmitir uma imagem ideal diante dos canais de mídia nacional utilizados como fontes e, conseqüentemente, atingir uma parcela do público haitiano, com o fim de auxiliar no cumprimento de seus objetivos. Do mesmo modo, buscou compreender a forma de utilização da comunicação social nas atividades da operação, e os principais progressos e problemas enfrentados pela Missão no Haiti.

A pesquisa partiu da hipótese que a MINUSTAH buscou estabelecer dinâmicas de comunicação social ao longo de sua atuação no Haiti, as quais, apesar de serem centrais para suas ações, se mostraram limitadas.

O trabalho foi de caráter bibliográfico e documental, com a utilização de fontes primárias e secundárias, nacionais e estrangeiras; como documentos, papers, matérias veiculadas pela imprensa, livros e relatórios de organizações de direitos humanos.

Para o estudo do discurso da MINUSTAH sobre si, foram utilizados documentos das Nações Unidas e produtos dos canais midiáticos da operação de paz, disponibilizados por meio eletrônico, em páginas web vinculadas. Destacamos, no entanto, que houve um pouco de dificuldade no acesso dessas atualizações, que somente eram acessíveis no meio eletrônico, em grande maioria, a partir de 2010. Para buscar resolver esse problema, foi efetuado contato, por meio de correio eletrônico, com a representante do escritório do componente civil de comunicação social, com o fim de conseguir mais dessas atualizações dos produtos, e respostas a questionários elaborados para melhor compreender as questões da comunicação social. No entanto, mesmo com o longo período de tempo de insistência da autora, a comunicação não obteve êxito, pois o fornecimento dessas questões era constantemente adiado nas respostas da representante, não sendo conseguido por fim. Esse fato repercutiu, em parte, na elaboração da descrição dos discursos.

Para a mídia nacional haitiana, também encontramos problemas no acesso de seus produtos, que não eram disponibilizados com suas atualizações em grande parte no meio eletrônico (principalmente para os anos iniciais da Missão), tendo em vista a precariedade do sistema naquele país. Assim, os produtos foram escolhidos principalmente pela acessibilidade

¹ Ver COSTA, 2014.

e viabilidade, sendo o jornal *Le Nouvelliste*, jornal *Haiti en Marche* e agência de notícias eletrônica *Alterpresse*. Destaca-se que o primeiro é o único jornal diário do país, sendo considerado o mais importante (INFOASID, 2012).

Essa análise do discurso da Missão, a partir dos produtos da mídia impressa e eletrônica do país, não considera, no entanto, ser uma visão abrangente sobre a mídia nacional, pois o país possui uma variedade de canais, e os analisados, no caso, são direcionados principalmente para uma pequena parcela do público haitiano, a dos “privilegiados”, tendo em vista que o país possui um alto índice de analfabetismo² e baixos índices de acesso à internet. No entanto, esses produtos não deixam de ser influentes para os outros públicos do país, pois outros meios, como o rádio³, se utilizam de suas notícias, como relatado pela Instituição Infoasid (2012) e observado na análise.

Para a análise do objetivo principal de convergência dos discursos, buscamos relacionar o discurso da MINUSTAH sobre suas atividades; com o discurso de três canais da mídia haitiana, durante as três fases da Missão, em quatro eixos, designados de acordo com os objetivos principais da MINUSTAH– de manutenção da ordem e da segurança, estabilização política e governança, direitos humanos, e desenvolvimento econômico e social. Com isso, pudemos verificar, a atuação da MINUSTAH, no Haiti, e as formas de utilização da comunicação social em suas ações.

Dessa forma, a pesquisa foi estruturada em 4 capítulos. O primeiro, denominado “A Comunicação social nas operações de paz e o Haiti”, expõe sobre a Organização das Nações Unidas e a necessidade da comunicação social para seu discurso nas operações de paz; apresenta um resumo da história do Haiti, com seus pontos principais, demonstrando os fatores para a sua condição atual e as causas que levaram à ajuda externa; e, por fim, descreve a MINUSTAH, sua composição e estrutura, e a organização da comunicação social, com seus principais meios e centros de multimídia.

No segundo, terceiro e quarto capítulos, apresentamos as três fases da Missão, com exemplos de atividades principais da ONU no país, levadas em consideração por sua relação com o trabalho de pesquisa. Destacamos que a divisão em fases não é oficial, mas foi feita pela autora de acordo com o foco das atividades da MINUSTAH e para auxiliar a análise

² Cerca de 49% da população era analfabeta (RÉGIS, 2008).

³ O rádio atinge o maior público no país e é o meio mais popular de notícias e informações, por ser um meio de fácil compartilhamento, baixo custo e com serventia para analfabetos. Uma pesquisa feita com 4.907 pessoas do país revelou que 96% dessas ouviam rádio todos os dias, 83,7% disseram ser sua fonte preferida de informação, e 58,8% consideravam esse meio o mais confiável (NELSON; SIGAL; ZAMBRANO, 2010; INFOASID, 2012).

proposta. Da mesma forma, a divisão das fases em quatro eixos tem um caráter didático e foi definida com base nos principais campos de atuação da MINUSTAH para cumprimento do mandato imposto pelo Conselho de Segurança da ONU.

Em cada um desses capítulos apresentamos: um resumo introdutório; uma exposição das principais atividades nos quatro eixos- de manutenção da ordem e da segurança, estabilização política e governança, direitos humanos, e desenvolvimento econômico e social, dos produtos da comunicação social da MINUSTAH e de sua reprodução pela mídia haitiana; e considerações sobre o discurso da MINUSTAH e da mídia haitiana em cada período e o nível de convergência ou divergência entre eles. No capítulo 4, fizemos uma diferenciação nos eixos de atividades da Missão em razão do foco prioritário ter sido direcionado para a assistência humanitária, em razão da catástrofe do terremoto de 2010.

Por fim, apresentamos as considerações finais, relacionando as partes do trabalho e apresentando as principais conclusões da pesquisa realizada.

CAPÍTULO 1- A COMUNICAÇÃO SOCIAL NAS OPERAÇÕES DE PAZ E O HAITI

A Organização das Nações Unidas é uma Organização de nações soberanas, composta atualmente por 193 Estados-membros, dotada de uma estrutura com capacidade de intervir na procura de soluções em conflitos ou problemas da humanidade (CHAUMONT, 1992 apud XAVIER, 2007). Com o objetivo principal de manutenção da paz e segurança internacional, ao longo de sua história, contribuiu com o desenvolvimento de vários países em questões como educação, saúde, política, economia, segurança, entre outras.

Um de seus principais mecanismos para a segurança coletiva são as operações de paz, que iniciadas em 1947, já possuiu 71 versões. As operações evoluíram de acordo com a necessidade dos conflitos e panoramas políticos.

1.1 A ONU e a Comunicação Social em suas operações de paz

As operações de paz da ONU se iniciam quando o Conselho de Segurança (CS) das Nações Unidas “[...] se empenha em buscar uma solução político-militar favorável ao encerramento de um conflito, que tenha atingido determinado estágio de agressão, colocando em risco a paz e a segurança internacionais.” (CCOMSEX, 2009, p. 20).

O CS, após avaliar o contexto e condições do local, e determinar que a melhor solução é uma operação de paz, autoriza formalmente mediante à adoção de uma Resolução, na qual cria e estabelece o mandato de uma operação, detalhando as tarefas futuras a se realizar. Após criada, o Secretário-Geral confere o comando operacional a um Representante Especial, assim como nomeia um Comandante da Força- *Force Commander* (FC), O Comissário de Polícia e civis de alto nível para chefiarem as diversas seções da operação (NACIONES UNIDAS, 2013).

O Departamento de Operações de Manutenção da Paz - *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO), formado em 1992, com o fim de atender a todas as demandas propostas pelo Secretário Geral, é o responsável por planejar, preparar e direcionar as operações de paz, orientadas pelo Conselho de Segurança (ARAÚJO, [20--]).

Cabe aos Estados-membros fornecer o aparato necessário para uma operação de paz, como auxílio econômico, pessoal e armamento. Logo, uma operação somente é realizada com o consenso e cooperação dos Estados-membros permanentes do Conselho de Segurança, sendo reflexo de sua situação e ambição política e social (MARTINS, 2016).

No entanto, o mundo ainda carece de realizações essenciais, e muitos problemas e conflitos armados intensificam-se em diferentes partes, o que revela muitas vezes a incapacidade da Organização em sua estrutura e projetos (AZEVEDO; OLIVEIRA, 2015).

A Organização já foi alvo de variadas críticas relacionadas à sua eficácia. As principais são para seu Conselho de Segurança, instância decisória de maior importância, formada por um número restrito de países, sendo: cinco membros permanentes (Estados Unidos da América, Rússia, Reino Unido, França e China), e dez não permanentes, escolhidos por sua Assembleia Geral a cada dois anos. Os permanentes possuem o direito lisonjeado de veto por qualquer decisão no Conselho, conseguindo assim bloquear qualquer mecanismo, configurando então seus interesses e grande poder nas Nações Unidas.

[...] nenhuma decisão do Conselho de Segurança poderá ser tomada contra um dos cinco membros permanentes. A partir do momento que um dos cinco se envolvem em algum tipo de litígio em algum tipo de ameaça à paz, evidentemente, ele irá impedir que algum tipo de solução seja tomada pelo Conselho exercendo seu direito de veto. (SEITENFUS, 2005, p.176).

Esse sistema, presente desde a fundação da Organização, entra em choque com a realidade atual, não representando muitas vezes a intenção da maioria de seus 193 Estados-membros, dificultando ações justas e de equilíbrio, impondo assim um caráter de dependência e caracterização da Organização com seus membros mais influentes, tornando-a um meio de poder central (SILVEIRA, 2007).

Atualmente 16 operações, em três continentes, encontram-se em andamento. Somando-se o número de militares armados, policiais, observadores militares, funcionários internacionais, contratados locais e voluntários das Nações Unidas, o número total de pessoas, trabalhando para as operações de paz, era de 118.792 em 2016 (UN, 2016b).

Quando se institui uma operação de paz, “[...] uma das primeiras ações é garantir que a sua presença seja compreendida tanto pelos civis quanto pelos governantes.”. Além disso, nas operações de construção da paz é imprescindível e fundamental para seu sucesso “[...] que a população local se torne engajada no processo.” (FERNANDES; OLIVEIRA; SANTOS, [2011?] p. 407). Logo, um discurso conveniente, e bem propagado da Organização, é necessário para colocar ordem e ter condições para seu progresso.

Assim, em uma operação de paz complexa que realiza atividades em vários âmbitos, e necessita de um apoio das variadas partes envolvidas, um programa de informação pública se faz necessário para “[...] explicar o mandato da operação para a população local, meios de comunicação locais e internacionais, a comunidade de doadores, os Estados-Membros,

agências, fundos e programas do sistema das Nações Unidas e organizações não governamentais (ONGs).” (UN, 2003, p. 53, tradução nossa).

A coordenação e coerência de um Escritório de Informação Pública, para com esses diferentes atores, se faz essencial em uma missão de paz. O componente responsável deve desenvolver uma estratégia coerente com os objetivos da missão, estabelecer mecanismos para as suas atividades e compartilhamento de informações, que possam resultar em efeitos positivos para as ações e a imagem da missão.

Deve-se, para os atos, consultar o Chefe da missão, que irá estabelecer as prioridades para as etapas e ter uma atividade coordenada com os demais componentes da missão. Um bom trabalho pode auxiliar esses demais a concretizar seus objetivos (UN, 2003).

Em todas as operações das Nações Unidas (ONU), uma estratégia eficaz de comunicação, que inclui boas relações com a mídia local e internacional, é uma necessidade política e operacional. Uma operação de manutenção de paz pode usufruir de um apoio inicial de todo o mundo, mas sem um programa de informação pública eficaz e coerente, o apoio pode rapidamente transformar em apatia e até mesmo oposição. Operações de paz exigem a compreensão, a cooperação e o apoio de todos os atores locais e externos, para cumprir seus mandatos. Estas incluem as partes envolvidas no conflito, a população local e da comunidade internacional, cuja política e material de apoio são fundamentais para o sucesso de uma operação de paz. (UN, 2003, p. 45, tradução nossa).

Um programa de informação pública de operação possui seis objetivos principais, são eles:

- Certificar-se de que o mandato e as responsabilidades da operação de paz estão plena e amplamente compreendidas;
- Promover a todos os aspectos do trabalho da operação de manutenção da paz para a comunidade nacional e internacional;
- Implementar uma estratégia de comunicação que apoia ativamente os objetivos da operação de manutenção da paz;
- Avançar o processo de paz, através da criação de produtos de informação oportuna e relevante;
- Defender e proteger a operação de manutenção da paz de críticas injustificadas e desinformação;
- Rebatêr mensagens de propaganda, informação falsa e de ódio que são prejudiciais para os objetivos da ONU e do processo de paz. (UN, 2003, p. 48, tradução nossa).

O Escritório de informação pública busca fornecer informações de todos os aspectos da operação. Em algumas missões, há um componente próprio especializado na área policial e militar. Segundo a ONU: “[...] a estreita relação de trabalho e de colaboração entre esse pessoal especializado de informação pública e o componente de informação pública da missão é crucial para o sucesso da estratégia de informação pública da missão.” (UN, 2003, p. 45, tradução nossa).

A ONU, então, com suas formas próprias, utiliza recursos midiáticos para informar a população sobre as ações da operação em desenvolvimento, tentando assim conseguir seu apoio para a efetivação das medidas. Por meio da mídia, também leva informações da operação de paz para outros públicos no mundo, a fim de se conseguir apoio, financeiro e político, internacional. Do mesmo modo, a ONU utiliza os meios de comunicação social como instrumentos essenciais de informação para os próprios componentes da Missão.

A operação de paz, a partir de suas campanhas de comunicação social, procura então firmar uma imagem, partindo de certos valores próprios, especialmente o compromisso com as propostas estabelecidas pelo mandato aprovado pelo Conselho de Segurança. Mas essa imagem necessita ser decodificada pelo público. Então, ela depende dos produtos da mídia, produzidos pelo pessoal de comunicação social da operação; das atitudes do pessoal, empenhado em cumprir com os objetivos do mandato; das demais fontes de emissão de mensagem no país; e das formas pelas quais são recebidas e interpretadas pela população.

O sucesso das missões de paz depende crucialmente da relação que elas criam com a sociedade em questão. Se o povo de uma região não compreende a razão da presença de uma organização de ajuda humanitária, se eles a temem ou a veem como uma fonte de ocupação estrangeira, sérios problemas são colocados quanto à credibilidade e viabilidade das missões de paz. [...] Logo, as organizações envolvidas com a ajuda humanitária devem priorizar uma estratégia de comunicação para esclarecer à população o seu trabalho, devem dar suporte e buscar ajuda nas mídias locais, e devem estar cientes da necessidade de proteger os jornalistas envolvidos na cobertura de conflitos. (FERNANDES; OLIVEIRA; SANTOS, [2011?], p. 417).

Os meios de comunicação social podem ser considerados como importante condicionador da realidade social. Reúnem condições necessárias para influenciar a realidade construída de forma individual ou coletiva com repercussões visíveis, nas dinâmicas sociais, em níveis de relação ou estrutura. Assim, como a realidade se desenvolve e se constrói de forma subjetiva pelos diversos atores com suas diferentes percepções, experiências sociais, vivências e discursos assimilados, os meios são, nesse sentido, “[...] vistos como um instrumento privilegiado de modelação de percepções, comportamentos, construção sociais, ações política e hierarquias axiológicas [...]” (SANTOS, 2010, p. 140). Segundo Volcic e Dzihana (2011, p. 15, tradução nossa): “[...] a mídia expande grandemente o âmbito da operação de ideologia, porque elas permitem formas simbólicas ser transmitidas para audiências extensas e potencialmente vastas.”.

Ou seja, procura-se apresentar a presença da ONU na esfera da visibilidade pública como estratégia para a obtenção de apoio da população do país, onde a operação é

estabelecida, facilitando, com isso, o cumprimento de seus objetivos. Essa relação da ONU com seu público pode ser considerada como dotada de poder simbólico, visto que a Instituição expressa através dos meios midiáticos, mensagens simbólicas dotadas de seus valores, objetivos, intenções e formas, com a intenção de conduzir (com aparência “natural”) seus receptores àqueles ideais da Instituição e manter a ordem necessária para a operação ser conduzida.

Como expressado inicialmente, a Organização possui muitos problemas e desafios no mundo atual, derivado principalmente de sua estrutura hierárquica, o que fomenta reflexão crítica sobre as verdadeiras intenções em uma operação de paz. Seu discurso nas operações tende a favorecer a si e às suas ações, buscando demonstrar uma imagem “ideal” sempre. Mas essa imagem, quando analisada, pode demonstrar, muitas vezes, coisas ocultas, redefinidas ou contestáveis.

Uma operação de paz, de grande destaque, em que a ONU se empenhou na questão da visibilidade pública foi a MINUSTAH no Haiti. Buscaremos agora compreender então o país, a implementação da Missão, e sua estrutura da comunicação social, para entrar na descrição principal dos discursos.

1.2 O Haiti

O país localiza-se a oeste de Hispaniola, a segunda maior Ilha do Caribe, fazendo fronteira terrestre com a República Dominicana. Foi a primeira república negra independente do mundo, e a segunda nação a se tornar independente na América. Contudo, possui uma história turbulenta, repleta de momentos de violência e intervenção estrangeira. É considerado o país mais pobre do continente americano, com uma série de problemas econômicos, políticos e sociais, e índices de condições desumanas de vida.

A ilha foi descoberta e batizada por Cristóvão Colombo em sua primeira expedição às Américas em 1492, quando era habitada por índios taínos (arauaques). Nela, um sistema de regime escravista e de exploração no ambiente foi imposto, extinguindo esses seres nativos que ali viviam, que foram substituídos por africanos, conseguidos por meio de expedições (ESCOTO, 2009; MATIJASCIC, 2008).

Em 1697, com o Tratado de Ryswick, a França assumiu oficialmente o controle da parte ocidental da ilha, nomeada *Saint Domingue*, que passou a ser a sua mais próspera colônia, a “Pérola das Antilhas”, produzindo o melhor açúcar do mundo. A colônia, no entanto, era baseada em um sistema de monocultura e mão de obra escrava com uma estrutura

de sociedade colonial rígida. No final do século XVIII, os escravos rebelaram-se em uma luta que se estendeu por 12 anos, conquistando a independência do território no ano de 1804, denominando seu país Haiti⁴ (AGUILAR, 2014).

A conquista da independência, por escravos e sem ajuda externa, foi um grande orgulho para os haitianos. No entanto, o país continuou sendo palco de disputas, que ocorriam internamente entre os segmentos sociais que não convergiram em seus interesses e objetivos (ALDUNATE, 2010). Desde então, o país caracterizou-se por grandes índices de violência, polarização social e corrupção endêmica. Inúmeras crises políticas e dificuldades econômicas, no país, levaram a intervenções da comunidade internacional (TORCHIARO, 2007).

Buscando atender aos próprios interesses, além de evitar que outras potências europeias tomassem posse do território, os Estados Unidos interviram no controle político e financeiro do país em 1915, permanecendo por 19 anos. Enviaram então ao Haiti, no ano inicial, os *marines* (fuzileiros navais), sob alegação de intervenção humanitária. No mesmo ano, um acordo, no legislativo, foi aprovado, dando aos norte-americanos maiores poderes, permitindo a coordenação de serviços públicos, supervisão de assuntos políticos e criação de uma força militar, chamada *Gendarmerie d’Haïti*, com funções policiais para manter a ordem interna e conter movimentos de insurgência à intervenção. Nessa intervenção, mantiveram um grande poder no território, vetando as decisões do governo, e deixaram consequências como: a não consolidação da estabilidade política; o estabelecimento da elite mulata no poder, aumentando a hostilidade entre esta e os negros; dívida haitiana direcionada aos mesmos; e crescimento do sentimento nacionalista do haitiano. Mesmo não sendo a intenção, a ocupação também resultou em melhorias para o país na infraestrutura física (AGUILAR; 2014; MATIJASCIC, 2008).

Após sua saída, o país passou por mais de duas décadas de violência interna, golpes e contragolpes gerados pela disputa de poder entre negros e mulatos, em que a força militar *Gendarmerie d’Haïti* foi fundamental no contexto, com a condução dos processos políticos (VERENHITATCH, 2008).

Em 1957, François Duvalier (“Papa Doc”) assumiu o poder, declarando-se governante vitalício, iniciando o período mais sombrio da história haitiana, com um regime regido pelo desrespeito à Constituição, centralização de poder, autoritarismo, e utilização do aparato repressor do Estado para perseguir e eliminar inimigos políticos (AGUILAR, 2014). Para esse

⁴ Nas línguas oficiais do país (créole haitiano e francês): *Ayiti*, e *Haïti*. O termo significa país montanhoso.

fim, criou uma milícia paramilitar, *Tonton Macoutes*, que gerou um grande temor sobre os haitianos. Ficou por 14 anos na presidência, até quando faleceu em 1971.

Seu filho, “Baby Doc”, se instaurou no poder, munido de uma emenda constitucional, com 19 anos de idade, mantendo-se de 1971 a 1986. Sem a experiência, e com as mesmas ambições políticas do pai, tendeu a seguir as mesmas diretrizes, continuando o regime ditatorial, até quando fugiu para exílio por pressões, visto que a conjuntura era diferente, de exigência pelos direitos humanos e liberalização política. A ditadura de ambos os governantes devastou o país, deixando-o desprovido de instituições públicas funcionais, de tradições pacíficas de governo e economicamente devastado, além de cometer inúmeras violações aos direitos humanos, e deixar a herança de seus seguidores duvalieristas (VERENHITATCH, 2008; ESCOTO, 2009).

Após a saída de “Baby Doc”, o país se instalou em um novo ciclo de instabilidade, com governos provisórios e sucessivos golpes de Estado. Somente em 1990, com o auxílio da ONU, ocorreram as primeiras eleições presidenciais, elegendo o padre católico romano Jean-Bertrand Aristide. A “vitória”, no entanto, não permaneceu por muito tempo, visto que meses após assumir, foi deposto por um golpe dos militares, os quais exerceram o controle do governo nos três anos seguintes, marcado por uma intensa repressão.

Em 1994, com o auxílio da ONU, Aristide voltou ao poder, tomando a séria medida de extinguir as Forças Armadas do país, sem planos para reinserção dos mesmos, o que acarretou em grandes conflitos. Finalizou seu mandato em 1995, sendo sucedido por René Préval, que governou, do mesmo modo, com uma constante crise social, política e econômica (BRIGAGÃO, 2007; LLENDERROZAS, 2007).

A Organização das Nações Unidas, com o intuito de resolver as sucessivas crises haitianas, organizou seis missões (MICIVIH⁵, UNMIH⁶, UNSMIH⁷, UNTMIH⁸, MIPONUH⁹ e MICAH¹⁰) entre os anos de 1993 a 2001. Dentre esse período, “[...] apesar dos avanços, como a eleição democrática de dois presidentes, o País permaneceu mergulhado em crises. Devido à instabilidade, reformas políticas profundas não puderam ser implementadas.” (CCOMSEX, 2004, p. 15-16).

⁵ *International Civilian Mission in Haiti.*

⁶ *United Nations Mission in Haiti.*

⁷ *United Nations Support Mission in Haiti.*

⁸ *United Nations Transition Mission in Haiti..*

⁹ *United Nations Civilian Police Mission in Haiti.*

¹⁰ *International Civilian Support Mission in Haiti.*

No ano de 2000, novas eleições parlamentárias e presidenciais ocorreram, dando vitória novamente à Aristide e seu partido, que assumiu o poder em 2001 sob acusações de fraudes no processo eleitoral. O presidente não conseguiu dialogar e conter a oposição, e seus apoiadores sofriam acusações de violação dos direitos humanos e repressão política. Sua “figura” foi aos poucos perdendo a popularidade, até que, no ano de 2003, o país é permeado por uma forte crise, com a eclosão de diversos movimentos que pediam a sua saída (BRIGAGÃO, 2007; VIANA, 2009).

A situação de segurança haitiana, em seu período de governo, se encontrava caótica, tornando-se cada vez mais grave, mesmo com tentativas internacionais de auxílio. “Assassinatos, intimidações, sequestros e bombardeios passaram a ser moeda corrente, enquanto as condições humanitárias resultavam cada vez mais degradantes.” (TORCHIARO, 2007, p. 23, tradução nossa).

O problema de segurança haitiana naquele momento advinha da desativação das Forças Armadas, em 1995, pelo Presidente Aristide. Desde então, a Polícia Nacional Haitiana (PNH) era o único componente do aparato oficial de segurança. A PNH necessitava de um número mínimo de 10 mil policiais, uma média de um policial para cada 800 cidadãos, para que pudesse cumprir suas funções de garantia da lei e da ordem. Entretanto, a média geral era de um policial para cada 3.300 habitantes [...]. Além disso, a desativação das Forças Armadas resultou em descontentamento dos ex-militares que foram se mobilizando contra o governo. (AGUILAR, 2014 p. 62-63).

Outro grupo que agia no país eram os *chimères*, gangues ilegais que faziam uso da força. Esses passaram a se envolver juntamente com policiais corruptos em perseguições aos opositores políticos de Aristide. Eram acusados de ser o “braço direito” de Aristide, como um grupo paramilitar, similar aos *Tonton Macoutes* de Duvalier. Muitos jornalistas que denunciaram as atividades do grupo foram assassinados, assim como centenas de opositores políticos ao longo daqueles anos. Aristide condenava os atos, mas não tomava medidas concretas para cessar os crimes (MONTENEGRO, 2013).

Além disso, fatores desenvolvidos ao longo da história haitiana, como a pobreza, degradação do meio ambiente, enfermidades como a AIDS, em grande parte da população, setor político conturbado, desemprego, fome, analfabetismo, saneamento básico precário, infraestrutura inadequada, justiça ineficiente, inflação alta, setor produtivo decadente, entre outros, eram motivos para a insatisfação e revolta haitiana.

Diante da situação de crise haitiana da crescente oposição política, com inúmeras manifestações, violência crescente e problemas graves, o mundo olhava com uma nova visão,

cogitando a possibilidade de uma nova intervenção. O país estava estampado nos principais jornais mundiais no final do ano de 2003 (MONTENEGRO, 2013).

Em 5 fevereiro de 2004, ex-militares desencadearam uma rebelião armada na cidade de Gonaïves, propagando-se para outras cidades e chegando a níveis extremos, sem a possibilidade da PNH conter. Logo, com a exigência e força dos rebeldes, em 29 de fevereiro Aristide renunciou e partiu para exílio na África do Sul (AGUILAR, 2014).

O presidente da Suprema Corte haitiana, Boniface Alexandre, então assume a presidência interina e solicita o auxílio da ONU para garantir a segurança e a transição pacífica política. Por meio da Resolução 1529, a ONU institui, em caráter emergencial, a Força Multinacional Interina - *Multinational Interim Force* (MIF), baseada no artigo VII da Carta das Nações Unidas, com o envio de tropas canadenses, chilenas, estadunidenses e francesas, que teve como objetivo o apoio a um processo político e constitucional pacífico, e o aumento da segurança e da estabilidade do Haiti até que a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH fosse estabelecida (MAESTRELLI, 2010).

1.3 A MINUSTAH e a Comunicação Social

Com a Resolução 1542 do Conselho de Segurança, em abril de 2004, a operação MINUSTAH foi instituída, e, em 1º de junho do mesmo ano, iniciada. O Conselho de Segurança da ONU afirmou nela seu grande comprometimento com a unidade, integridade, soberania e independência do território haitiano (UN, S/RES/1542, 2004).

Segundo o mandato, os aspectos orientadores da operação de paz eram o incentivo ao diálogo político, a manutenção da ordem e da segurança e a promoção do desenvolvimento econômico e social (AGUILAR, 2013). A mesma estava autorizada a iniciar com 6.700 efetivos militares, 1.622 policiais civis, e 1.550 funcionários civis locais e internacionais (UN, 2016a). Os efetivos foram aumentando ou diminuindo, com o tempo, de acordo com os pedidos da Missão. Contudo, se concentrou em maior quantidade de militares sempre, o que não foi satisfatório para muitos dos problemas do país.

Foi composta por países como Brasil, Argentina, Estados Unidos da América (EUA), Bolívia, Canadá, Chile, Equador, França, Guatemala, Jordânia, Nepal, Paraguai, Peru, Filipinas, Coreia do Sul, Sri Lanka e Uruguai (VALENTE; CASTRO, 2016).

A MINUSTAH tinha como objetivos: apoiar o governo de Transição¹¹, a fim de garantir ambiente seguro e estável no Haiti; auxiliar na extensão de autoridade do Estado; ajudar na promoção do diálogo e reconciliação nacional, permitindo desenvolvimento do processo político e constitucional; auxiliar o governo de transição na supervisão, reforma e reestruturação da polícia nacional haitiana; contribuir para o restabelecimento e manutenção do estado de direito; apoiar o processo político democrático e o desenvolvimento institucional; auxiliar o governo com apoio técnico, logístico e administrativo na organização, supervisão e execução de eleições livres, justas e representativas; implantar medidas com o fim de proteção dos direitos humanos (UN, S/RES/1542, 2004).

Segundo a Resolução 1542 (2004), a Missão:

Apoia o estabelecimento de um grupo básico presidido pelo Representante Especial e integrado por seus adjuntos, o Comandante da Força, representantes da OEA e da CARICOM, outras organizações regionais e sub-regionais, as instituições financeiras internacionais e outros diretamente interessados, a fim de facilitar a execução do mandato da MINUSTAH, promover a interação com as autoridades do Haiti [...] (UN, S/RES/1542, 2004, p.2, tradução nossa).

A Missão de paz era necessária para o país, circunscrito em uma grave onda de violência urbana e deterioração das estruturas socioeconômicas (VERENHITATCH, 2008). Segundo o Relatório de Gabinete de Segurança Institucional, a situação do país era bem delicada para uma missão de paz, uma vez que, no Haiti, os métodos políticos são violentos e maximalistas, não há um Estado organizado de fato, e o orgulho nacionalista do haitiano que faz com que creia que o externo ao seu país não é bom (BRASIL, 2005)¹².

Ao longo da operação, em decorrência das evoluções e novas necessidades impostas pela situação política, de segurança, bem como socioeconômica, ajustes foram necessários para a atuação da ONU no país (UN, 2016a). Estes foram expressos através de várias resoluções, que complementaram e/ ou alteraram o mandato inicial da operação.

A MINUSTAH pode ser considerada como uma Missão multidimensional e integrada, uma operação de segunda geração¹³ de construção de paz, visto que busca executar um

¹¹ Governo do presidente da Suprema Corte (Boniface Alexandre) instituído após a saída de Aristide, para manutenção do país na espera de eleições democráticas que declarassem um representante legítimo.

¹² O passado haitiano colonial de exploração e repressão, as múltiplas invasões estrangeiras, e a ocupação americana de 1915 a 1934 são fatores que contribuem para criar a grande desconfiança do haitiano para com o estrangeiro (ESCOTO, 2009).

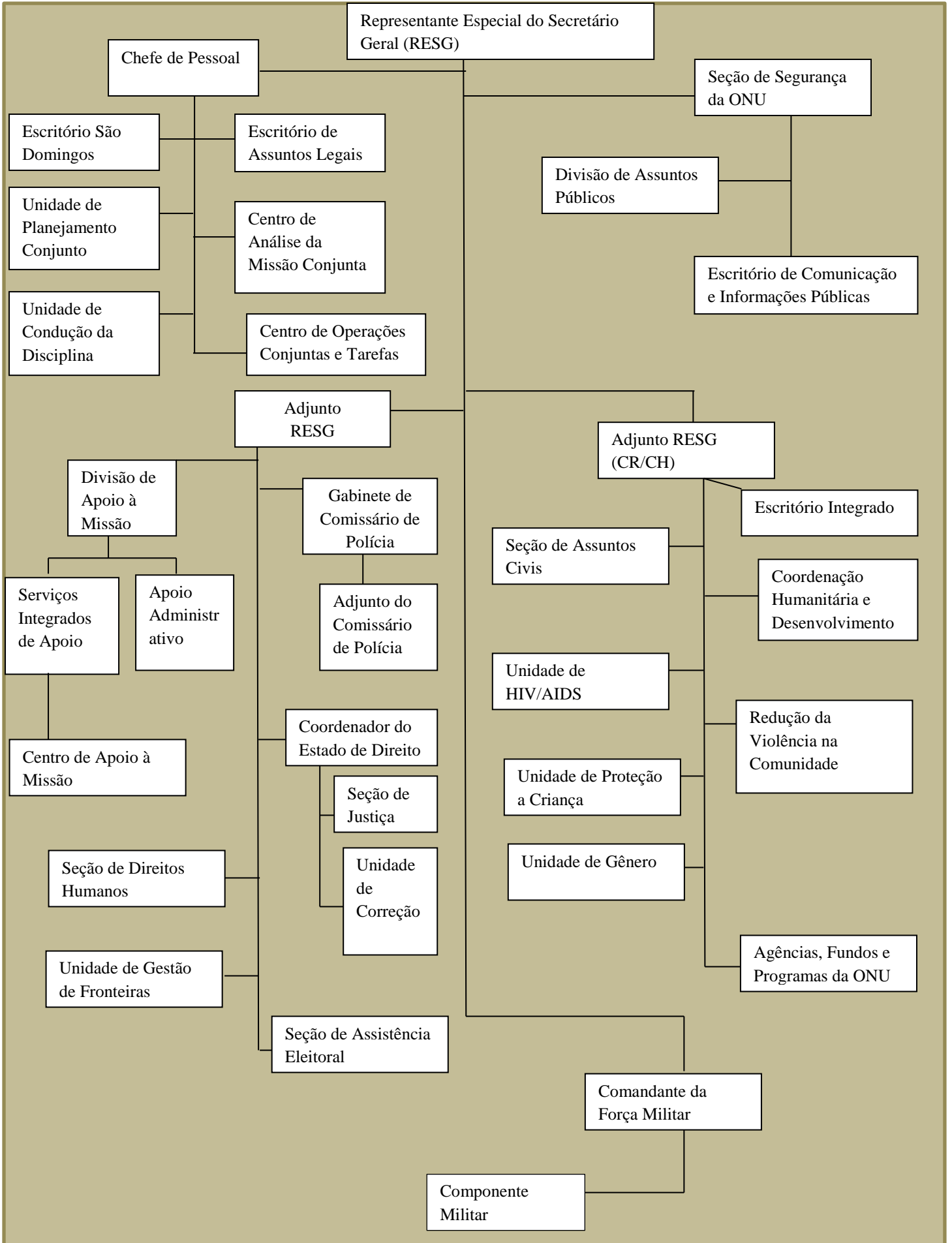
¹³ Missões em curso a partir do final da década de 1980, com o fim de assegurar acordos de paz abrangentes e estabelecer bases para uma paz sustentável, tratando de questões internas do Estado, como direitos humanos, eleições políticas, questões de governo, desenvolvimento econômico e social, entre outros. Anteriormente a esse período as operações eram tradicionais, se referiam a conflitos entre o Estado e suas forças armadas, procuravam

trabalho complexo e integrado nas diversas áreas da sociedade, para que seu objetivo de construção de um Estado funcional seja alcançado.

Para que a Missão realizasse as tarefas necessárias para os devidos objetivos, foi estruturada em diversas seções, com uma sede principal na cidade de Porto Príncipe, além de escritórios regionais em algumas cidades haitianas, organizada da seguinte forma:

Figura 1- Organograma da MINUSTAH- 2005

resolver os conflitos por meios pacíficos abrangendo Missões com observadores militares desarmados e tropas ligeiramente armadas, e basicamente tinham a função “de buscar o cessar-fogo, tréguas e armistícios, o patrulhamento de fronteiras e zonas de exclusão militar, o apoio à retirada de tropas e o acompanhamento de negociações para a assinatura de tratados de paz.” (UN, 2016a; AGUILAR, 2012, p. 431).



Fonte: AGUILAR, 2014, p. 75.

As diversas seções, para cumprir suas respectivas funções, direcionadas às responsabilidades e temas do mandato vigente, tinham por obrigação dialogar entre si, ficando sob o comando e a coordenação do Representante Especial do Secretário Geral da ONU (RESG)- *Special Representative of the Secretary General (SRGS)*, que contava ainda com dois adjuntos (*Deputy Special Representative of the Secretary General - DSRSG*) para coordenação das áreas de segurança e ajuda humanitária, um Comandante de Força Militar- *Force Commander* para o comando desse componente, e um *Police Commissioner* para o policial (AGUILAR, 2013).

Um dos elementos essenciais para as atividades da MINUSTAH foi a comunicação social. A Resolução 1608 do Conselho de Segurança da ONU, de 2005, apresentou um trecho narrando a importância da mesma na operação, incitando a MINUSTAH que “[...] prepare e ponha em prática, com urgência, uma estratégia proativa de comunicação e relações públicas, a fim de que a população do Haiti compreenda melhor o mandato da MINUSTAH e a função que realiza no país.” (UN, S/RES/1608,2005, p. 4, tradução nossa).

A Missão compôs escritórios responsáveis por essa área nos componentes militar, civil e policial, com atividades voltadas para a população local, como para o público externo, com o fim de fornecer informações e principalmente obter o apoio dos mesmos. Esse apoio se torna possível por conta da imagem que a Missão passa para seu público alvo. A adesão e credibilidade do público às ideias da operação são elementos fundamentais para a mesma se manter e conseguir realizar as atividades pretendidas. Do mesmo modo, utiliza os meios de comunicação social como um meio essencial de informação para os próprios componentes da Missão.

A seção principal se encontra no componente civil, o qual possui o Escritório de Comunicação e Informação Pública- *Communications and Public Information Office (CPIO)*, subordinado diretamente ao Representante Especial do Secretário Geral¹⁴. É composto por um chefe e seis unidades temáticas-(1) Relações com a Mídia e Unidade de Monitoramento (2), Unidade de Extensão e Advocacia, (3) Unidade de Publicações, (4) Unidade de Rádio (5) Unidade de vídeo, e (6) Unidade de Fotografia, que planejam estratégias e organizam ou apoiam ações de órgãos internos e/ou externos que possam contribuir para a operação (KECHNOR, 2011; UN, 2011).

¹⁴ Como representado no Organograma da Missão interligada diretamente ao RESG.

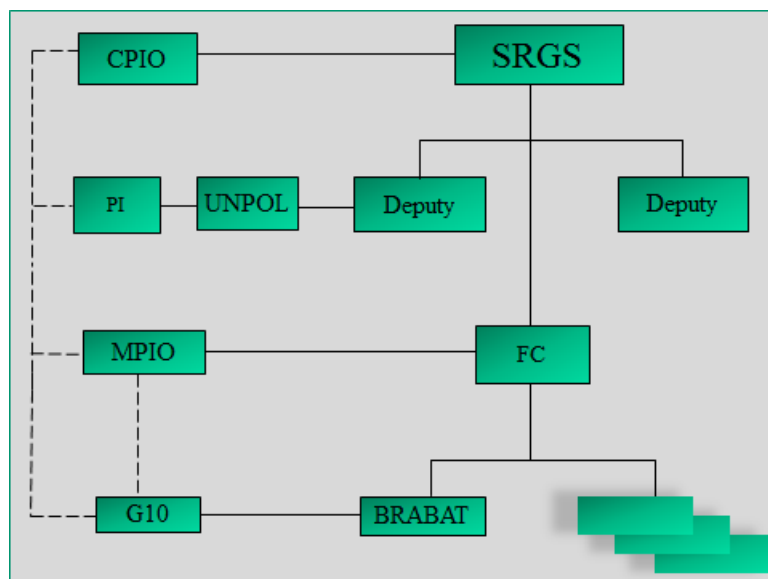
Segundo Kechnor (2011, p. 34, tradução nossa):

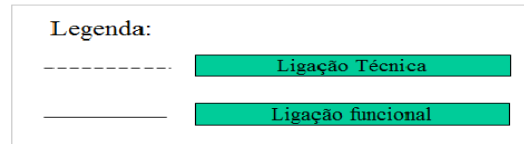
Cada uma dessas unidades está fazendo seu trabalho em uma interdependência com uma harmonia total de uma convergência da política de comunicação, a fim de alcançar os mesmos objetivos: Divulgar as atividades da MINUSTAH, construir, manter e, por vezes, melhorar a imagem da Missão coincidindo seus interesses com os da população haitiana e seus funcionários para criar um fluxo de confiança e credibilidade- um trabalho de Relações Públicas- mediante uma gestão eficiente e eficaz das informações como uma máquina de comunicação dinâmica.

No componente militar, há o Escritório de Informação Pública Militar - *Military Public Information Office* (MPIO), subordinado ao *Force Commander*, e formado por militares e civis da informação pública além de profissionais das relações públicas. Sua responsabilidade se encontra no desenvolvimento da política de informação pública da Missão (EARLY, 2013). O MPIO trabalha em conjunto com o escritório civil, mas concentra-se no material e políticas de comunicação social relacionadas com o componente militar da MINUSTAH. Os oficiais e funcionários do MPIO se ligam de forma técnica com oficiais da área de comunicação social dos batalhões dos diferentes países que compõem a Missão para, de maneira coordenada, desenvolver as atividades de mídia do Escritório.

No componente policial, têm-se o Escritório de Informação Pública ligado diretamente ao setor de polícia da ONU - *United Nations Police* (UNPOL), o qual se concentra no material e políticas de comunicação social que fazem relação ao componente policial da operação.

Figura 2 - Estrutura da Comunicação Social da MINUSTAH





Fonte: elaborado pela autora.

Dessa forma, a área de comunicação social da MINUSTAH engloba: o CPIO, ligado diretamente ao RESG e parte do componente civil; o MPIO, ligado ao *Force Commander* da Missão; as seções de comunicação social dos diversos batalhões (G 10), e a seção de comunicação social da UNPOL. Os escritórios e as demais seções têm uma ligação funcional com seus chefes e comandantes, e uma ligação chamada técnica entre elas, como forma de realizar um trabalho integrado.

Como exemplo de canais de comunicação em que a Missão estabeleceu, podemos destacar: sua página web própria¹⁵; seu canal na rede social Facebook¹⁶; sua página na rede Twitter¹⁷; sua página web “MINUSTAH PHOTO”¹⁸ presente na rede Flickr; “MINUSTAH TV” na rede Youtube¹⁹; e sua emissora oficial de rádio no Haiti “MINUSTAH FM”²⁰. Pode-se dizer que a constituição de canais próprios é muito importante para a operação, que procura com isso apresentar uma imagem ideal, de modo a ter o apoio necessário, fornecer informações e conhecimentos úteis ao público, assim como descrever e demonstrar suas atividades.

Contudo, além de canais próprios, a promoção da interação entre os habitantes dos variados locais do país, eram também essenciais para a MINUSTAH. Um grande projeto, criado em maio de 2007, pela MINUSTAH, apoiada pela *United Nations Office for Project Services* (UNOPS), foi os *Multi-Media Centers* (MMCs), que consistiu no estabelecimento de 9 grandes centros nas principais cidades do país, no norte (*Cap Haïtien, Fort-Liberté, Hinche, Port-de-Paix, Gonaïves*) e no sul (*Les Cayes, Jérémie, Jacmel, Miragoâne*), com salas de informática que dispunham de acesso à internet, e salas de conferência equipadas com sistema de vídeo- conferência, para promover eventos públicos, reuniões e disponibilizar acesso desses equipamentos aos haitianos (MINUSTAH, 2013). Esses centros atendiam à associações e grupos da sociedade civil e tinham como objetivo principal “[...] interconectar pessoas sobre temas específicos, facilitar o acesso à informação e estabelecer rede para a troca

¹⁵ Página web: < <https://minustah.unmissions.org/>>.

¹⁶ Página web: < <https://www.facebook.com/Minustah?fref=ts> >.

¹⁷ Página web: < <https://twitter.com/MINUSTAH>>.

¹⁸ Página web: < <http://www.flickr.com/photos/minustah/>>.

¹⁹ Página web: <<http://www.youtube.com/user/MinustahTV>>.

²⁰ Para mais informações, consultar COSTA, 2014.

de experiências de diferentes iniciativas locais de reconciliação e de diálogo.”(UN, 2011, p. 4, tradução nossa).

A estrutura e as seções da comunicação social da MINUSTAH, somadas aos programas, projetos e produtos criados, como os centros de multimídia e os canais midiáticos estabelecidos, com o auxílio das diversas seções ligadas a mídia dos componentes da Missão e demais instituições, abrangeram inúmeras atividades na área da comunicação social, que estiveram de acordo com os propósitos da MINUSTAH na tentativa de validar seu discurso perante o público haitiano.

Nesse primeiro capítulo, apresentamos algumas considerações sobre a ONU e a Comunicação social em suas operações de paz, a história do Haiti, e, por fim, a comunicação social da MINUSTAH. Vimos que esta última, através de suas seções próprias, tentava validar, ao público, seu discurso com o fim de conseguir o apoio, transmitir informações e conseguir uma boa imagem.

Mas esse público também recebia mensagens de outros meios da mídia nacional, que é, em grande parte, privada controlada, direta ou indiretamente, por pessoas de maior poder político ou econômico, e, do mesmo modo, transmite mensagens de acordo com seus interesses. Naquele país, mesmo com o direito de livre expressão declarado na Constituição, a falta de liberdade de imprensa aliada às pressões, riscos, ameaças e restrições nos ambientes midiáticos, se fazem presentes em termos práticos. O ambiente se configura como tendencioso, fechado, manipulador e dependente (INFOASID, 2012).

Logo, os discursos da mídia haitiana poderiam ser contraditórios, ou não, com os da MINUSTAH. Nesse sentido, procuraremos discutir não só o discurso da MINUSTAH, mas também de três órgãos da mídia nacional (*Le Nouvelliste*²¹, *Haiti en Marche*²², *Alterpresse*²³), provindos das mídias impressa e eletrônica do Haiti.

A mídia impressa haitiana, no caso, possui limitações. Os jornais circulam somente na língua francesa e são acessíveis apenas às pessoas com alto poder aquisitivo, já que apenas metade da população adulta é alfabetizada. No entanto, como já relatamos, não deixa de ser influente no país, em razão de outros meios divulgarem suas notícias (INFOASID, 2012).

²¹ Único jornal diário do país, fundado em 1898, com uma boa reputação, sendo considerado o mais importante (INFOASID, 2012).

²² Jornal semanal fundado em 1986, com sede nos Estados Unidos e no Haiti, sendo vendido em ambos os países e no Canadá, França e Suíça. Seus donos possuem também a rádio haitiana Mélodie FM (INFOASID, 2012).

²³ Agência de notícias haitiana online criada em 2001 pelo grupo *Mediaalternatif* (QUI..., 2016).

A mídia eletrônica no país possui um desenvolvimento bem precário. Em 2010, apenas 8,4% da população haitiana tinha acesso à internet e, em 2011, apenas 3% dos haitianos possuíam um computador em casa em razão do preço abusivo no comércio. Para ter acesso, os haitianos utilizam Cyber Cafés, com o objetivo maior de manter contato com amigos e familiares, e pouco para obter notícias e informações (INFOASAIID, 2012).

Nos três capítulos subsequentes, então apresentaremos a primeira, a segunda e a terceira fase da operação de paz, a partir dos discursos da MINUSTAH e dos três órgãos da mídia haitiana, buscando concluir em cada um o nível de convergência dos dois discursos, a atuação da Missão, e a importância da comunicação social em suas ações.

CAPÍTULO 2- INÍCIO DA MINUSTAH

No início da Missão, a prioridade foi o uso a imposição da força, para garantir a ordem e a segurança no país, que passava por um momento de grande fragilidade e descontrole, ocasionada com a desestruturação do governo de Aristide.

Através da Resolução 1542 (2004), o Conselho de Segurança impôs, no mandato da Missão, que a mesma estabelecesse um ambiente seguro e estável, com fins de que o processo político e constitucional fosse desenvolvido no país (UN, S/RES/1542, 2004). O porta-voz da MINUSTAH, da época, narrou: “[...] para iniciar atividades nítidas de desenvolvimento, em atividades humanitárias, de apoio ao governo, de apoio ao diálogo político e a um processo político progressivo, precisamos de segurança e estabilidade [...]” (MINUSTAH, 2004b, tradução nossa). Logo, a busca para a manutenção da ordem e da segurança, nessa fase, pode ser considerada como fundamental para a execução das eleições que foram realizadas em 2006. A ONU atribuía uma grande importância na escolha de um novo presidente e representantes parlamentares e locais.

Operações policiais e militares contra ex-militares, rebeldes, gangues e *chimères*, faziam parte desse cenário. A reforma e desenvolvimento do setor de segurança do país também se instituíram, sendo os principais: os programas de desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); e de reestruturação da Polícia Nacional Haitiana.

Durante o ano de 2004, a Missão passou por muitas dificuldades na questão de segurança. Em conferência de imprensa, o RESG, Juan Gabriel Valdés, narrou que os grandes problemas foram devido a um número insuficiente de tropas e efetivo diante da violência urbana em Porto Príncipe, e, ao mesmo tempo, as tropas enfrentaram grandes desastres naturais, como o de *Gonaïves*. Do mesmo modo, disse que deveria reconhecer “o trabalho admirável” dos soldados nesse período, dos esforços na capital e em auxílio à tragédia, e que a imprensa haitiana não reconhecia devidamente (MINUSTAH, 2004c, tradução nossa).

A situação de segurança do país foi gradualmente melhorando com as operações da Missão. Contudo, geraram muitas revoltas e vingança, por parte das gangues, contra a MINUSTAH e pessoas das Nações Unidas. Isso prejudicava a realização das eleições presidenciais e legislativas. Foram registrados vários incidentes, tiroteios e atos de agressão durante as operações militares e policiais (UN, S/2005/124, 2005).

A MINUSTAH realizou as eleições com muitos esforços, somente após quatro tentativas. Nesse quadro, um Conselho Eleitoral Provisório foi formado, observadores

internacionais estavam presentes, iniciativas no âmbito do diálogo nacional eram empenhadas, além de auxílios de segurança, técnica, logística e administrativa.

Nas áreas de direitos humanos e de desenvolvimento econômico e social, a Missão realizou alguns esforços ligados principalmente às categorias mais vulneráveis (mulheres e crianças) e em projetos de impacto rápido. Contudo, até o fim desse período, as questões de direitos e desenvolvimento no país, não se encontravam em níveis nada aceitáveis. Ambas não eram prioridade para a Missão.

Segundo o Relatório 313 de 2005, tinha-se, no momento, uma urgente demanda de justiça no país. A situação de direitos humanos e a impunidade que desfrutavam os que cometiam violações aos mesmos, seguia como uma grande preocupação. As instituições estatais responsáveis pela garantia da lei, assim como os sistemas policial, judicial e penitenciário, seguiam de forma bem precária. As reformas dos sistemas judiciário e penal, aliados aos esforços da profissionalização da PNH deveriam ser empreendidos, para a manutenção efetiva de estabilidade interna e da extensão de autoridade do Estado (UN, S/2005/313, 2005).

A Missão chegou a ter, nesse período, até 7.519 militares e 1.777 policiais. O Conselho de Segurança prorrogou seu mandato por quatro vezes entre os anos de 2004 e início de 2006.

A grande quantidade de metas estabelecidas, aliada à persistência em uma ação predominantemente militar, sem recursos suficientes, e um foco insuficiente em questões essenciais como direitos humanos, foram algumas das principais causas do insucesso da Missão para seu objetivo central de reconstrução do Estado haitiano nesse período.

2.1 Manutenção da Ordem e da Segurança

Quando as tropas da Missão chegaram ao país, a situação de segurança se encontrava de forma caótica. Grupos armados aliavam-se a ex-militares, atuando de forma extremamente violenta²⁴.

²⁴A separação entre exército e polícia no país nunca foi evidente. Os policiais sempre foram formados dentro do exército. Com a chegada das forças internacionais no país, em 1994, gerou-se um estado de indefinição nas Forças Armadas do Haiti (FADH). Altos oficiais deixaram seus postos e restaram somente as forças paramilitares, que correspondiam em grande parte a “braços armados de partidos políticos” (CORBELINNI, 2009, p. 102).

Uma das principais responsáveis pela segurança do país, a PNH, se encontrava desestruturada. Policiais corruptos, criminosos, politizados, violentos e repressivos caracterizavam o meio (ESCOTO, 2009).

Os sistemas judiciário e prisional também se encontravam muito debilitados. Casos de prisões arbitrárias, ilegais e prolongadas eram frequentes. As cortes de 1ª instância, e as demais instalações do sistema como as prisões, se encontravam danificadas pelos eventos de fevereiro de 2004.

A propagação do tráfico de armas e drogas também se constituía como um problema sério. Os grupos armados e os narcotraficantes não encontravam obstáculos em suas atividades. Isso tornava o país ainda mais vulnerável na questão da segurança pública (MAESTRELLI, 2010).

Com um país desprovido de instituições eficazes, a violência no país imperava diante da miséria quase absoluta da população.

Visando melhorar o país em níveis de segurança, a Missão estabeleceu planos e ações. A etapa inicial da Missão consistia na restauração da paz no país. A segunda compreendia a reforma e desenvolvimento do setor de segurança do país, que englobava a Polícia Nacional Haitiana (PNH), o estabelecimento do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração, e o sistema prisional e judiciário (MAESTRELLI, 2010).

Em conjunto com a Força Militar da Missão, inicialmente, foram desdobrados policiais internacionais da ONU, que, em conjunto com a PNH, buscaram se manter em todo o território inicial, para tentar conter não só a violência, com operações militares e policiais, como também os efeitos psicológicos decorrentes dela. O primeiro-comandante brasileiro do componente militar narrou que a imprensa local e os correspondentes estrangeiros exageravam em suas narrativas sobre segurança no país, caracterizando qualquer disparo como caos, valorizando assim seu próprio trabalho e prejudicando a imagem local. Isso conseqüentemente causava pânico no haitiano, uma síndrome de insegurança, que necessitava ser contida (AGUILAR, 2014; BRASIL, 2005).

Em outubro de 2004, estabeleceu-se um Centro de Operações Conjuntas da MINUSTAH e da Polícia Nacional Haitiana na cidade de Porto Príncipe, em busca de uma melhor coordenação entre a polícia civil, componentes militares da Missão, e a PNH, em ações comuns; assim como reestabelecer a confiança da população na capacidade das mesmas. Um dos bairros, com especial atenção após a criação desse Centro de Operações, foi o de *Bel Air*, uma região muito pobre, que se encontrava gravemente afetada pela violência

das quadrilhas. A Missão manteve uma forte presença nessa zona, realizando patrulhas e estabelecendo um posto conjunto com a PNH funcionando 24 horas. Em julho de 2005, a situação do local tinha melhorado consideravelmente. As ações contribuíram para diminuir os atos das gangues no local, prendendo grandes líderes e membros das mesmas. Alcançou, do mesmo modo, o êxito de abrir delegacias da PNH, e a normalização dos mercados públicos e reabertura de escolas (UN, S/2004/908, 2004; UN, S/2005/313, 2005; UN, S/2005/631, 2005).

Outro local de atenção foi *Cité Soleil*, em Porto Príncipe. Militares da MINUSTAH, em conjunto com a UNPOL e a PNH, realizaram operações com o fim de reestabelecer a ordem pública, e ter o controle sobre as quadrilhas e suas armas e munições. Entre os anos de 2004 e 2005, os mesmos mantiveram uma presença permanente nas delegacias do bairro, realizando numerosas patrulhas, estabelecendo postos de controle permanentes, e fornecendo assistência humanitária. Com isso, houve melhorias para a região na questão de segurança e retomada parcial das atividades cotidianas. Contudo a situação continuava sendo problemática (UN, S/2005/124, 2005; UN, S/2005/313, 2005; UN, S/2006/60, 2006).

Uma das grandes operações foi em 06 de julho de 2005, com fins de derrotar o grande e poderoso líder haitiano Dread Wilmé. Com o uso de helicópteros e blindados, centenas de soldados invadiram *Cité Soleil* realizando uma grande operação, dando cerca de 22 mil disparos no local, provocando 60 mortes, e centenas de feridos. Dentre os mortos, estava Wilmé, que era o grande objetivo da Missão, mas também vítimas inocentes, como mulheres e crianças. Essa operação chamou grande atenção da comunidade internacional, que acusou a MINUSTAH como protagonista de um grande massacre (SEITENFUS, 2014).

Desde seu início a Missão sofreu muitas acusações, como essa, por torturas, estupros, massacres e agressões contra a população civil, principalmente em favelas (BRITO, 2009). A utilização da força, respaldada pelo capítulo VII das Nações Unidas, era um grande instrumento que a Missão utilizava para a conquista de seus objetivos, como a prisão de líderes por exemplo. No entanto, essa força com abuso resultava, muitas vezes, em tragédias contra inocentes.

Um relatório da *Réseau National de Défense des Droits humains* (RNDDH) do ano de 2005, por exemplo, atribui à MINUSTAH mau comportamento em questões de direitos humanos, descrevendo sobre casos de mortes, estupros, abuso da força, impunidade, e tratamentos humilhantes realizados em um ano de sua presença. Um dos casos relatados foi de acusação para os soldados da MINUSTAH, em *Petit-Goâve*, de fazer uso indevido da força para desalojar ex-militares de ocupações ilegais de delegacias, que sucedeu na morte do

jornalista Robenson de Laraque²⁵ por balas em seu ambiente de trabalho. O fato, até aquele momento, não tinha passado por nenhuma investigação (RNDDH, 2005).

Logo, podemos contestar o uso indiscriminado da força pela Missão, em questão de justiça para o povo haitiano, e eficácia em um país como aquele, com um histórico de repressão, movimentos, golpes, violência e insatisfação. Seria a força e a violência a melhor solução para a natureza haitiana? Para o fim de paz duradoura seria o meio mais adequado e único?

Segundo Seitenfus (2014), era chocante o fato das Nações Unidas utilizar da força para estabilizar o país. Que se tratava de uma repetição de táticas e ações do passado, cujos resultados fracassaram inegavelmente.

O batalhão brasileiro, desde o início da Missão, possuiu uma característica diferente dos demais batalhões em relação a isso. Além da realização de ações militares para tentar garantir a segurança, promoviam Ações cívico-sociais (Acisos), tendo em vista que não aceitavam o comportamento dos demais países de imposição de força, sem ter em conta as necessidades sociais, militares, econômicas, humanas, daqueles haitianos em condições miseráveis (SEITENFUS, 2014). Essas ações de entrosamento entre a tropa brasileira e a população haitiana passava, conseqüentemente, uma imagem positiva do batalhão, e resultou em uma diminuição de tensões e melhorias provisórias para a população nas áreas em que o mesmo atuou.

Contudo, os demais países, nesse período, não aceitavam essa proposta brasileira, de utilizar militares para outros fins, diferente da guerra e do combate. Logo, concentravam seus recursos e estratégias na manutenção da segurança, com uma visão de contenção de conflitos sob a ótica militar, sem dar recursos e apoio para a Missão empreender grandes projetos de desenvolvimento (SEITENFUS, 2014).

Nessa não aceitação, podemos verificar um desvio de entendimento real do problema haitiano e um jogo de interesses dos países com a Missão em uma ação predominantemente militar.

Consolidado na prática e nos espíritos, o paradigma haitiano satisfaz ao conjunto de atores. O governo dispõe de uma fonte segura de recursos, os países doadores recuperam a quase totalidade das doações, a elite haitiana recebe proteção e, finalmente a burocracia das organizações internacionais pode beneficiar-se de vantagens salariais. (SEITENFUS, 2016, p. 104).

²⁵ Da Radio *Télé Contact*.

A Polícia Nacional Haitiana, como demonstrado, também se inseria nas operações. Contudo, por se encontrar desestruturada com um baixo número de membros²⁶, não possuía a eficiência necessária. Logo, precisava de atenção da Missão para desenvolver-se a ponto de atuar melhor, e estabelecer-se naquele país, que tanto necessitava de um controle real próprio.

Foram realizadas, no período, algumas ações, pela UNPOL, com vias de melhor atuação da PNH, com programas de agrupamento das forças policiais em locais comuns, prestando assessoria e apoio às atividades de capacitação. Segundo o Relatório 313, do ano de 2005, em 9 de maio daquele ano, 415 agentes da PNH participaram do programa e também compartilharam os escritórios centrais e delegacias com a MINUSTAH. Com isso, melhoraram as relações de trabalho e troca de informações, e também a capacidade de fornecer apoio tático à polícia nacional. Contudo, o mesmo documento relatou que o baixo número de policiais da MINUSTAH, que falava francês, dificultava a execução desses programas, impedindo seus avanços rápidos (UN, S/2005/313, 2005).

A Missão, no entanto, não tinha o foco mínimo necessário para essa questão. Logo, “[...] as carências profissionais, técnicas e logísticas seguiram condicionando a eficácia da Polícia Nacional do Haiti e limitando a confiança da população.” (UN, S/2006/60, 2006, p. 7, tradução nossa). Assim, vendo a necessidade de uma reforma e fortalecimento efetivo, policiais civis da ONU fizeram uma avaliação de sua estrutura, necessidades, formação, logística e administração, para assim compor um plano de reestruturação a ser colocado em prática no ano de 2007 (UN, S/2006/60, 2006).

Um outro programa de ênfase, na segurança da Missão nessa fase, foi de DDR, que consistia “[...] na reintegração dos ex-combatentes à sociedade, a fim de transformá-los em participantes do processo de paz.” (MAESTRELLI, 2010, p. 61). Durante a cerimônia de instalação da Missão, ocorrida em junho de 2004, em Porto Príncipe, o Primeiro Ministro do país salientou que o desarmamento dos grupos armados era uma das principais preocupações. Estimava-se, em agosto de 2004, que esses grupos eram compostos por 25.000 pessoas (MINUSTAH, 2004a; UN, S/2004/698, 2004).

O Governo de Transição inicialmente, no ano de 2004, estabeleceu uma comissão interministerial de desarmamento adotando um marco legal, com liderança do Ministro do Interior e formada por antigos militares e representantes dos mesmos. Posteriormente, no ano de 2005, formou a Comissão Nacional de DDR, composta por membros de diferentes setores haitianos, tendo como intuito trabalhar em estreita colaboração com a Seção de DDR da

²⁶ Somente 2500 membros em março de 2004 (FORTIN; PIERRE, 2008).

MINUSTAH e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e facilitar a execução do programa em nível nacional (UN, S/2004/698, 2004; MINUSTAH, 2004b). Ambos tinham como foco principal os ex-militares nessa fase.

A MINUSTAH, em conjunto com a Comissão e o PNUD, realizou campanhas de incentivo e negociação com os ex-militares, assim como com os grupos armados.

Um exemplo de ação foi a proibição de uma manifestação armada dos antigos militares na capital. Em 18 de novembro de 2004, comemorava-se a data de celebração pela 201º aniversário da batalha de *Vertières*, que conduziu a independência do país. Isso repercutia no desejo de realização de um desfile armado por parte dos antigos militares. No entanto, o governo tinha anunciado, em dia próximo, uma medida proibindo o uso de armas a todos os grupos que quisessem celebrar o aniversário no país. Logo, as forças de paz da ONU foram interpostas e confrontaram com os militares para impedir a realização com o uso de armas. O desfile que não se realizou, em razão da não aceitação dessas condições, foi um grande objeto de publicidade. Abaixo duas imagens da publicação do jornal *Haiti en Marche* sobre o dia, retratando a desmobilização forçada dos ex-militares, e a espera do público apoiador para o desfile (EST-CE..., 2004).

Figura 3- Imagem da desmobilização dos ex-militares para o desfile armado



Fonte: EST-CE..., 2004, p. 1.

Figura 4- Imagem sobre haitianos esperando desfile armado



De nombreux partisans des militaires démobilisés venus assister à leur parade du 18 novembre mais qui n'a pu se dérouler normalement à cause de l'empêchement qui leur a été fait de porter des armes photo Yonel LouiHenM

Fonte: EST-CE..., 2004, p. 5.

O programa de DDR, no entanto, não obteve sucesso nessa fase. As dificuldades revelavam-se por um baixo número de funcionários governamentais ligados ao programa, uma falta de recursos e de apoio do governo e da comunidade internacional, uma justiça ineficiente para a demanda, e a grande relutância dos portadores de armas (UN, S/2005/631, 2005).

Segundo o Secretário Geral, sobre os ex-soldados, na época, “[...] um fato inquietante é que se negam a se desarmar a menos que cumpram suas exigências, e que outros grupos armados, fundamentalmente os seguidores de Fanmi Lavalas, conhecidos como *chimères*, se desarmem primeiro.” (UN, S/2004/698, 2004, p. 4, tradução nossa). Muitos continuavam relutantes no desarmamento voluntário, pelo fato de o Governo de Transição não cumprir a promessa de pagamento de indenizações ou pensões, e incorporação na polícia nacional ou novo cargo público (UN, S/2005/313, 2005).

Embora inicialmente houvesse progressos no estabelecimento do marco institucional para o processo de desarmamento, desmobilização e reintegração, as condições para alcançar um desarmamento total seguem sem êxito, em razão da insuficiência do

compromisso nacional em respeito à reconciliação, os escassos avanços conseguidos na reforma do setor de segurança, a falta de clareza sobre a condição futura dos ex-militares e a limitada criação de emprego, assim como o grande número de armas que permanecem em circulação. (UN, S/2006/60, 2006, p. 7, tradução nossa).

Um projeto com fins de Desarmamento, desmobilização e reintegração, em um país como o Haiti, necessitava de um plano e foco bem melhor adaptados à sua realidade, para conseguir ganhos reais. Com a ausência de Estado, de um desenvolvimento econômico real, de instituições fortes, de educação e empregos, a criminalidade só tendia a ser motivada pelos grupos armados, e pelos haitianos que frequentemente eram por eles aliciados por razões financeiras. Não bastava negociar, fazer campanhas, motivar, sem uma base real, e alternativas de vida para aqueles que seguiam no caminho da violência.

A MINUSTAH também buscou auxílio da população e de diferentes setores da sociedade, em suas atividades de manutenção de ordem e de segurança. O CPIO da Missão, em colaboração com as forças militares, e Polícia Civil Internacional, realizou, em abril de 2005, um seminário de capacitação sobre ordem e segurança pública para jornalistas haitianos, com o objetivo de promover o papel dos jornalistas na comunicação relativa à securitização e estabilização sustentável, dando-lhes conhecimentos e ferramentas para cobrir as atividades dos componentes militar, policial e civil da Missão. Durante o seminário, os participantes puderam compreender o mandato da MINUSTAH, conceitos de operações militares, de armamentos e equipamento militar, e processamento de informação como parte das operações de paz (MINUSTAH, PIO/PR/117/2005, 2005; MINUSTAH, PIO/PR/119/2005, 2005). Pode-se dizer que a Missão tinha um interesse em se fortalecer perante aos jornalistas, os quais eram grandes propagadores de informação no país, e os ajudariam a manter uma imagem viável, necessária para que seus objetivos fossem conquistados, e sua presença não contestada pelos haitianos.

Outra atividade foi a abertura pela UNPOL, atuante na MINUSTAH, da linha telefônica *Je Wè Bouch Pale*, a qual se constituía como um serviço gratuito e confidencial para os haitianos compartilharem informações a respeito de qualquer atividade de natureza criminal, violação dos direitos humanos, formas de corrupção e especialmente sequestros. A seção responsável pelo atendimento das ligações ficaria disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, nas línguas créole, francês e inglês. A informação recebida seria analisada, avaliada e encaminhada para a seção responsável da causa denunciada. Segundo o porta-voz da polícia civil, Jean François Vezina, pretendia-se, com a criação da linha, demonstrar ao público a determinação em melhorar a segurança haitiana. Ele acreditava que a colaboração

da população era essencial para o retorno do clima de segurança (MINUSTAH, PIO/PR/133/2005, 2005).

Mesmo com alguns progressos conquistados na manutenção da ordem e da segurança do país, muitos problemas graves ainda permaneciam. A falta de coordenação entre os componentes militar e policial da MINUSTAH, aliado ao abuso da força pela Missão, à predominância de militares, a um programa de DDR insuficiente, falta de atenção devida para a PNH e a projetos de desenvolvimento, foram alguns dos fatores que atrapalharam a questão nessa fase.

2.2 Estabilização Política e Governança

A realização do processo eleitoral no país foi um aspecto imprescindível a ser abordado, desde o início, pela Missão, já que o governo transitório instituído após Aristide carecia de legitimidade, e um governo legítimo e democrático, no país, se constituía como fundamental na visão da comunidade internacional.

Segundo o Secretário Geral (UN, S/2004/698, p. 6, tradução nossa):

O Governo de Transição reafirmou seu compromisso de organização de eleições municipais, parlamentárias e presidenciais em 2005, reestabelecendo a estabilidade macroeconômica, iniciando um processo de reconciliação nacional e fomentando um diálogo político de base ampla.

Logo, a MINUSTAH, em conjunto com o Governo de Transição e a Organização dos Estados Americanos (OEA), iniciou um trabalho para restaurar a governança e preparar as condições para uma transição política democrática por meio de eleições (AGUILAR, 2013). As atividades para o processo eleitoral realizadas pela MINUSTAH se centraram principalmente na prestação de assistência de segurança, técnica, administrativa e logística (UN, S/2005/313, 2005).

Um Conselho Provisório Eleitoral (CEP) foi formado em 2004, tendo como responsabilidade organizar as eleições, suas regulamentações e cronograma. Em janeiro de 2005, apresentou uma proposta de calendário com indicação das eleições locais para outubro do mesmo ano, e parlamentares e presidenciais para os dois meses seguintes.

A ONU e a MINUSTAH, que atuou no processo, incluiu mecanismos de assistência para a formulação das leis eleitorais e suas regulamentações, planejamento operacional, capacitação dos envolvidos no processo, questões administrativas e financeiras, campanhas de

educação cívica para a população, estabelecimento da lista de eleitores, distribuição do material eleitoral, e mapeamento da votação (AGUILAR, 2013; AGUILAR, 2014).

No ano de 2005, o CEP com o auxílio da MINUSTAH, lançou um programa de educação cívica, construído em torno de campanha de comunicação para promoção do processo eleitoral, e formação de agentes civis. Uma das campanhas cívicas realizada foi destinada aos jornalistas, em fevereiro de 2005. Constituiu-se em um seminário de informação e sensibilização para os jornalistas haitianos sobre o novo decreto eleitoral das eleições. Max Mathurin, presidente do CEP, em comunicado de imprensa, reconheceu o papel que os meios de comunicação, de formato audiovisual, poderiam desempenhar para aumentar a consciência naquele país, onde a tradição oral era a forma mais comum de comunicação (MINUSTAH, PIO/PR/86/2005, 2005).

O incentivo para a participação feminina na política também se constituiu como um foco da Missão. A participação das mulheres era pequena, havendo assim uma necessidade de melhoria para progredir em demais setores. Segundo a Secretária Geral do Coletivo de Mulheres Haitianas para participação das mulheres na política - *Fann Yo La*, tinha-se um grande interesse feminino na questão. Contudo o medo da violência, do peso de sua responsabilidade como mulher, chefe de família²⁷, da falta de financiamento e incentivo na campanha política, e ausência de política de formação e sensibilização, entre outros fatores, contribuíam para essa desigualdade. Logo, a MINUSTAH em conjunto com o governo e instituições, realizou algumas iniciativas para o desenvolvimento da questão (MINUSTAH, PIO/PR/88/2005, 2005).

Em setembro de 2005, a Organização *Le Réseau des Femmes Candidates pour Gagner* com o auxílio da MINUSTAH, iniciou a emissão do programa de rádio semanal *Vote Fann*, em trinta estações de rádio no país, e tinha por objeto “[...] divulgar a promoção das mulheres nas próximas eleições, para além da sua filiação política, divulgando seus projetos e sua visão para o futuro do país.” (MINUSTAH, PIO/PR/171/2005, 2005, tradução nossa). A primeira edição permitiu às mulheres expressarem suas preocupações sobre o processo eleitoral, e realizar recomendações ao CEP para o registro de eleitores(as) em todo o país. Para o chefe da Missão era importante promover a participação das mulheres em programas de comunicação para uma maior consciência tanto das candidatas como das eleitoras (UN, S/2005/631, 2005; MINUSTAH, PIO/PR/88/2005, 2005). O rádio poderia ser um grande meio para isso, já que

²⁷ A irresponsabilidade do homem haitiano era uma grande marca. Muitos abandonavam as mulheres com os filhos, sem ao menos registrar e dividir as responsabilidades. Logo, muitas mulheres se tornavam as chefes de família (HAÏTI..., 2009).

naquele país, atingia um grande público, sendo o meio mais popular de notícias (NELSON; SIGAL; ZAMBRANO, 2010).

Figura 5- Programa *Vote Fann* em comunicado de imprensa

UNITED NATIONS
United Nations
Stabilization Mission
In Haiti



MINUSTAH

NATIONS UNIES
Mission des Nations
Unies pour la
Stabilisation en Haïti

PIO/PR/171/2005

COMMUNIQUE DE PRESSE

« Le Réseau des Femmes Candidates pour Gagner » lance son programme radio « VOTE FANM »



Port-au-Prince, 1^{er} septembre 2005 - « Le Réseau des Femmes Candidates pour Gagner », en collaboration avec la Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH), a lancé, 1^{er} septembre 2005, son programme d'information et de sensibilisation radiophonique «Vote Fanm» sur une trentaine de stations radio du pays. Ce nouveau programme hebdomadaire sera diffusé dans l'émission « ESPAS MINUSTAH », tous les jeudis à 1h 30 à Port-au-Prince.

Fonte: MINUSTAH, PIO/PR/171/2005, 2005.

Além desse programa, a Missão, com sua Seção de Gênero e o Centro de Formação Integrada, e a Organização mencionada acima, auxiliou em cursos de formação e fóruns para as mulheres na política. Como disse a Conselheira da Seção de Gênero: “Este compromisso é trabalhar no sentido de desenvolver uma política diferente, trazendo uma nova perspectiva em um espaço democrático, em busca da igualdade e rejeitar os arcaísmos de discriminação.” (MINUSTAH, PIO/PR/191/2005, 2005, tradução nossa).

No entanto, poucas mulheres ainda participavam efetivamente na questão, que deveria ser bem melhor empreendida e planejada para êxito. Um problema como esse, de desigualdade de gênero na política, tinha raízes bem mais profundas na sociedade, e para contornar isso não bastavam meios superficiais. Programas de incentivo, formação e organização poderiam ser desenvolvidos, mas somente com meios reais, e complexos de inclusão da mulher na sociedade haitiana, é que a questão seria efetivamente resolvida.

Uma outra iniciativa, no âmbito, consistiu no diálogo e reconciliação nacional. Segundo Torchiaro (2007, p. 60), o mesmo era essencial para melhoria na coesão social, avanço na reconciliação nacional, construção de um consenso e melhoria na governabilidade e estabilidade de um país como aquele.

Em abril de 2005, o Governo de Transição iniciou o plano de Diálogo Nacional, instituindo uma comissão de 12 membros de diferentes setores da sociedade e grupos políticos. O mesmo tinha o intuito de fornecer o mapeamento do espaço político haitiano para o reconhecimento de todas as ideologias existentes, para um possível diálogo entre os atores políticos. Em pouco tempo instituído, 17 partidos políticos assinaram um Código de Conduta Ético, não obrigatório, em que se comprometiam na renúncia à violência e na realização de ações para um processo eleitoral democrático e eficaz (TORCHIARO, 2007; CORBELLINI, 2009).

O Conselho de Segurança, através da Resolução 1608 (2005), apontou incentivo a essa iniciativa. Enunciou:

Acolhe-se, com satisfação, em 7 de abril de 2005, o início do “diálogo nacional” pelo Governo de Transição do Haiti, e destaca-se que esse diálogo deve apontar ao objetivo a longo prazo de reconciliação nacional e, a um prazo mais curto, a celebração de eleições limpas e inclusivas; exorta-se ao Governo de Transição do Haiti a que redobre seus esforços em prol desse processo essencial e convida a todos os haitianos a participar desse diálogo sem demora. (UN, S/RES/ 1608, 2005, p. 3, tradução nossa).

No entanto, apesar das iniciativas do governo e da Missão em fortalecer o diálogo, a tradição de luta pelo poder e diversificação cultural haitiana não respondeu a isso, muitas vezes, de modo necessário, não contribuindo para a estabilidade política do país.

A tendência de antagonismo político entre grupos, facções e partidos políticos era predominante. Tendo em vista que o país foi dominado por uma recorrente instabilidade política ao longo de sua história, com intervenções estrangeiras, e dirigentes chegando ao poder com desejos absolutos, por meio de assassinatos, golpes, complôs, revoluções e quarteladas, a tradição democrática não existia²⁸ e as diferenças e pontos de vista contraditórios não eram aceitos na vida política haitiana (SEITENFUS, 2014; TORCHIARO, 2007). A busca incessante pelo poder era uma característica, que gerava tensões, rivalidades e lutas no país. Logo, haitianos não aceitariam facilmente a imposição de atores externos em suas vias políticas, complexas em sua essência.

Sobre esses problemas políticos, a perspectiva de um jornalista:

²⁸ Em 200 anos de independência somente quatro líderes foram eleitos democraticamente.

Em nível de governo, a dita classe política e a comunidade internacional seguem o curso para as eleições. Evidentemente, essa é uma obrigação. Somente a votação que poderia dar legitimidade a uma equipe de homens para governar um país. Só que apenas alguns meses antes das eleições, os cidadãos ficam perplexos. Pergunte a um homem na rua quais são os candidatos que terão o seu voto. Ninguém em vista, apesar do fato de que os partidos políticos se multiplicam em congressos e reuniões. Eu não acho que é uma falta de interesse. Eu diria que é uma total falta de resposta aos principais problemas que a sociedade enfrenta. [...] Depois de ser uma vítima da grande impostura dos Lavalas, o povo haitiano, obviamente, não quer dar seu voto para os políticos que pensam que meros slogans podem valer os seus eleitores. O lado da classe política, nada parece provar que quer se destacar de uma prática mais que secular que é de construir sobre as emoções primárias, porque, de fato, o sistema deve ser deixado no local por nós para vir a gozar dos privilégios que oferece. No entanto, cada dia que passa está ficando cada vez pior a vida cotidiana no Haiti. A taxa de desemprego, que certamente deve subir ano após ano, cria as condições para uma permanente insegurança. E nenhum discurso político leva em conta a realidade. (ÉLECTION..., 2005, tradução nossa).

Muitos haitianos defendiam a necessidade de melhorias no país para as condições sociais, econômicas, de educação, entre outros. Mas não conseguiam ver, nos políticos e na presença internacional, a solução para o país. Ambos deveriam se mostrar e aplicar melhor em projetos concretos para a população.

O processo de eleições haitianas, apesar das diversas iniciativas, encontraram impedimentos de natureza técnica, segurança, logística e coordenação. Foram adiadas por quatro vezes no ano de 2005. Ataques haitianos às tropas e instalações da ONU, em retaliação aos atos em conjunto realizados pela MINUSTAH e a PNH para manter a segurança no país, assim como rivalidades políticas continuando a gerar graves tensões e problemas na sociedade, compunham parte desse cenário. A falta de recursos e fragilidade de grande parte das instituições também eram grandes problemas que dificultavam as eleições (MONTENEGRO, 2013).

Sobre esse período Saint-Cyr, no jornal *Haiti en Marche* do país, narrou:

No papel, todas [...] boas intenções [da MINUSTAH] são grandes. Mas, na verdade, a realidade é bastante diferente. A insegurança nunca foi tão generalizada. Áreas sem lei estão surgindo. A área popular de Bel-Air e a grande favela de Cité Soleil são desafios para as autoridades estabelecidas. Nesses bairros, estupro, violência, sequestros e disparos de armas de guerra são comuns. PNH, a única força armada legal do país, parece claramente ultrapassada pelas atrocidades cometidas pelos bandidos. Além disso, a PNH teve de se desfazer de uma grande parte da sua força de trabalho por causa de grave suspeita de violações dos direitos humanos. (SAINT-CYR, 2005, p. 9, tradução nossa).

Segundo a RNDDH, em junho de 2005, a situação de segurança no país se apresentava com índices piores que do período de entrada da Missão no país. Atribuía ao Estado uma grande fragilidade, e à MINUSTAH uma falta de ações necessárias (RNDDH, 2005).

Buscando conter melhor a situação para a realização de eleições, em junho de 2005, o Conselho de Segurança, através da Resolução 1608 (2005), aumentou o número de tropas, pedindo por um plano melhor elaborado para o processo, que controlasse com os problemas, e solicitou a compreensão dos doadores internacionais para que provesses os recursos necessários (UN, S/RES/1608, 2005).

Em dezembro do mesmo ano, Valdés anunciou uma série de ações militares em Porto Príncipe e seus arredores, com fins de restauração da segurança pública para a realização das eleições. Numerosos postos de controle móveis e fixos foram instalados segundo a zona de risco, e patrulhas por vias aéreas e terrestres aumentaram (MINUSTAH, 2006a). Na reportagem do jornal abaixo, temos uma foto de exemplo de policiais da ONU em patrulhas para o reestabelecimento da segurança para o processo eleitoral. O momento, segundo a mesma, caracterizava-se como uma “psicose coletiva”, com um grande número de assassinatos e sequestros (CAROIT, 2006).

Figura 6- Publicação sobre onda de violência no país no início de 2006

Page 8

CE QU'ILS DISENT

Mercredi 11 Janvier 2006
Haïti en Marche Vol. XIX No. 50

Haïti confrontée à une nouvelle vague de violences

LE MONDE . 9 Janvier
PORT-AU-PRINCE ENVOYÉ SPÉCIAL

La mort violente, samedi 7 janvier, du général brésilien qui commandait les troupes des Nations unies a alourdi l'atmosphère à Haïti, où les autorités, pressées par la communauté internationale, viennent d'annoncer

Haïti (Minustah), "il s'est apparemment suicidé en se tirant une balle dans la bouche" dans la chambre d'hôtel qu'il occupait sur les hauteurs de Port-au-Prince. La presse brésilienne de dimanche a relayé — mais avec circonspection — cette thèse du suicide. — *O Globo* allant même jusqu'à préciser que le général se sentait seul et

"PSYCHOSE COLLECTIVE"

"C'est un coup dur pour la Minustah, qui révèle la gravité des problèmes en son sein. Espérons qu'il l'incitera à agir pour rétablir la sécurité au lieu de rester spectatrice", commente Micha Gaillard, porte-parole de la Fusion, un parti social-démocrate. Craignant des "dommages collatéraux" au sein de la population civile, le général Bacellar s'opposait aux opérations musclées dans les bidonvilles de la capitale contrôlés par des gangs armés. Après une période d'accalmie, Port-au-Prince connaît une nouvelle vague de violences depuis un mois.

"La multiplication des assassinats et des enlèvements a créé une véritable psychose collective", observe Yves Colon, un Haïtien-Américain revenu au pays pour diriger une ONG qui forme de jeunes journalistes.

Jedi, lors d'une réunion avec les responsables de la chambre de commerce et d'industrie, le général Bacellar avait été durement apostrophé par les patrons, qui lui reprochaient la passivité de la Minustah face à la recrudescence des actes criminels. La chambre de commerce a lancé un appel à la grève générale, lundi 9 janvier, "pour forcer la Minustah à prendre les mesures qui s'imposent". Autour de l'aéroport et sur la route de Frères qui monte vers Pétionville, les forces de l'ONU ont multiplié les points de contrôle.

Le doigt sur la détente, les casques bleus fouillent les véhicules suspects à leurs yeux. L'ONU a



Policiers d'Afrique francophone en Haïti pour aider à la réussite du processus électoral photo Yonel Louis/HenM

Segundo o coronel Michel Duhamel²⁹, “[...] os exercícios de demonstração de força são destinados a tranquilizar o público com uma grande presença policial e militar, bem como uma demonstração da capacidade das forças de dominar todas as situações, isso a fim de encorajar as pessoas a votar.” (MINUSTAH, 2006b, tradução nossa). No entanto, como vimos no eixo anterior dessa fase, a força representava, muitas vezes, um problema e afrontamento ao haitiano, que não aceitava facilmente a imposição estrangeira, devido à sua natureza histórica de repressão. Com isso, mais conflitos e revoltas eram motivadas no meio. Esforços e planos reais para melhores condições de vida eram necessários para a segurança e a vida haitiana efetivamente melhorarem.

As eleições presidenciais e legislativas, com orientação e supervisão da MINUSTAH, foram, enfim, realizadas entre fevereiro e abril de 2006. Mais de 60 por cento dos eleitores compareceram às urnas no primeiro turno, presente em 804 centros de votação, e a legitimidade do processo não foi contestada. Diante de 33 candidatos concorrendo à presidência, René Préval saiu vitorioso, tomando posse em 14 de maio de 2006. Da mesma forma, 27 senadores e 88 deputados foram eleitos, assumindo em 9 de maio do mesmo ano. Os candidatos foram, de forma justa, eleitos e empossados. O processo, segundo o Conselho de Segurança, gerou um nível de engajamento político, além de levar à criação de um Parlamento amplo e a constituição de um governo multipartidário (UN, S/2006/592, 2006).

Muitos desafios e questões seguiam para o próximo período da Missão, que agora tinha um representante legítimo com quem trabalhar.

2.3 Direitos humanos

Um cenário de complexidade e gravidade humanitária foi o que a MINUSTAH se deparou no início da Missão. A pobreza demasiada, degradação ambiental, e inúmeros outros problemas atordoavam o país. A situação caótica de violações aos direitos humanos haitianos derivou principalmente “[...] da instabilidade política e institucional, da precária situação socioeconômica, da ineficiência da segurança pública, do tráfico de pessoas, pelos abusos sexuais contra as mulheres, dentre outros atos de violência.” (MAESTRELLI, 2010, p. 65).

²⁹ Chefe da Força Militar da Missão no período.

A proteção e promoção dos direitos humanos estavam, de forma integral, ligadas às reformas jurídicas, fortalecimento institucional, educação cívica e apoio às organizações de defesa dos direitos humanos por parte da ONU.

Nesse período, os principais propulsores de violação aos direitos humanos eram os ex-militares, a PNH e as gangues armadas. Uma das questões de desrespeito mais comuns no país era a precária situação das prisões, e a prática de detenções preventivas.

Inúmeras pessoas são mortas em ações do PNH - inclusive reféns e civis sem qualquer vínculo com grupos violentos - as cadeias são lotadas por presos que, em sua maioria, não foram julgados; muitos dos que foram, por sua vez, cumprem pena muito maior do que lhes foi designada, pelo simples fato de não haver um controle formal e eficiente. (VERENHITATCH, 2008, p. 32).

No início da Missão, o assessor de direitos humanos das Nações Unidas, para apoio ao país, iniciou a colaboração no campo dos direitos humanos enquanto a seção específica ainda não era formada. Realizou consultas com autoridades haitianas, grupos da sociedade civil, organismos da ONU, OEA e a comunidade diplomática, sobre as medidas necessárias para promover o respeito aos direitos humanos durante o período de transição, focando em particular nas violações de direitos individuais, condições nas prisões, delegacias, prisões arbitrárias e detenções ilícitas (UN, S/2004/698, 2004).

Depois de formada a Seção de Direitos Humanos, seus integrantes, em conjunto com a UNPOL, participavam de investigações das alegadas violações, e realizavam treinamento e monitoramento da promoção do respeito aos direitos humanos nas instituições interligadas, como nos escritórios de promotoria, juzizados de paz, delegacias, tribunais e prisões. Um dos casos de investigação foi de um morador de *Bel-Air*, que tendo sido detido em uma operação conjunta entre a MINUSTAH e a PNH, foi encontrado morto logo após sua prisão. Outro foi de um jornalista, com a suspeita de ser morto, pela PNH, durante uma operação policial em 14 de janeiro, no distrito de *Village de Dieu*, em Porto Príncipe (ESCOTO, 2009; UN, S/2005/124, 2005). No clima de rumor e imprecisão que o país se encontrava, a necessidade de informações e esclarecimentos, por parte da ONU, era muito importante para a sua imagem, que não era, muitas vezes, boa (FIDH, 2005).

As mulheres e crianças eram consideradas como categorias mais vulneráveis no país, sendo grupos declarados prioritários de proteção.

A distinção entre homem e mulher era uma marca evidente em variados setores da sociedade, como a educação por exemplo. Segundo dados de 2003 do Instituto Haitiano de Estatística e Informação (IHSI), o índice de alfabetização dos homens era 63,8%, enquanto

para as mulheres 58,3%. Nas áreas urbanas, o índice era ainda mais desigual, com 80,5% dos homens alfabetizados, enquanto 47,1% para o gênero feminino. Além disso, apenas 1,1% dos homens chegavam a níveis universitários, enquanto apenas 0,7% das mulheres. A sociedade se importava bem mais com a educação do homem do que com a da mulher, que tinha bem mais impedimentos para acesso. No mercado de trabalho, isso era também visível nas carreiras de liderança, e na ocupação das vagas, por exemplo (LA FEMME..., 2007).

Segundo o jornal *Le Nouvelliste*, essa diferença advinha de sequelas da escravidão haitiana, que destruía estruturas familiares e impunha o papel reprodutivo à mulher para a perpetuação da escravidão, ignorando os papéis de pai e mãe. E a sociedade, mesmo dois séculos após a abolição e independência do país, manteve essa divisão, designando a função biológica à mulher e produtiva ao homem (LA FEMME..., 2007).

A situação de insegurança e impunidade presente no país, desde 2004, incidiu no aumento da violência sexual contra mulheres e meninas, por parte da PNH ou de gangues armadas, sendo muito preocupante principalmente em Porto Príncipe, onde as mesmas eram vítimas constantes de agressão sexual. As principais vítimas eram jovens e crianças, com algumas possuindo apenas 3 anos de idade. O sequestro era outra prática, plenamente associado ao estupro, e em ascensão. Esses abusos tinham consequências físicas e psicológicas como: depressão, distúrbios psicológicos, doenças venéreas, gravidez forçada, e doenças sexualmente transmissíveis (TORCHIARO, 2007; FIDH, 2005). Os serviços oferecidos ao gênero feminino eram muito precários e quase inexistentes (UNICEF, 2016).

A Unidade de Gênero, trabalhando em coordenação com a UNPOL, e demais organizações locais, tinha como intuito a proteção às mulheres e promoção de políticas públicas relacionadas, principalmente contra à violência sexual, tendo em vista que o gênero era um dos principais fatores problemáticos no país³⁰.

Em fevereiro de 2005, parceiros, nacionais e internacionais, ligados ao plano interinstitucional de combate à violência contra as mulheres, realizaram seminário com foco em definir estratégia nacional para formulação de medidas a esses fins. Em todos os escritórios da Missão, realizou-se campanha com cartazes, ligados à proibição de exploração e abuso sexual. Houve, também, capacitação dos novos membros da Missão sobre as normas e políticas da ONU ligadas à exploração e abuso sexual (UN, S/2005/313, 2005).

No processo eleitoral, a Missão organizou-se para promover a participação das mulheres na política. Na sequência disso, intensificou seu trabalho na questão da violência

³⁰ Enquanto a violência contra a mulher era dirigida a cerca de 48,4%, somente 4,9% era direcionada aos homens (MINUSTAH,PIO/PB/2004, 2004).

contra as mulheres, fazendo parte como membro da Comissão Nacional de Coordenação sobre a Prevenção da Violência Contra a Mulher - *Concertation Nationale Contre Les Violences Faites aux Femmes*, que tinha como objetivo fortalecer a prevenção e combater a violência, com o desenvolvimento de atividades coordenadas entre o Estado, a sociedade civil e agências de cooperação internacional. Segundo estatísticas, o número de mulheres e meninas recebidas pela Comissão, na época descrita, foi gradualmente aumentando. Constatava-se que grande parte das violações eram cometidas por quadrilhas, com armas por fins de intimidação, e 50% das vítimas eram menores de idade. No entanto, o Secretário-Geral relatou que pareciam ser poucos os casos de violência denunciados aos setores de justiça e segurança, em razão da falta de confiança no sistema, e receio de retaliação, favorecendo assim a impunidade (UN, S/2006/60, 2006; UNICEF, 2016).

As crianças eram outra categoria em grande perigo na sociedade. Segundo o relatório da *United Nations Children's Fund* (UNICEF) “*L'enfance en péril*” de 2005, as estatísticas revelavam que a cada ano no país, de 1, 2 milhões de crianças, 30 mil morriam antes de completar 5 anos; que 173.000 eram trabalhadoras domésticas, 2.500 viviam nas ruas, e 2.000 eram vítimas do tráfico para a República Dominicana a cada ano. Estimava-se também que a taxa de escolaridade era somente 54% no país, enquanto no Caribe era de 93% (ALTERPRESSE, 2005).

A delinquência infantil e juvenil era um dos principais problemas da categoria. A negligência parental, os conflitos familiares, bem como os comportamentos perversos na sociedade, a promiscuidade, as drogas, a ignorância, a falta de políticas de educação, a indiferença e egoísmo dos ricos, eram algumas das causas dessa forma de violência. Mas a extrema pobreza haitiana era a principal base (DUMAS, 2005; JÉRÔME, 2005).

Como narrou a MINUSTAH em um artigo de *Le Nouvelliste*:

Esta situação de pobreza obriga milhares de crianças, no Haiti, para apoiar as suas necessidades e, em muitos casos, das suas famílias. Muitas vezes, a necessidade de responder a certas carências entrega as crianças à mercê de seus predadores, ou à associação de algumas crianças com grupos armados. (JÉRÔME, 2005, tradução nossa).

Muitas gangues aproveitavam-se então da situação para aliciá-las, e ter um maior apoio. Abandonadas, muitas vezes, e sem muitas alternativas de vida naquele país miserável, escolhiam esse caminho das gangues, contribuindo ainda mais para a criminalidade e violência haitiana. Logo, para buscar diminuir a delinquência infantil e juvenil diversos problemas deveriam ser tratados na sociedade, desde a educação, alimentação, família,

desenvolvimento econômico e social, e direitos humanos. A questão se encontrava muito problemática, com a necessidade de programas e projetos plenos.

A Missão estabeleceu uma Unidade de Proteção da Criança, a qual coletava informações, monitorava a situação, conduzia treinamentos para pessoas da ONU e da PNH, com maior ênfase para ações relacionadas às crianças com maiores necessidades, como as submetidas à violência, exploração sexual, tráfico ou gangues armadas, especialmente na capital (AGUILAR, 2013).

Segundo o Relatório 124 do ano de 2005 da Missão, a MINUSTAH, o UNICEF, e organizações de direitos humanos, chamou a atenção para a questão da incessante violência contra as crianças no país, que eram provocadas principalmente por membros de quadrilhas e pela PNH. Um dos episódios foi no final de 2004, no distrito de *Bel-Air* em Porto Príncipe, quando agentes da PNH, que perseguiam suspeitos de uma quadrilha, dispararam contra estudantes de uma escola na região, ferindo vários. Outro fato ocorreu em *Cité Soleil*, anteriormente a operação conjunta da Missão e da PNH, quando de 30 a 40 crianças morreram no meio dos atos violentos de quadrilhas (UN, S/2005/124, 2005).

No ano de 2005, a MINUSTAH com o intuito de abordar o problema das violações ocasionadas pela PNH aos direitos da criança, assinou um acordo para fornecer capacitação sobre proteção integrada a todos os novos cadetes da polícia. Além disso, em colaboração com a Coalizão Haitiana para os Direitos da Criança, realizou no país uma campanha conjunta de sensibilização contra todas as formas de violência infantil, incluindo o abuso sexual e a prostituição (UN, S/2005/631, 2005).

Segundo o Secretário Geral, no ano de 2006, o respeito aos direitos humanos no país, não conseguiu chegar a níveis aceitáveis (UN, S/2006/60, 2006). Gangues armadas, tortura, prisões preventivas, maus tratos, violência coletiva, violência sexual, sequestros, roubos, atos de extorsão, entre outros, caracterizavam as violações.

Pierre Esperance, diretor executivo do RNDDH, narrou durante um seminário no país de 2006³¹, sobre a situação dos direitos humanos, demonstrando que a administração do Governo Transitório não tinha feito nada para combater a impunidade e as prisões preventivas prolongadas, e que a impunidade e a corrupção eram consideradas como “cânceres” do

³¹ Em maio de 2006, foi realizado um seminário sobre “O sistema de defesa de direitos humanos da ONU e interamericano”, no país, sob organização da RNDDH, Serviço Internacional para os Direitos Humanos, e fundação Sueca para os Direitos Humanos. Tinha como objetivo dotar os setores do país de instrumentos internacionais sobre a temática, e provocar debate e reflexão. Contou com a participação de organizações nacionais e internacionais, funcionários da PNH, magistrado, advogados, jornalistas, entre outros (JÉRÔME, 2006).

sistema judicial haitiano. Enfatizou a necessidade de o novo Governo banir as práticas de violação aos direitos humanos, e defendeu o ensino dos direitos humanos em vários setores do país. Como narrou a um jornal haitiano: “Os direitos humanos são respeitados na medida em que eles são conhecidos. Eles são conhecidos se eles são ensinados.” (JÉRÔME, 2006, tradução nossa).

A falta de instituições eficazes na defesa do Estado de direito era uma das principais causas de tudo isso. O Conselho de Segurança da ONU narrou:

Reconhecendo que o Estado de direito e o respeito aos direitos humanos são componentes imprescindíveis das sociedades democráticas, reafirmando o mandato da MINUSTAH a esse respeito, e exortando às autoridades haitianas a que executem uma reforma completa em todos os aspectos do Estado de direito, e promovam e protejam os direitos humanos e as liberdades fundamentais. (UN, S/RES/1658, 2006, p. 2, tradução nossa).

Thierry Fagard, representante do Alto Comissariado das Nações Unidas para os direitos humanos (ACNUDH), declarou, em uma conferência de imprensa no país, sobre essa situação catastrófica, e a necessidade de proteção da população com estações de apoio nas polícias, prisões, tribunais e demais instituições. Declarou sua ânsia para que o país respeite os direitos humanos, mas apresentava ser cético em melhorias na área por meio da assistência na cooperação internacional, tendo em vista que êxitos não transpareciam nessa constante presença no país. E como adicionou o jornal ao final da reportagem: “Às vezes a boa vontade e discurso não são suficientes.” (ALPHONSE, 2005, tradução nossa).

Portanto, o país se configurava ainda como muito problemático na questão de direitos humanos, e ações reais da ONU, do governo haitiano e demais colaboradores, nas diversas instâncias desse meio eram necessárias para alcançar-se um padrão conveniente aos direitos do ser humano do Haiti.

2.4 Desenvolvimento econômico e social

Tendo em vista o estado em que se encontrava o país, quando do estabelecimento da Missão, em maio de 2004, o Governo de Transição, com apoio de organismos bilaterais, multilaterais e da ONU, estabeleceu um quadro de cooperação interino provisório com metas e prioridades para as necessidades de desenvolvimento urgentes e em médio prazo. O quadro de cooperação foi elaborado por mais de 200 especialistas do Governo de Transição e da comunidade internacional, e se centrou em quatro metas, sendo: “[...] fortalecimento da

governança política e promoção do diálogo nacional, fortalecimento da governança econômica e contribuição ao desenvolvimento institucional, promoção da recuperação econômica, e melhoria do acesso a serviços básicos.”. As necessidades foram estimadas em 1.370 milhões de dólares (UN, S/2004/698, 2004, p. 6, tradução nossa).

Como já descrito, a situação se encontrava calamitosa em diversas questões. A extrema pobreza aliada com uma má distribuição de renda e grande desigualdade social caracterizavam o país. Poucos tinham acesso digno à saúde, educação, energia, água potável, infraestrutura, segurança, entre outros. A histórica fragilidade socioeconômica, somada à instabilidade política e os desastres naturais frequentes dificultavam lançar bases para um desenvolvimento econômico sustentado (ESCOTO, 2009, p. 102). O Governo de Transição se via cada vez mais pressionado para melhorias no setor de segurança e economia. Os ministérios e as principais instituições nacionais do país estabeleceram grupos de trabalho setoriais, e a comunidade internacional designou entidades de coordenação e execução para cada grupo (UN, S/2004/908, 2004). Contudo, alguns elementos atrapalhavam na sua plena aplicação. Além dos fundos serem escassos, havia dificuldade de aliar os projetos nas normas e regulamentos estabelecidos pelo Governo de Transição e os doadores, causando lentidão na formulação, aprovação e execução dos projetos (UN, S/2005/124, 2005). Logo, os projetos seguiam progredindo bem lentamente.

Os desastres naturais eram um grande problema para o país, que tinha uma capacidade limitada para resposta. Ao longo da história, o intenso desmatamento contribuiu para o fator risco de inundações e deslizamentos de terras, e, tradicionalmente, entre os meses de junho e novembro, o país passava por uma temporada de furacões. A localização geográfica, as construções de baixo padrão, e o investimento baixo do país tornava-o extremamente vulnerável a esses desastres. Todos os anos, milhares de pessoas eram afetadas por essas catástrofes. Logo, a MINUSTAH tinha de dar auxílio para essas situações e prover o Estado de capacidade para resposta em caso de emergências (AGUILAR, 2014).

Um dos grandes desastres naturais da época inicial, em que a Missão teve de somar esforços, foi a tempestade tropical *Jeanne*, ocorrida em 17 e 18 de setembro de 2004, na região de *Gonaïves*. Foram quase 300.000 pessoas afetadas, mais de 3.000 mortes e 4.628 casas destruídas (UN, S/2004/908, 2004).

Figura 7- Publicação do jornal *Haiti en Marche* sobre o desastre Jeanne em Gonaïves

Haiti en Marche

Haiti en Marche édition du 29 Septembre au 6 Octobre 2004 Vol. XVIII No. 35

ANALYSE
GONAIVES, 24 Septembre - Imaginez un pays sans chiens, ni chats, ni poules, ni boeufs, ni chevauts, ni moutons, ni cabris, ni chèvres, ni arafis (lizards), ni fourmis, aucune bête de la Création. Seuls quelques oiseaux noirs (corbeaux haïtiens ou "kaw") qui planent attirés par l'odeur des cadavres en putréfaction.

Le déluge a tué tous les animaux, outre les humains. Le nombre de Gonaïviens morts approche ce vendredi les 1.500, mais des blocs entiers de maisons n'ont pas encore été exptiés. Domiciles tombés. Leurs résidents s'y étaient enfermés, attendant d'échapper à l'avalanche liquide, au lavalas. Hélas.

Le Gonaïvien ne dit pas inondations mais déluge. Référence biblique. Déluge, ça en a tout l'air. Rien n'est resté. Seuls les plus justes, et encore ...

Symbolisme renforcé par l'image de cette Savane désolée

GONAIVES OU LE DELUGE

Et même les chiens se taisaient !



se sont retrouvés dans le canal, immobilisés et battus par les flots.

Le long défilé de poids lourds de l'aide internationale et de 4x4 des journalistes et cameramen accourus du monde entier, avance prudemment au milieu de ce bras de mer à forte odeur de cadavres d'animaux, ou pis encore, flottant d'une rive à l'autre ...

Les travailleurs humanitaires ont un cache nez.

On nous passe un citron. Tout le monde en garde un sous le nez. Son odeur d'"huile essentielle" amortit la pointe et prémunirait même contre certains microbes ...

La route asphaltée.

(voir Déluge / 4)

Des cadavres nombreux et en putréfaction en route pour la fosse commune photo AP

métamorphosée subitement en mer immense interdisant l'entrée de la ville. Ne passe pas qui veut. Notre passager s'appelle, qui sait, Noé. Plusieurs véhicules ont franchi sans avertissement. Ils



La Savane Désolée devenue comme par magie un océan photo Toni Louis/HenM

Sommes-nous un peuple d'assistés?

EDITORIAL

PORT-AU-PRINCE, 26 Septembre - Un humanitaire étranger aurait déclaré à la télévision qu'ils sont les seuls à assister les sinistrés des Gonaïves et qu'il n'a encore vu aucune autorité ni aucun professionnel haïtien sur le terrain.

Peu-être. En effet Port-au-Prince, selon son habitude, semble tarder à reconnaître l'importance de la catastrophe.

Dès le dimanche 19 septembre, le Premier ministre intérimaire Gérard Latortue survolait les départements

affectés (l'Artibonite et le Nord Ouest), accompagné du ministre de l'Intérieur et des Collectivités territoriales, Hérard Abraham.

Après avoir mobilisé la communauté internationale (conférences de presse, interviews aux médias étrangers), les chefs responsables reconnaissent un hélicoptère, grâce aux matériels volants et roulants de la mission de paix internationale (Minustah), pour aller se rassurer que survolait les départements

(voir Assistés / 3)

Bilan:

près de 2000 morts

GONAIVES, 27 Septembre - Un convoi d'aide humanitaire a été a t t a q u é d i m a n c h e après-midi en plein centre de

Haiti en Marche

Port-au-Prince
100 Avenue Lamartinière au Bois Verne
Tél: 245-1910 Fax 221-0204

Miami
173 NW 64th street
Miami, Florida 33150
Tél: 305 754-6705 / 754-7543
Fax 305 756-6979

New York 914-358-7559

Boston 508-941-6897

Montréal 514 337-1286

email: pub@haitienmarche.com
URL : www.haitienmarche.com

Library of Congress #ISSN 1064-3896

Miami, New York, Montréal Boston ,
Washington, Chicago : \$ 1,00
Port-au-Prince : 10 Gourdes

Fonte: GONAIVES..., 2004, p. 1.

O Governo de Transição, as organizações humanitárias, organismos das Nações Unidas, junto com a MINUSTAH, realizaram tarefas coordenadas com o fim de socorro e recuperação da região, em caráter de urgência. Mais de 13,8 milhões de dólares americanos foram desembolsados por doadores para esse fim³². No início, o foco maior foi assistência humanitária, como, por exemplo, a distribuição de aproximadamente 6.386 toneladas de

³² Alemanha, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estados Unidos da América, França, Islândia, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Polônia, Suécia e Suíça (LE PAM..., 2005).

alimentos do Programa Mundial de Alimentos para cerca de 160.000 pessoas, distribuição de água e assistência médica. Voltou-se também para a reabilitação e reconstrução, com programas de dinheiro por trabalho, reconstrução de escolas, refeitórios escolares, centros de saúde, entre outros. A chamada para os trabalhos em caráter urgente terminou no fim de março de 2005, quando o Governo de Transição declarou início de esforços de reconstrução da cidade a médio e longo prazo (UN, S/2005/124, 2005; UN, S/2005/313, 2005).

No entanto, um ano após a catástrofe, a situação não era boa para os moradores da área atingida. O Programa Alimentar Mundial (PAM) parou seu programa de distribuição de alimentos seis meses após o desastre, o que afetou gravemente essa população, que possuía ainda grandes necessidades. Como narrou um auxiliador da distribuição de ajuda alimentar: “Eles não têm nada para comer, não há esperança para eles. As autoridades governamentais nunca colocaram os pés aqui, as pessoas estão morrendo de fome e doenças. [...] O que eles querem é a retomada da assistência.” (UN AN..., 2005, tradução nossa).

Mas o PAM declarava ter terminado o programa, por necessidade de voltar às suas atividades normais, como o fornecimento de alimento para 300.000 crianças em idade escolar; e a atenção do mundo não mais se voltava com tanta ênfase na assistência haitiana no período. Um fato que chamava a atenção do mundo: “[...] hoje, as câmeras de canais de televisão internacionais são voltadas sobre o sul dos Estados Unidos, golpeado pelo furacão Katrina, que deixou cerca de 800 mortos, de acordo com um número provisório.”. Anne Poulsen, porta-voz do PAM, temia que o Haiti não fosse mais prioridade, exclamando na reportagem: “Não esqueçam o Haiti, não esqueçam Gonaives.” (UN AN..., 2005, tradução nossa).

A crise humanitária, causada pela tempestade tropical Jeanne, demonstrou que a vulnerabilidade do Haiti a catástrofes naturais e sua necessidade de assistência internacional e desenvolvimento da capacidade são maiores do que o que se acreditava ao se estabelecer a Missão. (UN, S/2004/908, 2004, p. 11, tradução nossa).

Esses e outros desastres do período fizeram com que as Nações Unidas, o Governo de Transição, com apoio de alguns países, realizassem um estudo de riscos e vulnerabilidades do meio ambiente no país, para planejamento de futuras políticas e programas de resposta a emergências (UN, S/2004/908, 2004).

Com fins de desenvolvimento, a Missão buscou realizar projetos de impacto rápido - *Quick Impact Projects* (QIPs) - relativos a serviços básicos e à recuperação da infraestrutura. Estabeleceu uma comissão de revisão de projetos em apoio às iniciativas da sociedade civil e instituições públicas. Projetos na área de saúde, agricultura, distribuição de eletricidade,

HIV/AIDS, educação, água, saneamento básico, distribuição alimentar, geração de emprego, gênero, construção civil, indústria, infraestrutura, entre outros, foram instituídos (AGUILAR, 2013).

[...] é importante que a MINUSTAH tenha capacidade de executar rapidamente projetos de curto prazo que tenham efeitos tangíveis imediatos sobre a população. Caso contrário, não só uma grave situação humanitária se produziria, mas se poderia dar aos setores mais pobres da sociedade a impressão de que a MINUSTAH não está fazendo o suficiente para alcançar mudanças positivas e visíveis no Haiti. Ele, por sua vez, poderia criar maiores riscos de segurança para a Missão. Meu Representante Especial concluiu, portanto, que há necessidade que a MINUSTAH realize projetos humanitários com impacto imediato [...]. Estes projetos devem respeitar integralmente os objetivos do quadro de cooperação interino e também poderiam servir para incentivar outros parceiros para cumprir rapidamente os seus compromissos para o Haiti. (UN, S/2004/908, 2004, p. 11, tradução nossa).

Entre os anos de 2004 e 2005, a Missão aprovou, em 10 regiões do país, 98 projetos de impacto rápido em um valor total de 969.873 dólares (UN, S/2005/631, 2005). Dentre esses projetos, a operação voltou-se com maior atenção para as zonas de extrema pobreza afetadas pela violência, como *Cité Soleil*, em que realizou alguns programas de reabilitação, saneamento e saúde, que avançavam à medida que as condições de segurança melhoravam e davam condições para essas atividades serem realizadas (UN, S/2005/124, 2005).

Na área alimentar, a Organização para a Alimentação e Agricultura das Nações unidas - *Food and Agriculture organization of the United Nations* (FAO) - e o PAM realizou a distribuição de produtos alimentícios, intensificou o apoio à construção de bases para a produção doméstica de alimentos, assim como auxiliou a prestação de assistência alimentar imediata aos mais necessitados (AGUILAR, 2013). Em maio de 2005, por exemplo, realizou uma operação prolongada de socorro e recuperação para cerca de 550.000 pessoas, voltada à educação nutricional e assistência alimentar para os mais vulneráveis, como mães de crianças desnutridas, mulheres grávidas e crianças, além de pessoas com HIV/AIDS ou tuberculose (UN, S/2005/631, 2005).

Um desses auxílios foi para a *Association de solidarité nationale des personnes vivant avec le VIH/SIDA* (ASSON), que fornecia assistência (em 2005) para 750 pessoas vítimas desses males. Alimentos como arroz, grãos (feijão), farinha, óleo, sal iodados, entre outros, eram proporcionados. O diretor da ASSON agradecia, retratando a grande importância desse fornecimento a essas pessoas com economias precárias, que estavam sob prescrição de antirretrovirais (ARV) e tinham a grande necessidade de nutrientes para o corpo. Do mesmo modo, pedia para a ONU a intensificação do programa para os demais infectados do país, pois muitos ainda necessitavam (JOACHIM, 2005).

Na área de saúde, com o apoio de outras instituições como o UNICEF, Organização Mundial da Saúde (OMS) e Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), campanhas de imunização em massa e de conscientização sobre prevenções, sintomas e perigos, de várias doenças epidêmicas foram realizadas (UN, S/2005/124, 2005). Em 2005, o Ministério da Saúde e Educação em cooperação com o PAM, realizou uma campanha nacional no setor, em que forneceu tratamento contra infecções parasitárias a 700.000 estudantes, e capacitou 16.000 professores e trabalhadores sanitários (UN, S/2005/631, 2005).

No mesmo setor, estabeleceu-se a unidade de HIV/AIDS, que possuía como foco a capacitação e informação às pessoas da Missão, assim como associação com organizações nacionais e internacionais, que também lutavam contra a doença. Até fevereiro de 2005, 3.111 agentes da Missão e da PNH tinham sido capacitadas pela Unidade (UN, S/2005/124, 2005). Em maio de 2005, foram promovidas seções de formação sobre HIV/AIDS em escolas da capital, demonstradas por meio da TV, no programa *kite Jèn yo pale*³³, na emissora TNH. O projeto foi criado em parceria com ONGs e o Estado haitiano, e contava com o financiamento da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO), e do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS). Intitulado como *La santé sexuelle*, promovia debates e conhecimentos sobre “Percepção do risco e autoproteção”, “Estigmatização e discriminação entre pessoas infectadas”, “Diagnóstico da doença”, entre outras questões. A aluna Vincia Robuste relatou: “É interessante para ajudar os jovens a gerir os seus relacionamentos românticos, sexual e promover a saúde escolar. Na escola e no nosso ambiente, vamos manter o controle de tudo o que aprendemos.” (BERNARD, 2005, tradução nossa).

³³ Programa projetado pelo *Ministère de l'Éducation Nationale, de la Jeunesse et des Sports* para dar voz à juventude haitiana com discussões entre especialistas e jovens sobre temas relacionado ao estilo de vida, saúde reprodutiva, prevenção e gestão de DSTs (IHE, 2005).

Figura 8- Fotos do Programa *Kite Jèn yo Pale*

Fonte: JOSEPH, 2008, p 13.

Em 01 de dezembro do mesmo ano, no Dia Mundial de Luta contra a AIDS, foram realizadas atividades de divulgação comunitária, com sessões de capacitação para ex-integrantes de quadrilhas e suas famílias sobre prevenção e tratamento de HIV/AIDS, e de conscientização para a comunidade de *Bel-Air*. Distribuíram, do mesmo modo, camisetas com o lema do dia celebrado “Pare a AIDS- Mantenha a Promessa”, e foram colocados anúncios na televisão com mensagens sobre HIV/AIDS de membros da MINUSTAH e chefes dos organismos das Nações Unidas (UN, S/2006/60, 2006, p. 14, tradução nossa).

As necessidades humanitárias e de desenvolvimento eram essenciais para o país alcançar uma estabilidade duradoura. Alguns projetos seguiam sendo aplicados pela MINUSTAH, o Governo e a comunidade internacional. No entanto, encontravam grandes dificuldades e limitações, e não se configuravam como prioridade.

A aplicação de projetos relacionados à segurança, direitos humanos, política, e desenvolvimento econômico e social, sob o quadro de cooperação interino, amenizou nos desequilíbrios econômicos. A crise sociopolítica, aliada ao aumento do preço do petróleo, a deficiente capacidade produtiva, somada aos desastres naturais, ocorridos no ano de 2004, limitavam uma recuperação econômica em 2005. No setor de finanças públicas, o Governo de Transição adotou uma série de medidas de luta contra a corrupção e contrabando, que

contribuiu para conter a inflação e estabilizar a moeda local. No entanto, seguiam sendo graves as necessidades humanas relativas aos serviços de água potável, segurança, justiça, saúde pública, educação e infraestrutura pública. Somente 5%, dos 3.202 quilômetros de rodovia, eram de qualidade aceitável no país (UN, S/2005/631, 2005).

O valor das doações foi um fator que repercutiu na MINUSTAH. Em fevereiro de 2006, o Governo haitiano anunciou ter recebido cerca de 600 milhões de dólares desde o início da Missão, representando 43% do prometido inicialmente pelos países. Segundo o Secretário Geral, eram necessários novos esforços para um progresso econômico que gerasse estabilidade futura no país, que, segundo a estimativa do ano de 2005, tinha uma renda per capita de 1.742 dólares, e ocupava o 153º lugar de 177 países em desenvolvimento humano (UN, S/2006/60, 2006; UN, S/2005/631, 2005).

2.5 Considerações sobre a 1ª fase da MINUSTAH

A fase inicial de estabelecimento da Missão no país, foi um período conturbado. A Missão, que iniciava em um momento do país de grande fragilidade, tinha como fim manter a ordem e a segurança, para que um processo político e constitucional fosse desenvolvido com fins de se ter um representante legítimo, após o período de transição.

Para isso, foram realizados: operações militares e policiais; reformas nos setores de segurança do país; ações para o desenvolvimento político e realização das eleições; projetos de desenvolvimento, assistência humanitária e de impacto rápido; e programas com foco nos direitos humanos.

No entanto, nem todas as áreas tiveram o mesmo foco, e obtiveram muitos progressos. Um governo legítimo era necessário. Mas outros grandes problemas atordoavam a população haitiana. Mesmo com 70% das pessoas vivendo abaixo da linha da pobreza, o direcionamento da verba era prioritariamente para a segurança e as eleições, o que não soava de modo agradável. Como narrou Jean-Claude Cherubin³⁴: “Tente explicar isso para as pessoas que não comem todos os dias!” (MALENGREZ, 2005, tradução nossa). Como poderiam aceitar? O que pensavam sobre isso?

As metas estabelecidas eram muitas, os principais doadores internacionais direcionavam as ações de acordo com suas intenções, não se tinha recursos o suficiente, a

³⁴ Trabalhador de organizações com base em meios populares.

predominância da quantidade de militares prejudicava certas atividades e direcionamentos, e a visão por parte da Missão do problema haitiano não estava completa e devida.

Nos documentos e produtos da comunicação social da Missão no período, encontramos descrições básicas assumindo problemas e imperfeições em certo nível durante as atividades. Vimos também a expressa necessidade da comunicação social durante as próprias ações descritas, como em campanhas de informação e sensibilização para a população.

A mídia haitiana foi, em grande parte, crítica em relação às atividades da Missão, fornecendo bem mais detalhes das ações da mesma. Com o país num período de insegurança e conflitos, permanência de violações aos direitos humanos, instabilidade política com o constante adiamento das eleições, e uma situação socioeconômica continuamente precária, os jornais muitas vezes criticavam a Missão pela conjuntura do momento.

A insegurança presente no país, originária de vários fatores, como a pobreza extrema, conseguiu melhorar de certa forma no momento, de acordo com a própria MINUSTAH, por meio das operações militares e policiais. No entanto, muitos problemas transpareciam de acordo com os discursos da MINUSTAH e da mídia haitiana. Com instituições judiciárias e penitenciárias ineficientes para a demanda, a PNH debilitada e sem o foco na reforma naquele momento, uma grande quantidade de armamento ilegal difícil de controlar, e inúmeras gangues e ex-militares atuando, a questão de manutenção da ordem e da segurança era muito complexa. Muitos ataques de haitianos eram direcionados à MINUSTAH em retaliação às suas operações, e ondas de violência permaneciam no país.

Em resposta, a Missão se utilizava da força e brutalidade muitas vezes nas suas operações, gerando críticas por parte dos jornais e algumas revoltas da comunidade haitiana, que não aceitava facilmente uma imposição estrangeira.

Um dos grandes objetivos daquela fase, de possibilitar a eleição de um representante político legítimo, seguia com muitas dificuldades apesar dos esforços da Missão de promoção do Conselho Eleitoral Provisório, diálogo nacional, auxílios logísticos, administrativos e de segurança. Com a insegurança presente, tensas rivalidade políticas e problemas do Estado, as eleições foram realizadas apenas entre fevereiro e abril de 2006.

Áreas como de desenvolvimento econômico e social e direitos humanos, não sendo prioritárias no período, tiveram poucas conquistas. Ambos os discursos não mostraram quase êxito nesse campo. Na área de direitos humanos, a MINUSTAH formou uma unidade voltada tanto para crianças como para mulheres, assim como deu assistência para organizações

voltadas para esse segmento. A Seção de Direitos Humanos realizou treinamento e monitoramento da promoção dos direitos humanos nas instituições de justiça, e participou de investigações no setor, como as relacionadas a PNH, que sofria acusações no período. A participação da ONU em investigações e atividades relacionadas aos direitos humanos era importante para melhorar a sua imagem, que não era boa naquele período.

Na área de desenvolvimento, um quadro de cooperação foi implementado com o Governo com metas e prioridades urgentes e de médio prazo, principalmente com a criação de grupos de coordenação para diversas áreas. No entanto, como a própria ONU apresentou em seu discurso, os fundos eram escassos e os projetos tinham dificuldade de serem realizados nos moldes colocados, tanto pelos países doadores como pelo Governo de Transição.

Essa ausência de desenvolvimento repercutia conseqüentemente em outros setores de atuação da MINUSTAH, como a segurança, já que muitos dos problemas que davam origem à criminalidade e à violência continuavam.

O Secretário Geral narrou:

Ao mesmo tempo em que os problemas de segurança repercutiam negativamente nas atividades econômicas e na prestação eficiente de assistência humanitária e de desenvolvimento, ocorre que, ao inverso, a limitação existente de oportunidades econômicas agrava o risco de violência e dá origem às atividades criminosas. (UN, S/2006/60, 2006, p. 12, tradução nossa).

A grande insegurança não seria contida apenas com operações e negociações, mas sim com um desenvolvimento real, que o país precisava. No período posterior às eleições, o apoio internacional deveria se centrar na geração de empregos e projetos de grande repercussão, que pudessem reestabelecer a confiança pública no processo de consolidação da paz. Os doadores teriam de dar apoio às autoridades locais e centrais e participar em atividades de redução da pobreza em um prazo longo (UN, S/2006/60, 2006).

Com o fim do Governo de Transição e a posse de René Préval iniciou-se um novo período para o país e uma nova fase da MINUSTAH, cujas ações e focos deveriam ser revistos, para a efetiva reconstrução do Estado haitiano.

CAPÍTULO 3 - MINUSTAH E O GOVERNO DE PRÉVAL

Diferentemente do Governo de Transição, o país agora contava com a presença de um presidente legítimo no poder. Logo a Missão tinha a grande responsabilidade de tentar assegurar as condições de governabilidade no país, buscando atuar melhor assim em atividades de reconstrução do que no período anterior.

Na área de segurança e de direitos humanos, atuou com mais foco em treinos e reformas das Instituições (MONTENEGRO, 2013). Concentrou-se na reforma da Polícia Nacional Haitiana, do sistema judiciário e prisional, no programa adaptado do DDR e no patrulhamento de fronteiras. Continuou seu foco em mulheres e crianças, com campanhas, cursos de capacitação e assessorias relacionadas.

Na questão política, concluiu processos eleitorais e focou-se em reformas institucionais. Para o desenvolvimento econômico e social desenvolveu projetos de impacto rápido e desenvolvimento, em áreas como de infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde e alimentação.

Até o ano de 2007, o país conquistou progressos para estabilização de sua economia. Com a taxa de inflação mais baixa, estabilização da moeda, reservas internacionais maiores, e o retomado crescimento econômico (ainda que limitado), apresentava um cenário mais otimista nesse setor (UN, S/2007/503, 2007). Do período inicial da Missão (2004) até 2007, o PIB (Produto Interno Bruto) teve um aumento de -3,4% para 3,4% (GUIGUÈRE, 2009). Os doadores e as Nações Unidas seguiam realizando reuniões com o primeiro ministro para garantir o reforço e coordenação devida entre os gastos do governo e a verba externa (UN, S/2008/202, 2008).

Contudo, como o Secretário Geral narrou:

Apesar das melhorias macroeconômicas, a maioria da população continua vivendo em extrema pobreza. A falta de oportunidades de emprego e a ausência de serviços públicos, exacerbada por um rápido crescimento demográfico, são motivos de crescente frustração, como persistentes desigualdades socioeconômicas. A degradação do meio ambiente gera maior pressão. Continua sendo urgente atender as necessidades humanitárias e realidades socioeconômicas da vida cotidiana, cuja precariedade extrema é um ameaça implícita a todos os esforços para estabilizar o país. (UN, S/2007/503, 2007, p. 13-14, tradução nossa).

No ano de 2008, grandes furacões e tempestades atingiram o país, em paralelo a uma grave crise econômica, deixando inúmeras consequências e repercutindo negativamente em

muitos dos setores conquistados pela Missão. O cenário fez com que alguns avanços em âmbitos fundamentais não cumprissem as expectativas. Segundo o Secretário Geral:

Melhorias incrementais foram observadas em quatro dos cinco elementos de referência considerados cruciais para a consolidação da estabilidade no Haiti: o diálogo político e as eleições; extensão da autoridade do Estado, incluindo a gestão das fronteiras; reforço da segurança; e o Estado de direito e os direitos humanos. Na quinta área, desenvolvimento socioeconômico, infelizmente, tem experimentado uma acentuada deterioração das condições de vida da grande maioria da população do Haiti. (UN, S/2009/129, 2009, p. 17, tradução nossa).

Em 2009, o país foi se recuperando aos poucos, no entanto, muito ainda tinha de ser realizado. Os avanços conquistados seguiam sendo frágeis, e poderiam ser revertidos se não houvesse o empenho e compromisso das Nações Unidas, comunidade internacional, autoridades e a população haitiana (UN, S/2009/439, 2009).

A Missão chegou a ter, no período, até 7.058 militares e 2.072 policiais. O Conselho de Segurança prorrogou seu mandato durante cinco vezes entre os anos de 2006 e 2009.

Os êxitos foram maiores que no período anterior. No entanto, muitos problemas como a grande quantidade de metas, a falta de recursos, e a alta quantidade de militares, persistiam.

3.1 Manutenção da ordem e da segurança

No início do ano de 2006, a situação de segurança, ainda que frágil, seguia de modo estável. Contudo, no início de julho começou a piorar consideravelmente. Os atos de violência na capital, especialmente sequestros e assassinatos, eram tema principal de debates públicos e notícias de imprensa.

Novas vítimas da insegurança
Assassinato, sequestro, estupro, roubo, acordos de cartuchos ... continuam a ser o destino diário dos moradores da área metropolitana. Por ocasião da visita do Secretário-Geral da ONU no Haiti, na quinta-feira, as autoridades haitianas têm reforçado dispositivos de segurança para conter gangues armadas. (NOUVELLES..., 2006, tradução nossa).

Para isso, a MINUSTAH e o Governo formularam um plano integrado de segurança que incluía postos de controle e patrulhas conjuntas. Segundo o Secretário Geral, “[...] ainda que em grande medida o incremento da violência se relaciona com a delinquência comum, afetou a situação política e fomentou as críticas de grupos políticos e da sociedade civil por percepção de uma resposta insatisfatória para a questão pelo Governo e a MINUSTAH.”. As

fontes de instabilidade ainda permaneciam, com uma incapacidade na segurança nacional frente às mesmas (UN, S/2006/592, 2006, p. 3, tradução nossa).

Durante várias semanas, as gangues dos bairros de Martissant, Gran Ravin, Tibwa se confrontaram. A população, deixada a si mesmo, é forçada a fugir. Passivos, as forças de paz da MINUSTAH estão estacionadas em partes dessas favelas. Diante de seus olhos, grupos armados continuam seus abusos contra membros da população civil. Crianças, mulheres grávidas, idosos, deficientes, ninguém é poupado. (NOUVELLES..., 2006, tradução nossa).

O governo sofre a pressão cotidiana de atos de banditismo cuja frequência aumenta. A MINUSTAH é uma força militar estrangeira no país. Ela é mal assistida por uma Polícia Nacional mal preparada, mal equipada e suspeita de corrupção. As tergiversações intermináveis por culpa de doadores internacionais paralisam o governo que só tem recursos limitados. (MONTRÉAL, 2006, tradução nossa).

O Centro de Operações Conjuntas³⁵ foi desativado no ano de 2006, visto que se percebeu que o necessário, no setor de segurança, era uma ampla e profunda reforma, não restrita somente no planejamento e execução das atividades policiais (CAVALCANTI, 2013).

Uma das principais responsáveis era a Polícia Nacional Haitiana. O Plano de Reforma da Polícia Nacional Haitiana (PRPNH) foi aprovado pelo primeiro ministro do país, em agosto do ano de 2006, em um momento de aumento da Força da Missão. O documento destacou a situação alarmante que a área se encontrava, com apenas 7.000 policiais, 400 veículos em condições, mal equipados e treinados, e com instalações inexistentes ou degradadas (ESCOTO, 2009).

Na verdade, a criação da PNH nunca foi uma iniciativa viável, dado que a Academia Nacional de Polícia nunca funcionou. Uma evidência gritante da secular governança ruim! Deve-se repensar e reforçar as estruturas operacionais e modos de recrutamento e formação dessa entidade desacreditada e enfraquecida, corrupta como uma lente e profunda metástase de todos os estratos da sociedade. Por enquanto, a situação é grave. A reforma da PNH não será uma tarefa fácil. (DUMAS, 2006, tradução nossa).

Essa Instituição, sem credibilidade perante à população, tinha sido criada em 1995, em um contexto sociopolítico complexo para manter a ordem e auxiliar nas autoridades decadentes constituídas. Ao longo de sua trajetória, não possuiu investimento, formação e estrutura necessárias para o seu desenvolvimento, e foi tomada por indivíduos de má índole, que conseqüentemente deixaram-na desse modo (CINCIR, 2010).

O Plano apresentava estratégias com fins de desenvolvimento, reforma, reestruturação e profissionalização da PNH com base em experiências mundiais. Propunha: aumento do

³⁵ Mencionado na 1ª fase da Missão- item 2.1.

contingente, construção de novas instalações policiais, melhoria na capacidade com fornecimento de recursos materiais e técnicos, determinação de padrões, início de um planejamento de desenvolvimento da PNH, em conjunto com a MINUSTAH e parceiros internacionais, e o estabelecimento de um programa institucional. De acordo com as diretrizes do Plano, candidatos à incorporação teriam seus antecedentes criminais verificados; não seria mais obrigatória a aceitação de ex-militares das Forças Armadas do Haiti (FAH); e o treinamento seria mais rígido, por um tempo maior - passando de 3 meses para 10 meses - com base no respeito e promoção dos direitos humanos (ESCOTO, 2009; CAVALCANTI, 2013).

Destaca-se que os países mais influentes para essa questão foram os Estados Unidos, França e Canadá, que possuíam grande interesse em tornar a PNH numerosa e qualificada diante daquele país em crise, que só possuía aquela Força no momento, essencial para o Estado. Caso ela não viesse a desempenhar um papel com ideais republicanos, respeito aos Direitos Humanos e ao Estado de Direito, pacífico e de proximidade; poderia realizar o similar papel violento que as Forças Armadas representaram no passado haitiano, constituindo-se uma grave ameaça para o país; e aos interesses desses países de auxílio (SEITENFUS, 2014).

A capacitação dessa Força foi conduzida por padrões internacionais de policiamento e direitos humanos, e incluía questões administrativas e logísticas, o combate ao tráfico de drogas, crime organizado, patrulhamento de fronteiras terrestres e marítimas, combate ao crime organizado, assassinatos, linchamentos, abusos sexuais, questões de gênero, entre outros (UN, S/2008/202, 2008; AGUILAR, 2013). “Toda esta articulação visava estabelecer uma PNH responsável e eficiente que atuasse de maneira imparcial, pois só assim reconquistaria a confiança da população.” (CAVALCANTI, 2013, p. 139).

Após, a criação do Plano, houve uma melhoria nos treinamentos e equipamentos, além do aumento da força policial, que, no ano de 2009, passou para 9.700 membros (UN, S/2009/439, 2009).

Figura 9- Imagem de treinamento haitiano com oficiais jordanianos na Academia de Polícia



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2008.

Estatísticas fornecidas pela PNH indicavam também uma queda considerável na insegurança haitiana, principalmente na região metropolitana, com a redução de 60% dos índices de sequestro em relação à 2008 (GEFFRARD, 2010).

A Polícia Nacional tem melhorado significativamente a sua imagem diante da população e da comunidade internacional. De uma polícia politizada a uma polícia a serviço do povo, o progresso é considerável, mesmo que ainda há muito a ser feito para profissionalizar a instituição. (GEFFRARD, 2010, tradução nossa).

Assim a PNH apresentava uma melhor imagem perante o povo, que via agora mais qualidade e credibilidade na Instituição. Como narrou uma haitiana comerciante: “Aqui estou na companhia de oficiais da PNH [...]. A sua presença [...] desencoraja bandidos que pretendem cometer crimes em mim.” (DESTINE, 2010, tradução nossa).

Apesar dos avanços, tinha-se ainda a necessidade de uma grande melhoria no sistema. A PNH continuou a ser acusada de bruta e cúmplice em crimes, os equipamentos e o número de efetivos precisavam ser aumentados, o sistema melhor administrado, e as formas de violência melhor contidas (MAESTRELLI, 2010).

Do mesmo modo, a questão de desarmamento, desmobilização e reintegração se constituía como essencial no quadro crítico de segurança em que o país se encontrava. Em

agosto de 2006, o Conselho de Segurança, reconhecendo que não existiam condições para o DDR ser aplicado mais de forma convencional e obter êxito, requisitou reorientações. A Unidade de DDR da Missão, em conjunto com a CNDDR (Comissão Nacional de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração)³⁶, reestruturou-o em cinco pilares: desarmamento e reinserção de gangues; reinserção de jovens; reinserção de mulheres; estrutura regulatória para o controle de armas; e desarmamento comunitário. O programa passou a ser denominado de Redução da Violência nas Comunidades (RVC), tendo a implantação de Comitês para o Desenvolvimento Comunitário (CDCs) e Comitês para a Prevenção da Violência e para o Desenvolvimento (CPVDs) no país (UN, S/ RES/1702, 2006; ESCOTO, 2009).

O programa [...] irá abordar projetos de alta densidade de mão de obra, que sejam uma alternativa à delinquência, para os habitantes das comunidades atingidas pela violência, na espera de outras atividades de recuperação econômica de âmbito mais vasto que realizará o Governo e seus colaboradores para o desenvolvimento. Ele também apoiará a elaboração de um registo de armas, a revisão das leis vigentes sobre importação e posse de armas e a reforma do regime de licenças para portá-las. (UN, S/2007/503, 2007, p. 8, tradução nossa).

Após essa adaptação, o Programa teve metas atingidas. Os Informes de 2008 e 2009 parabenizaram a MINUSTAH e o PNUD, em auxílio da comunidade, pela conclusão de 43 projetos do Programa, com 60 mil pessoas envolvidas, no período. O RVC empenhou-se no retorno de ex-membros de gangues para suas comunidades; atendeu à vítimas de violência, como por exemplo menores de rua, em que foram dados apoio médico e social; focou-se em programas direcionados à promoção de empregos; e ofertou ainda, cursos profissionalizantes a prisioneiros, antigos portadores de armas, e indivíduos em situação de vulnerabilidade, que seriam absorvidos posteriormente para empresas (CAVALCANTI, 2013; ESCOTO, 2009, p. 123; UN, S/2009/129, 2009).

Ações com fins de promoção da paz também foram difundidas, com a organização de campanhas de mobilização e sensibilização para a cultura de não violência, promovidas por meio de práticas de esportes, celebração de atos culturais, realização de seminários consultivos, projetos educacionais e transmissão de programas por estações locais de rádio em todo o país. Além disso, capacitou-se pessoas com fins de incentivo para a paz e consenso nas comunidades. Até o ano de 2008, cerca de 2.450 jovens foram nomeados como “Embaixadores da paz” (UN, S/2008/586, 2008; UN, S/2008/202, 2008).

³⁶ Estabelecido em fevereiro de 2005 pelo Governo de Transição do Haiti para facilitar programas relacionados (UN, S/2005/313, 2005).

Um exemplo foi um evento promovido em 2007, no dia internacional da juventude, em um centro de multimídia da Missão, na cidade *Fort-Liberté*, com o objetivo de promover a não violência entre os jovens. Oradores expuseram declarações e motivações para incentivar os jovens a adotar uma cultura de não violência (CENTRE MULTIMEDIA MINUSTAH, 2008). O informativo narrou:

Durante a conferência, os jovens mostraram sua grande preocupação com essa questão. Dentro desse quadro, eles comprometeram-se na realização de campanhas de sensibilização através dos meios de comunicação para espalhar mensagens boca-a-boca e realizar sessões de formação para continuar a promover a não violência entre os jovens. (CENTRE MULTIMEDIA MINUSTAH, 2008, p. 6, tradução nossa).

Ao mesmo tempo, a Missão seguiu prestando assistência ao Ministério da Justiça para revisar a legislação de armas de fogo e melhorar o sistema de registro de armas da PNH (UN, S/2009/439, 2009).

Percebe-se que a adaptação do programa de DDR para o RVC, surtiu em efeitos positivos na redução da violência haitiana. A inclusão de programas mais focados, por meio da capacitação, alternativas de vida, geração de empregos, somado à sensibilização, mobilização, e diferentes atividades para variados grupos de indivíduos em risco foram essenciais para seu progresso.

Contudo, muitos problemas nesse âmbito ainda continuavam. Em junho de 2009, a comissão episcopal de Justiça e Paz do país declarou uma grande preocupação com o tráfico de armas de fogo, pois 240.000 armas se encontravam em circulação no país. O diretor da comissão questionou a negligência das autoridades, que nada faziam para o problema do tráfico ilícito; e a CNDDR, que, segundo o mesmo, não produziu os resultados esperados (LA COMMISSION..., 2009). O Estado ainda continuava com índices de violência, roubo, sequestro, abusos alarmantes perante um país com grande desigualdade social e econômica.

Operações de segurança conjunta contra gangues e ex-soldados continuaram no período, para tentar conter os grandes causadores da violência. Um dos focos da Missão foi Gonaïves, no qual tinha a presença de gangues consolidadas com muitos incidentes violentos. Em maio de 2007, o assassinato de um jornalista chamou grande atenção do país. Alix Joseph da Rádio *Télé Provinciale* de Gonaïves, foi morto, a tiros, próximo à estação de polícia de Gonaïves. Muitos jornalistas se revoltaram com esse crime e de demais colegas da profissão desde o ano 2000. Organizaram concentração na cidade para pedir justiça e ação legal contra os assassinos, declarando a grande revolta com a impunidade da justiça haitiana, e passividade

da PNH (UN RESPONSABLE..., 2007). Como narrou o diretor da SOS jornalistas: “Eles [os assassinos] encontraram uma luz verde, além de continuar a atacar e matar os jornalistas.” (HAÏTI/JUSTICE..., 2007, tradução nossa). Logo, no período, por ocorrência desses e outros grandes assassinatos, a Missão ampliou seus esforços nas operações conjuntas com a PNH.

A partir daí, diversas operações foram empreendidas no local. Durante dois meses de atividades, 90 pessoas foram detidas, um grande número de armas e munições foram apreendidas, o que tornava o número de roubos e homicídios menores na região. Um dos episódios mais marcantes foi a prisão do grande líder da Frente de resistência Anti-Aristide, Wilford Ferdinand³⁷, em 26 de maio de 2007, na área de grande perigo de *Raboteau*. Segundo o comandante da UNPOL da região, Jean Jacques L’ Hour, essas operações expressaram um maior clima de confiança da população na região (OBJECTIF, 2007; DUPLAN, BEAUBRUN, 2007; UN, S/2007/503, 2007). Uma expressão de gratidão, de acordo com a MINUSTAH, ocorreu no início de junho, em meio a um processo de entrega voluntária de armas, com 500 pessoas cantando e gritando: “Obrigada MINUSTAH! Viva PNH!” (MINUSTAH, 2007g, tradução nossa).

Outro local foi o bairro de *Cité Soleil*, onde foram instituídas uma série de operações conjuntas. A primeira fase da operação, nessa região, ocorreu entre dezembro de 2006 e fevereiro de 2007, com 5 operações. Uma delas foi a “*Opération Nazca*”, realizada no distrito de *Belekou*. Envolveu 700 soldados, embarcações da guarda costeira e policiais da MINUSTAH. Resultou na prisão de 17 pessoas. A mesma ocorreu na época da intensificação contra gangues na capital, que seguia o mandato da ONU (MINUSTAH, 2007b).

Muitos progressos foram alcançados nessa primeira fase da operação conjunta, com prisões de grandes líderes das gangues armadas, vítimas de sequestro soltas, além de munições e armas apreendidas. À medida que se detinha o controle das gangues armadas, a segurança para os moradores do bairro foi gradualmente sendo estabelecida. Segundo a notícia do CPIO, “A maioria das prisões foram possíveis graças a informações fornecidas pela população local, através de telefonemas gratuitos e confidenciais para o número da MINUSTAH e a PNH aberta para esse efeito.” (MINUSTAH, 2007c, tradução nossa). Esses números eram fornecidos nas notícias do CPIO para o público.

Outro grande fator de instabilidade para o país, que a Missão teve como foco, foram as fronteiras haitianas. As mesmas não contavam com proteção adequada em suas partes terrestres e marítimas.

³⁷ Popularmente conhecido como Ti Will.

Ao ter 1.600 milhas do litoral desprotegido, portos marítimos sem vigilância e numerosas pistas de aterrissagem clandestina, o país está exposto à entrada de pessoas envolvidas no tráfico ilícito, incluído de armas e drogas, cujas atividades poderiam criar maior instabilidade se não forem interrompidas. (UN, S/2007/503, 2007, p. 4, tradução nossa).

Isso repercutia então em problemas nos fatores de segurança, desenvolvimento econômico, governança política e econômica. Problemas como o tráfico ilícito de armas e drogas, que conseqüentemente aumentavam as atividades de gangues e a insegurança haitiana; a atuação do governo e seus grandes prejuízos econômicos com perda de receitas, pela não geração das mesmas do serviço aduaneiro; além do próprio trabalho da Missão prejudicado, eram grandes questões decorrentes desse fator (UN, S/2007/503, 2007; MONTENEGRO, 2013).

A Missão no ano de 2007 estabeleceu quatro objetivos nessa questão, sendo: apoio do estabelecimento de uma estratégia integrada de gestão das fronteiras e fortalecimento das instituições conexas do Estado; melhoria da segurança fronteiriça, o que reduziria o tráfico ilícito; aumento das receitas e a arrecadação fiscal; e apoio aos acordos transfronteiriços (UN, S/2007/503, 2007). O Conselho de Segurança:

Reconhece a necessidade de que a MINUSTAH estabeleça patrulhas nas zonas marítimas e fronteiras terrestres em apoio das atividades de segurança fronteiriça realizada pela Polícia Nacional do Haiti, e encoraja a MINUSTAH para que mantenha as negociações com o Governo do Haiti e os Estados-Membros para avaliar as ameaças ao longo das fronteiras terrestres e marítimas [...] (UN, S/RES/1780, 2007, p. 3-4, tradução nossa).

A Missão então deu apoio a PNH, estabelecendo patrulhas marítimas e terrestres e, ao mesmo tempo, auxiliou autoridades haitianas com conhecimentos técnicos especializados, auxílio de avaliação das ameaças terrestres e marítimas para o fortalecimento das mesmas, e em instalações de alfândegas e postos de imigração (UN, S/2008/503, 2008; UN, S/RES/1840, 2008).

Até o ano de 2009, houve a consagração de alguns progressos no setor, como novas instalações, atualização do sistema de dados de alfândega, intensificação de patrulhas, abertura de novos postos de controle, e aumento de autoridades responsáveis na gestão de fronteiras. O Governo passou a ter um aumento significativo na arrecadação de receitas no serviço das alfândegas (UN, S/2009/129, 2009, p. 6).

Entre os anos de 2006-2009 pôde-se notar uma melhora gradativa no setor de segurança, com a diminuição na criminalidade, controle de gangues armadas, maior

profissionalização e infraestrutura na PNH, sistemas judicial e prisional com melhorias, índice de armas menores, entre outros. Contudo, a segurança do país ainda seguia de certa forma frágil.

3.2 Estabilização Política e Governança

René Préval, após assumir, aprovou juntamente com o Senado e a Câmara dos Deputados, Sr. Jacques Edouard Alexis como Primeiro Ministro. Segundo o Secretário Geral, as novas autoridades apresentaram para os próximos anos um programa ambicioso para o Estado, concentrado na modernização, fortalecimento das instituições democráticas, e criação de riqueza com estímulo no investimento privado. O cumprimento desse programa, segundo ele, dependeria dos haitianos, e de uma assistência internacional constante e generosa para que os mesmos junto aos dirigentes cumprissem os objetivos traçados (UN, S/2006/592, 2006).

Em 03 de dezembro de 2006, ocorreram as eleições municipais, locais e legislativas complementares³⁸. Cerca de 29.000 candidatos disputaram 8.000 postos locais e municipais. Para esse processo, a Missão prestou apoio logístico e administrativo ao Conselho Eleitoral Provisório, assim como auxiliou a PNH na garantia de segurança (UN, S/2006/1003, 2006).

Uma das atividades da Missão, como publicado na agência de notícias eletrônica *Alterpresse*, foram os fóruns de discussão, em várias regiões do país, sobre a importância dessas eleições. Os fóruns buscaram propiciar o debate entre candidatos e eleitores, diante das propostas apresentadas por esses. Os cidadãos haitianos conseguiam com isso compartilhar suas expectativas e pensamentos sobre as eleições e seu país. O Chefe³⁹ da Unidade de Governo e apoio institucional da MINUSTAH saudou a vontade dos haitianos em participar desses fóruns, e enfatizou a importância das eleições locais e municipais para o país, que contribuiriam para um melhor funcionamento do Estado (HAÏTI..., 2006).

³⁸ Legislativas complementares para eleger três senadores e onze deputados, que tinha ficado pendente da última votação, por interrupções ocorridas (UN, S/2006/1003, 2006).

³⁹ Marc Plum.

Figura 10- Publicação sobre fóruns de discussão no Haiti

Perspectives

Haïti : Des forums de discussion pour sensibiliser la population sur les prochaines élections municipales et territoriales

vendredi 10 novembre 2006

Partager 0 J'aime Partager 0 Tweet PinIt Partilhar

Suivre @AlterPresse



P-au-P, 10 Nov. 06 [AlterPresse] --- A l'initiative de la Mission de Stabilisation des Nations Unies en Haïti (MINUSTAH), un ensemble de 45 forums de discussion sur l'importance des prochaines élections locales et municipales du 3 décembre 2006 se déroulent dans plusieurs régions d'Haïti.

Ces forums, qui mettent face à face les candidats aux collectivités territoriales et les populations des différents territoires, s'inscrivent dans le cadre d'une campagne de formation et d'information à l'intention des citoyens haïtiens et de leurs représentants, indique la MINUSTAH.

« Le but des forums de discussion c'est de permettre aux candidats de présenter aux électeurs leurs programmes et permettre aux électeurs, aux citoyens en face, de dire ce qu'ils pensent, ainsi de faire part aux candidats de leurs attentes », explique Marc Plum, chef de l'Unité Gouvernance et support institutionnel au sein de la MINUSTAH.

Selon Plum, ces forums de discussion ont été « conçus pour répondre à la question : qui connaît le programme des candidats ? » Le fonctionnaire onusien salue la volonté des Haïtiens de participer à ces forums tout en indiquant qu'un grand nombre de femmes y prennent part. « Il y a une participation féminine assez forte, c'est un exemple de démocratie participative », souligne-t-il.

« À Vallières, on a eu 600 personnes dont 30% de femmes. Les gens ont marché 6 heures pour arriver à ce forum. C'est un désir de démocratie très remarquable », poursuit Marc Plum.

Le chef de l'Unité gouvernance et support institutionnel au sein de la MINUSTAH met l'accent sur l'importance des élections locales et municipales dans le développement du pays. Au nom de la communauté internationale, Marc Plum salue la détermination du Conseil électoral provisoire (CEP) de travailler à l'aboutissement du processus tout en félicitant le peuple haïtien de sa participation aux deux premiers scrutins présidentiel et législatif déroulés respectivement

Fonte: HAÏTI..., 2006.

Segundo a ONU, o índice de participação em geral foi de cerca de 30%, acima do esperado (UN, S/2006/1003, 2006). No entanto, a Comissão Episcopal de Justiça e Paz do país observou que, em Porto Príncipe, somente 10% do eleitorado compareceu às urnas, que muitos eleitores não puderam votar por problemas da listagem dos nomes nos locais de votação, demonstrando assim problemas na organização (HAÏTI-ELÉCTIONS..., 2006). Do mesmo modo, em alguns locais, problemas de segurança ocorreram, levando à destruição de centros de votação, e uma consequente perda de informações sobre as eleições. Logo, eleições parciais municipais e locais foram necessárias, sendo realizadas em 29 de abril sem incidentes graves (UN, S/2006/1003, 2006; UN, S/2007/503, 2007).

Aproveitando esse impulso da entrada de líderes eleitos democraticamente, a Missão, em apoio ao novo Governo, iniciou o trabalho de tentativa de criação de instituições estatais fortes e sustentáveis com o fim de promover a governança e o estado de direito (UN, S/2006/1003, 2006).

No momento inicial da Missão, as instituições estatais se encontravam fracas, em precária situação de infraestrutura e sem pessoas qualificadas, falta de orçamento de material

para os trabalhos; o que contribuía para a falta de credibilidade e qualidade da instituição. A MINUSTAH atuou, então, com a coordenação dos esforços internacionais além de auxílios técnicos e consultorias especializadas para as instituições importantes do Estado, como por exemplo, os ministérios, o parlamento e o Gabinete do presidente (ESCOTO, 2009; MONTENEGRO, 2013).

A Resolução 1780(2007) afirmou:

Ampara-se com beneplácito que a MINUSTAH siga contribuindo ao trabalho do Governo do Haiti para criar a capacidade institucional a todos os níveis, e exorta-se que, de conformidade com seu mandato, amplie esse apoio para fortalecer umas instituições do Estado autossuficientes, especialmente fora de Porto Príncipe, incluso proporcionando conhecimentos especializados aos ministérios e instituições principais, tendo em conta os esforços que realizam atualmente as autoridades haitianas para lutar contra todo tipo de delito [...] (UN, S/RES/1780, 2007, p. 3, tradução nossa).

Na área legislativa, a Missão prestou assessoria aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, e promoveu reuniões frequentes de nível político e técnico entre doadores e autoridades internacionais (CORBELLINI, 2009). Também facilitou na execução de programas de divulgação das duas Câmaras e das prefeituras nos 10 departamentos, com a promoção de fóruns sobre as relações entre os membros e funcionários eleitos de ambos os setores (UN, S/2008/586, 2008).

Na questão de profissionalização e capacitação dos funcionários do Estado, a MINUSTAH, em colaboração com autoridades nacionais, elaborou programas, principalmente em nível local, para ajudar grande parte das 140 comunas a alcançar um nível de governança funcional (UN, S/2006/1003, 2006). Auxiliou o Ministério do Interior e Governo local no estabelecimento de conselhos municipais através da transmissão de conhecimentos técnicos em temas como gestão e princípios orçamentários (UN, S/2007/503, 2007).

Uma ação para o desenvolvimento local ocorreu, em *Saint-Michel de l'Attalaye*, em 14 de junho de 2007. A Seção de Assuntos Cíveis da MINUSTAH organizou com a prefeitura um fórum sobre o desenvolvimento do plano de desenvolvimento municipal. O mesmo foi feito para membros da sociedade civil e as autoridades dos oito seções da Comuna de *Artibonite*, e teve a participação de mais de 80 pessoas, que se dividiram em dez oficinas, e trabalharam em vários tópicos de desenvolvimento, incluindo a agricultura, infraestrutura, educação, saúde e cultura. Foi considerado importante nas diferentes áreas, para identificação dos obstáculos para o desenvolvimento da cidade e apresentação de propostas concretas de resolução. A

prefeita da cidade agradeceu a iniciativa da Missão, dotada de um bom planejamento (MINUSTAH, 2007h).

Na área de infraestrutura, foram realizados projetos de impacto rápido, como a reabilitação ou construção de edifícios de prefeituras, tribunais, delegacias, entre outros, para tentar dotar as instituições estatais de capacidade para prestar serviços. Projetos de impacto rápido foram voltados também à prestação de serviços públicos básicos como água potável e iluminação pública, e atividades de geração de rendimento, como pecuária e horticultura (UN, S/2006/1003, 2006; UN, S/2009/439, 2009).

No ambiente político, apesar de uma série de progressos em questões como de desenvolvimento institucional e eleições, problemas como manifestações haitianas, denúncias de corrupção e má gestão seguiam em curso no país.

Em abril de 2008, houve uma série de manifestações públicas. A revolta iniciou em *Les Cayes* e logo se propagou por outras cidades haitianas, e se devia pela grande alta dos preços dos produtos básicos⁴⁰. A população cobrava um nível e magnitude, visto que indicavam (no discurso) que estavam sendo manipulados para servir a objetivos políticos, delitivos ou financeiros (UN, S/2008/202, 2008).

Após a fome, o caos

Quatro dias após os primeiros protestos contra a fome na capital do Haiti, a situação é bastante esmagadora, sobretudo no plano econômico, onde dezenas de empresas, incluindo supermercados, bancos, restaurantes e, até mesmo, instituições públicas foram saqueados, vandalizados ou queimados. A cidade de Delmas é a mais afetada por esta onda de saques, onde quase todas as empresas na área foram danificadas.

Para muitos, esses acontecimentos, longe de aliviar a população da passagem do alto custo de vida, apenas exacerbou uma situação já precária e prevê dias ainda mais escuros para o país. (GARY, 2008, tradução nossa).

O presidente solicitou a intervenção da PNH e das forças de paz da ONU para conter essa grande mobilização que ameaçava o Palácio Nacional principalmente. Atuaram em conjunto, conseguindo enfim cessar os movimentos. Mas segundo a publicação, no jornal *Haiti en Marche*, expressa abaixo, a atuação da Missão, nesse período, podia ser caracterizada como um instrumento de repressão, com exagero em suas atitudes e força, causando acidentes e temor sobre a população; não sendo legítima diante das liberdades civis e constitucionais para uma mobilização pública em um país não ditatorial. A Missão com isso modificava sua finalidade principal de combate aos grupos armados, atuante diante de cidadãos mobilizados em razão da fome (MÉLODIE, 2008).

⁴⁰ Como o arroz que uma embalagem de 35 dólares passou a custar 70 dólares.

Figura 11- Publicação do jornal *Haiti en Marche* sobre a atuação da MINUSTAH nas manifestações de abril de 2008



Fonte: MÉLODIE, 2008, p. 1.

O governo, diante desses movimentos, aprovou a censura do Primeiro Ministro, e anunciou medidas como um programa de subsídios em curto prazo para o arroz importado, e plano de médio prazo para reativar a produção agrícola nacional. Quatro meses depois, a Sra. Michèle Duvivier Pierre-Louis foi aprovada como a nova sucessora (UN, S/2008/586, 2008). Mas problemas na alimentação, produção, agricultura, desemprego, indústria seguiam sendo graves no país (CFHCI, 2008).

No início de 2009, a Missão se colocava em alerta, tendo em vista que novas eleições para renovação de grande parte do Senado⁴¹ estavam a ocorrer, e a violência haitiana se constituía como uma grande ameaça. A segurança se encontrava em um período muito frágil com um grande índice de sequestros e poderia ainda se voltar ao processo, tendo em vista a grande marca histórica haitiana de revoltas nos períodos eleitorais (MONTENEGRO, 2013; UN, S/2009/439, 2009).

O clima político, no país, teve aparentemente melhorias desde o estabelecimento do Préval como presidente, com a liberdade de imprensa e opinião prevalecendo em geral diante do país. No entanto, as instituições seguiam sendo frágeis, com a presença de divisões sociais e tensões políticas permanentes entre as facções presentes (GUIGUÈRE, 2009).

⁴¹ Que já tinham sido adiadas.

A credibilidade do processo eleitoral foi afetada em fevereiro de 2009, quando o CEP decidiu anular 40 dos 105 candidatos concorrentes para as eleições para o Senado. Entre esses candidatos, todos os 16 representantes do partido *Fanmi-Lavalas* (do ex-presidente Aristide) estavam excluídos, o que gerou muita polêmica no país e no meio internacional, pois o partido estava automaticamente excluído dessas eleições (GUIGUÈRE, 2009). Segundo Junior, a maioria desses candidatos sofria denúncias por parte da RNDDH, e eram apontados, pela PNH e a justiça haitiana, por fraude e suposto envolvimento em atividades de criminalidade e tráfico de droga. No entanto, casos de acusação semelhante foram também dados a dois candidatos⁴² que tiveram sua candidatura aprovada pelo CEP, o que era contestável (VICTOR, 2009a).

Alguns dias depois, o CEP aceitou 13 candidaturas rejeitadas, formalizando 78 candidatos para as eleições. Mas a situação para o partido do ex-presidente continuava a mesma, sem representação, o que era um afrontamento para associados de seu partido (VICTOR, 2009b).

O partido, revoltado, decidiu pela tentativa de atrapalhar as eleições anunciando a “*Opération portes fermées*”, chamando por um boicote da população para o processo. A população, principalmente da capital, aderiu, com força, gerando um grande índice de abstenção na eleição. No primeiro turno, em 19 de abril, somente 11% dos eleitores haitianos votaram, com poucos incidentes relatados⁴³ (GUIGUÈRE, 2009).

⁴² Moïse Jean Charles (LESPWA/Nord); Emmanuel Chévry (FUSION/Centre).

⁴³ Na capital, o clima predominante foi pacífico. Em alguns locais do país, como o Departamento Central, ocorreram mais incidentes (DES ÉLECTIONS..., 2009).

Figura 12- Publicação sobre as eleições para o Senado 2009



Fonte: DES ÉLECTIONS..., 2009, p. 1.

Quase ninguém nas ruas, portões e portas, bem como casas comerciais que os residentes fecharam em duas voltas. Somente veículos autorizados, patrulhas da polícia nacional e as forças da ONU (Minustah) estão fazendo o vaivém redundante, armados com suas metralhadoras apontando para frente. Mas as ruas quase vazias. A abstenção foi dominante...

Como também foi o caso no resto do país, com exceção, talvez, de alguns distritos que são dominados por um determinado candidato. Mas a abstenção foi a característica dominante desse dia das senatoriais parciais de 19 de abril. Entretanto, houve desobediência civil, mas exercida pacificamente. Pelo menos na capital [...]. (DES ÉLECTIONS..., 2009, p. 5, tradução nossa).

Segundo o jornalista do *Haïti en Marche*, não somente a campanha do partido foi essencial para a atitude do haitiano, mas também uma revolta com a política e o CEP. Além disso, a PNH e as forças de segurança da Missão em auxílio a CEP reagiram mal às ameaças do *Fanmi Lavalas*, exagerando em seu dever cívico, com implantação de muitas tropas. “O poder parece ter contribuído para aumentar os temores...” (DES ÉLECTIONS..., 2009, tradução nossa).

O segundo turno também teve pouca aderência da população, com uma taxa de participação não maior que a primeira. A divulgação oficial dos resultados, foi somente no final de julho (GUIGUÈRE, 2009). Dos 11 ganhadores, 6 eram de defesa da plataforma eleitoral de René Préval.

Percebe-se que o clima político continuava instável, com a presença de tensões, revoltas, temor e jogos de interesse.

3.3 Direitos humanos

Grupos como deficientes, mulheres, crianças e pobres eram os mais afetados pela discriminação, que resultava conseqüentemente em sua exclusão dos meios econômico, político, cultural e social no país (MINUSTAH, 2009d). O fim da impunidade se constituía como um fim longo e necessário, e as reformas nas instituições, junto às campanhas e ações no meio, realizavam-se no país para essa interminável “luta”.

As reformas nas Instituições eram ligadas aos sistemas judiciário e prisional. Os mesmos eram caracterizados como extremamente falhos. Leis não eram aplicadas, a população não tinha confiança nos tribunais, uma justiça paralela se mantinha, detenções longas e injustas ocorriam, prisões possuíam más condições e superlotação e, de fato, os direitos humanos não eram respeitados. O Código penal que constava era ainda do século XIX, e os profissionais da área não tinham instruções adequadas (MONTENEGRO, 2013, p. 83; CAVALCANTI, 2013).

Conforme análise dos documentos da Missão, até o ano de 2006, os sistemas judiciário e prisional não se constituíam como prioridade. Ações vagas e sem muita ênfase foram notadas.

O Ministro da Justiça René Magloire, durante uma cerimônia de formatura da PNH, destacou a grande importância que a justiça tinha para a questão de segurança pública, que a mesma deveria desempenhar um papel ideal para facilitar o trabalho dos policiais. “A PNH pode conseguir [...] desenvolver medidas preventivas e sanar situações de violência e insegurança. Mas que retorna ao sistema judiciário para se empenhar na luta contra a criminalidade e prevenir a reincidência.” (JOSEPH, 2007, tradução nossa). Logo, a justiça haitiana deveria ser bem melhor focada para uma verdadeira segurança no país, que parecia ser complexo.

Em março de 2007, o governo haitiano se reuniu com representantes da sociedade civil, partidos políticos, organizações não governamentais e membros da MINUSTAH, para debater as reformas das instituições do estado de direito, que segundo o Secretário Geral, era uma das grandes prioridades do governante haitiano. Diante disso se estabeleceu o Comitê de Seguimento para a Reforma Judicial, presidido pelo Ministro da Justiça e Segurança Pública e organizada com os segmentos da reunião em questão (UN, S/2007/503, 2007).

No mesmo ano, foi aprovada a criação de três leis fundamentais relativas à independência do poder judiciário, estabelecimento do Conselho Superior do Poder Judiciário, da Escola de Magistratura, e ao estatuto de Magistratura (UN, S/2008/202, 2008).

Em 2008:

[...] o Governo do Haiti adotou um plano de reforma do sistema judiciário de três anos, em consonância com os cinco pilares que foram determinados após amplas consultas com os atores locais e internacionais: reorganizar e modernizar o Ministério da Justiça e Segurança Pública; reforçar o poder judiciário; melhorar o acesso à justiça e aumentar a eficiência dos tribunais; reabilitar e melhorar as instalações correcionais; e modernizar as leis fundamentais. (UN, S/2008/202, 2008, p. 8, tradução nossa).

Com o apoio da MINUSTAH, as autoridades haitianas buscaram seguir esse plano de reforma e as três leis fundamentais aprovadas.

A Missão prestou assessoria e assistência ao Ministério de Justiça e da Segurança Pública, assim como aos outros órgãos e agentes do poder judiciário, com a elaboração de leis novas e urgentes, sua profissionalização, modernização na infraestrutura, e no acompanhamento das denúncias e investigações das principais atividades criminosas (CAVALCANTI, 2013; UN, S/2007/503, 2007).

Como o apoio da Oficina de Alto Comissariado para os Direitos Humanos, a Missão ampliou ações voltadas para capacitação, educação cívica e assessoramento. As oficinas regionais da Missão seguiam realizando, nas instituições ligadas ao direito - como delegacias, tribunais e prisões - atividades de monitoramento e capacitação em relação aos direitos humanos e disposições jurídicas do país. Durante a formação básica da PNH, incorporou-se também material didático relacionado ao tema (UN, S/2006/1003, 2006; UN, S/2007/503, 2007).

Uma das ações foi a realização de seminários de direitos humanos ocorridos em 7 dos 10 departamentos haitianos, no ano de 2006, direcionados a oficiais da PNH, juízes, comissários do governo e outros envolvidos na aplicação da lei. Tinham como temas a questão dos direitos humanos na aplicação da lei, na detenção, no procedimento de detenção, na polícia, no procedimento penal no tribunal de paz. Os seminários tinham como objetivo modificar os agentes para a aplicação das leis, e de fazer tê-los consciência de seu papel na promoção e proteção dos direitos humanos e do estado de direito (MINUSTAH, 2006c).

Figura 13- Publicação do CPIO sobre os seminários de direitos humanos aos oficiais de justiça em junho de 2006

Protection des Droits de l'Homme

Des séminaires à l'intention des agents du système judiciaire



rapports entre les juges de paix et les commissaires du gouvernement, la saisine de la justice de paix en matière pénale, le rôle du juge de paix dans la protection des droits de l'homme».

Ces communications visaient à permettre aux juges de paix de mieux appréhender leur rôle en matière pénale, à les aider à réduire les pratiques aboutissant aux violations des droits de l'homme. Mettant l'accent sur le rôle des tribunaux de paix et sur l'importance des activités visant à renforcer les capacités des juges, le commissaire du gouvernement de Jérémie, M. Joseph Descharles, dans ses propos à l'ouverture du Séminaire, a signalé que «les tribunaux de paix sont les plus importants du système judiciaire haïtien, en raison de leur nombre et de leur proximité avec le justiciable. Alors, une meilleure compréhension de leur rôle en matière pénale permettra une bonne administration de la justice pour nos concitoyens au niveau le plus proche d'eux». M. Baptiste Arnaud, juge de paix de Beaumont, a pour sa part déclaré: «cet atelier m'a apporté de nouvelles connaissances qui vont me servir dans l'exercice de mes fonctions de juge de paix et d'auxiliaire du Commissaire du gouvernement». Les participants ont exprimé le souhait que la MINUSTAH organise régulièrement des formations à l'intention des membres du système judiciaire haïtien.

actes attentatoires à la liberté individuelle. Ainsi, à l'intention des magistrats du parquet, les interventions portaient entre autres sur «la responsabilité du parquet dans le respect des droits des détenus» tandis que les policiers ont été entretenus notamment sur «l'application des principes des droits de l'homme dans le cadre des procédures d'arrestation, de détention et d'investigation» et sur «l'application des principes des droits de l'homme sur le recours à la force et aux armes à feu dans le cadre du maintien de l'ordre».

Les 23 juges de paix du département de la Grande Arse auxquels se sont joints des fondés de pouvoirs et des étudiants de l'Ecole Supérieure Catholique de Droit, assistaient à des exposés ou participaient à des ateliers sur «les tâches du juge de paix, la compétence des juges de paix en matière pénale, les violences à l'égard des femmes, le juge de paix et les mesures privatives de libertés, le juge de paix en tant qu'officier de police judiciaire». Leurs confrères du Nord-Est ont, pour leur part, assisté à des interventions sur «la qualification des infractions, la rédaction des actes de justice, la procédure et le délai de transmission des dossiers au parquet» tandis que ceux du Sud planchaient sur «les

La Section des Droits de l'Homme a organisé, pendant le mois de juin, des séminaires en matière de droits de l'homme à l'intention des agents chargés de l'application des lois, dans sept des dix départements du pays. Ces séminaires se sont déroulés autour des thèmes tels «Droits de l'homme et application de la loi, Respect de droits de l'homme dans les procédures d'arrestation, Droits de l'homme et la police, Droits de l'homme et procédure pénale au tribunal de paix». Ces formations s'adressaient aux agents de la PNH, aux juges de paix et aux juges d'instruction, aux commissaires du gouvernement et autres acteurs impliqués dans l'application de la loi. L'objectif est de renforcer les capacités des autorités chargées de l'application des lois, de sensibiliser sur leur rôle de protection et de promotion des droits de l'homme et de l'Etat de droit.

Ces différents thèmes ont des contenus assez diversifiés. Ils sont choisis en fonction des demandes formulées par les acteurs du système judiciaire et tiennent compte des problèmes les plus courants identifiés au niveau des différentes juridictions du pays, dont les excès de pouvoir et les

de l'homme et la police, Droits de l'homme et procédure pénale au tribunal de paix». Ces formations s'adressaient aux agents de la PNH, aux juges de paix et aux juges d'instruction, aux commissaires du gouvernement et autres acteurs impliqués dans l'application de la loi. L'objectif est de renforcer les capacités des autorités chargées de l'application des lois, de sensibiliser sur leur rôle de

protection et de promotion des droits de l'homme et de l'Etat de droit.

Ces différents thèmes ont des contenus assez diversifiés. Ils sont choisis en fonction des demandes formulées par les acteurs du système judiciaire et tiennent compte des problèmes les plus courants identifiés au niveau des différentes juridictions du pays, dont les excès de pouvoir et les

Cette page est produite par le Bureau de la Communication et de l'Information Publique de la MINUSTAH / Les informations contenues dans cette page ne reflètent pas nécessairement la position officielle de la MINUSTAH

Fonte: MINUSTAH, 2006c, p. 1.

A capacitação, em matérias de direitos humanos, também chegou a outros setores da sociedade como, por exemplo, para jornalistas. Com a organização do CPIO e da Seção de Direitos humanos, em julho de 2006, profissionais da mídia de *Grand'Anse* receberam treinamento. Na oficina, realizaram estudos de caso, discutiram o conceito de direitos humanos, a proteção dos mesmos no direito haitiano, e trabalho de jornalistas em tempos de crise. A ação foi bem recebida pelos jornalistas. Um dos participantes, James Brunage do rádio *Xaragua*, declarou: “Estou satisfeito com esse dia de treinamento. Agora sou capaz de realizar melhor um programa de rádio sobre os direitos humanos, com o fim de ajudar a população a conhecer seus direitos.”. O seminário tinha o fim de permitir que os jornalistas abordassem melhor as questões relacionadas aos direitos humanos. Fazia parte do intuito da MINUSTAH de que profissionais da mídia se envolvessem mais na promoção dos direitos humanos, com melhores relatórios estruturados (MINUSTAH, 2006d, tradução nossa).

No entanto, diferente da questão de segurança, a justiça não conseguiu obter muitos progressos nesse período.

Faz já um bom tempo, desde que esse país fala sobre a reforma judicial; as comissões foram estabelecidas, mas nada de positivo nunca é liberado na exceção do voto, há quase dois anos, por Parlamento, de três leis relativas à criação do Conselho Superior da Magistratura, o Estatuto da Magistratura, e da Escola de Magistrados. No entanto, Deus sabe o quão importante e urgente é a reforma profunda deste edifício obsoleto que é o nosso sistema judiciário herdado da colonização francesa. (MOISE, 2009, tradução nossa).

Mas, na prática, as conquistas eram poucas. O Conselho Superior de Poder Judiciário, que seria um órgão necessário para administração e regulação do sistema judiciário não conseguiu ser formado no período, mesmo com esforços ditos atribuídos. A Escola de Magistrados, com fins de formar juízes e treinar procuradores para assumir funções na esfera judicial, somente teve sua reabertura em março de 2009 (UN, S/2006/1003, 2006; UN, S/2008/586, 2008; UN, S/2009/439).

Na questão de assistência jurídica aos necessitados, a Missão em conjunto com o governo haitiano e outras organizações, entre os anos de 2008 e 2009, estabeleceu alguns escritórios de assistência jurídica no país. Tinham o objetivo de proporcionar acesso amplo em cada jurisdição, criar um programa nacional de assistência jurídica, assim como incentivar vítimas a denunciar formalmente seus delitos sofridos, buscando extinguir a impunidade, característico do sistema judiciário haitiano. O objetivo era a construção de 18 oficinas até o fim de 2009. No entanto, ao final conseguiu-se estruturar 10, como, por exemplo, a de *Cité Soleil*, aberta em 11 de janeiro de 2008. Um problema que o Conselho de Segurança atribuía na construção e manutenção dessas oficinas era o financiamento escasso, que era de fonte externa, já que o país ainda não tinha condições próprias (CAVALCANTI, 2013; ESCOTO, 2009; UN, S/2008/202, 2008).

Segundo a MINUSTAH, a iniciativa foi bem apreciada de forma geral pela consideração de utilidade e importância, mas também criticada por muitas organizações de direitos humanos, como o *Comité des Avocats pour le Respect des Libertés individuelles* (CARLI), que dizia que as oficinas não possuíam estratégias eficazes para informar a todos os necessitados, como os detidos na prisão (MINUSTAH, 2009b).

O sistema prisional haitiano permanecia ainda muito debilitado, com índices e condições inaceitáveis. Com poucas prisões dotadas de uma infraestrutura inadequada, superlotação, falta de água potável e alimentação, condições sanitárias precárias, assistência médica quase nula, e inúmeros problemas de organização. A situação era difícil.

Em agosto de 2007, havia mais de 6.000 detidos nas 17 prisões em uma área em que, de acordo com os padrões internacionais, não deveria ter mais de 1.088 prisioneiros. Na Penitenciária Nacional, em Porto Príncipe existem atualmente 2.700

detidos em instalações com capacidade para até 800. (UN, S/2007/503, p. 10-11, tradução nossa).

A prisão preventiva prolongada era outro grande problema. Com um sistema norteado por uma justiça ineficiente e inacessível, haitianos poderiam passar anos atrás das grades injustamente, sem ser levado perante a um juiz. Em 2007, em nível nacional, 82,5% dos prisioneiros foram presos à espera da justiça, enquanto em Porto Príncipe, 95% aguardavam por esse milagre de decisão sobre o seu destino. “Se inocente ou culpado, condenado ou não, o seu destino é desenhado de antemão: prisão por anos para nada.”. A insegurança econômica, presente para a maioria dos detentos, impossibilitava-lhes a tentativa de defesa por meio de seus recursos (JÉRÔME, 2007, tradução nossa).

Penas mais brandas, como o serviço comunitário, poderiam reduzir essa injustiça, mas o sistema haitiano só oferecia as opções de prisão ou liberdade, e muitos juízes não representavam dignamente suas funções (JÉRÔME, 2007).

Mal treinados, mal pagos, mal equipados, alguns juízes nomeados sem levar em conta a sua competência, ou meramente de acordo com seus conhecidos, simplesmente desprezavam a justiça haitiana. Certamente o destino dos detidos é a última de suas preocupações. (JÉRÔME, 2007, tradução nossa).

Desse modo, os prisioneiros, dotados de insegurança econômica, de acesso à justiça, em prisões, naquelas condições desumanas, adquiriam enfermidades e problemas psicológicos. Quando conseguiam a liberdade, ao invés de retornarem com um novo comportamento, que permitisse a sua reinserção social, ficavam mais violentos e agressivos, impulsionando conseqüentemente a criminalidade haitiana (GEFFRARD, 2009).

Em 2007, aprovou-se um plano de desenvolvimento estratégico para fins de reforma do sistema prisional, realizado pela Administração Penitenciária do Haiti com o apoio do PNUD e da MINUSTAH. O plano estava dirigido para os próximos cinco anos, e tinha seis prioridades como: “(a) reforço da segurança em instalações prisionais; (b) melhoria das condições das prisões; (c) melhoria das condições de trabalho dos funcionários; (d) profissionalização dos funcionários; (e) reestruturação do sistema prisional; (f) reabilitação e reintegração social dos presos.” (UN, S/2007/503, 2007, p. 11, tradução nossa).

Até o ano de 2009, algumas ações do plano como: projetos de impacto rápido para saneamento, treinamento dos agentes penitenciários, capacitação e implantação de novos agentes, e construção de novas celas, foram realizadas. No entanto, a área não conquistou quase progressos, com uma lentidão nos processos e projetos denotada. No desenvolvimento da infraestrutura, por exemplo, muitos impedimentos foram encontrados. Obras de

reabilitação de prisões como em *Cap-Haïtien*, *Hinche* e *Carrefour*, por problemas de financiamento, não obtiveram êxito até o período (UN, S/2009/439, 2009).

A situação das prisões só tendia a piorar com o aumento do número de presos, em um espaço nada próprio para a quantidade. Em 2009, mais de 76% ainda estavam em detenção preventiva no país, enquanto 86,47% na penitenciária nacional (UN, S/2008/586, 2008; UN, S/2009/439, 2009). E os presos, muitas vezes inocentes, continuavam naquelas condições injustas, de desrespeito aos seus direitos humanos.

Em consonância com a tendência identificada em relatórios anteriores, a situação nas prisões continuou deteriorando-se à medida que a superlotação aumentava ainda mais. Em 20 de Agosto, 8.790 prisioneiros (481 deles mulheres) foram alojados em 17 prisões, que compreendiam um total de apenas 4.884 metros quadrados de espaço vital. Na Penitenciária Nacional, de Porto Príncipe, 4.177 detidos ocupavam 1.995 metros quadrados, ou menos de meio metro quadrado por pessoa, valor que está bem abaixo dos 2,5 metros quadrados por prisioneiro recomendado pelos padrões internacionais, que representam uma base mínima em termos de segurança e direitos humanos. (UN, S/2009/439, 2009, p. 10, tradução nossa).

A questão das crianças continuava também como um grande problema no território haitiano, sendo grande alvo de atos criminosos, em questões como o tráfico, violência, exploração sexual ou econômica, como também possíveis participantes de atos criminosos, incentivados por meio da pobreza, exploração e intimidação.

O Conselho de Segurança, em sua Resolução 1780 (2007), narrou que:

Condena veementemente as graves violações contra as crianças afetadas pela violência armada, bem como o estupro e outros abusos sexuais de meninas, e solicita a MINUSTAH para continuar a promover e proteger os direitos das mulheres e crianças como definido nas resoluções do Conselho de Segurança 1325 (2000) e 1612 (2005). (UN, S/RES/1780, 2007, p. 4, tradução nossa).

A Missão juntamente ao UNICEF atuou em projetos e em auxílio de Instituições haitianas responsáveis por esse fim.

Em 2007, foi estabelecido o Juizado de Menores de Porto Príncipe, que contou com a assistência da MINUSTAH, e foi, aos poucos, adquirindo eficiência. Grandes focos de atenção eram os menores infratores, e as vítimas do fenômeno *restavek* (CAVALCANTI, 2013). Este se relacionava à situação de crianças vivendo em lares adotivos, tornadas escravas do trabalho doméstico pesado, e conseqüentes vítimas do abuso sexual. Estima-se que no ano de 2007, 173.000 crianças, com 60% do sexo feminino, passavam por essa situação penosa (UN, S/2007/503, 2007).

A maioria dessas crianças era originária de famílias pobres de áreas rurais, sem condições mínimas para criação. Com a esperança de vida melhor na cidade, os pais enviavam-nas ao outro “lar” confiado. No entanto, o destino muitas vezes era cruel, com a grande exploração, sem os direitos básicos de educação, saúde, e alimentação adequada. Fechadas nessa situação de total dependência, muitas eram obrigadas a suportar o abuso de seus “cuidadores”, sem alternativas de vida. Algumas conseguiam fugir, se tornando moradoras de rua, o que era um fator propenso para a prostituição e participação em atividades criminosas (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009).

Logo, projetos de desenvolvimento seriam necessários para essas crianças vulneráveis ao abuso e violência. Um exemplo foi o projeto *Lakay-Lakou*, liderado por um padre, em parceria com o UNICEF. O mesmo prestava assistência, na época, para 375 menores com garantias de alimentação, educação, e cuidados de saúde (MINUSTAH, 2008a). Outro projeto, financiado por *Terre de Hommes*⁴⁴ e apoiado pelo UNICEF, *Le Foyer Maurice Sixto*, oferecia suporte educacional, psicológico e emocional às crianças “escravizadas”, enquanto tentava sensibilizar suas famílias “cuidadoras”, com fins de consciência coletiva e mudança de comportamento. Do mesmo modo, tentava colocar as crianças em contato com suas famílias de origem, o que não era muito comum, pela distância e dificuldade de acesso aos meios de comunicação (LES “RESTAVEKS”..., 2007).

O haitiano Jean Robert Cadet, ex-restavek, salientou que não somente a pobreza explicava esse fenômeno de “escravidão moderna” na totalidade, mas também o legado da escravidão que marcou historicamente o país. “Sem uma ação internacional e governamental forte, a ‘tradição’ de crianças escravas continua, às vezes, por várias gerações.” (LES “RESTAVEKS”..., 2007, tradução nossa).

A Polícia Nacional Haitiana contava com centro específico, com o fim de investigar crimes contra as crianças, sendo a Brigada de Proteção aos Menores - *Brigade de protection pour des Mineurs* (BPM), fundada em 2003, em Porto Príncipe, com o auxílio do UNICEF (POUR..., 2009).

A sua missão é garantir a prevenção da delinquência juvenil e apoiar as investigações da polícia sobre casos de crianças vítimas e em conflito com a lei; de investigar crimes cujas vítimas são menores de idade, incluindo agressão sexual, abuso, exploração; ajudar crianças em risco e vítimas de outras formas de violência. A Brigada também tem um mandato para assegurar a proteção da sua integridade física e psicológica. (POUR..., 2009, tradução nossa).

⁴⁴ Organização suíça para auxílio à criança.

No momento da formação de novos centros para a Brigada, a Missão com sua Unidade de Proteção da Criança e Seção de Direitos Humanos, em conjunto com o UNICEF, realizou seminários de formação para membros da PNH, agentes judiciais e penitenciários e profissionais ligados à temática. Um dos seminários foi realizado em maio de 2009, com a participação de 50 agentes da PNH. Foi composto por ensinamentos teóricos sobre direitos humanos, direitos das crianças e legislação nacional e internacional sobre os menores; além de ensinamentos práticos de formas de lidar com “vítimas menores e/ou em conflito com a lei.”. “Esperamos que, com esse seminário, os policiais que trabalham diretamente com crianças tenham uma maneira diferente de agir e um comportamento mais protetor que a punição.”, narrou Carline Allen, da Unidade de Proteção da Criança da MINUSTAH (MINUSTAH, 2009a, tradução nossa).

Contudo, os centros da BPM não tiveram êxito no período. Sem muitos recursos monetários, número de policiais insuficientes, e uma justiça deficiente no país, dificilmente os criminosos específicos eram punidos (AMNESTY INTERNATIONAL, 2009; SÉRANT, 2009). Muito ainda era necessário ser realizado.

BPM [...] não é adequada e eficiente. [...] Poucos menores, antes de serem levados diante do tribunal, tiveram o seu caso tratado pelo BPM. Dado seu pequeno tamanho, o BPM é incapaz de dirigir visitas regulares de rotina à polícia. Em raras exceções, alguns menores detidos em cidades do interior são encaminhados ao BPM, em Porto Príncipe, para o acompanhamento necessário. Embora a legislação haitiana não preveja prisão juvenil, eles são colocados em centros de detenção e sujeitos ao mesmo regime prisional como adultos. (RNDDH, 2008, p. 8-9, tradução nossa).

Os menores detidos se encontravam, em grande parte, nas prisões juntamente aos adultos, sob as mesmas condições precárias e celas. A realidade da prisão preventiva prolongada, sem julgamento, também se repetia para esses “indefesos”.

Somente a prisão civil de Delmas que era direcionada aos menores. Contudo, passava pelas mesmas circunstâncias deficientes das demais prisões, em questões como espaço, saúde, alimentação, higiene e água. Do mesmo modo, foram constatados índices de crescimento de detenção ao longo desse período⁴⁵.

Um outro grande problema que ameaçava os menores eram os sequestros, que tiveram altos índices no ano de 2008, com a média de 30 ocorrências por mês. Cerca de 35% dos casos tinham como vítimas crianças. Os componentes militar e policial da Missão colaboraram com a PNH nas patrulhas e operações com o objetivo de impedir as atividades

⁴⁵ Em junho de 2006 a prisão possuía 84 detidos, enquanto em outubro de 2008, 164, e em novembro deste ano, 198 (RNDDH, 2008).

criminosas nas zonas urbanas, e de melhoria na partilha de informação, comunicação e colaboração com a população (UN, S/2008/586, 2008).

Uma das atividades na comunicação social foi a produção de mensagens radiofônicas, com o conhecido músico haitiano Wyclef Jean, que condenava o sequestro e a violência sexual contra as crianças. Segundo o porta-voz da UNPOL, as mensagens do músico poderiam gerar uma boa recepção com resultados positivos, tendo em vista a sua grande popularidade e representação para o haitiano. Como um exemplo de mensagem do músico em estações de rádio: “Se você ama Wyclef, então você ama o Haiti. Portanto você não deve violar as mulheres, raptar pessoas e crianças, porque não pode haver nenhuma desculpa para esse comportamento. [...] Eu rejeito esses desvios de conduta.” (WYCLEF JEAN..., 2008, tradução nossa).

Como representado no recorte do jornal *Haiti en Marche* abaixo, a MINUSTAH, em junho de 2008, saudou a população pela mobilização contra os sequestros, apresentando seus esforços e pedindo auxílio da população para a luta contra o problema. Essa ajuda estava no fornecimento de informações à PNH, para evitar novos casos, libertar vítimas, prender os sequestradores, enviando-os à justiça (LA MINUSTAH..., 2008).

Figura 14- Publicação do jornal *Haiti en Marche* sobre a luta contra os sequestros em 2008

**La MINUSTAH
salue la mobilisation de la population
haïtienne contre le kidnapping**

Port-au-Prince, le 03 juin 2008
– La Mission des Nations Unies pour la stabilisation en Haïti (MINUSTAH) exprime sa solidarité avec la population haïtienne face à l’horreur des actes de kidnapping perpétrés dans le pays, en particulier contre des enfants.

La MINUSTAH salue la mobilisation de la société civile contre le phénomène du kidnapping. L’engagement public de tous les secteurs de la vie nationale aux côtés des forces de l’ordre est le seul moyen de lutter efficacement contre ce fléau.

« Nous travaillons étroitement avec les autorités haïtiennes pour soutenir et renforcer leurs capacités en ce domaine, par l’appui de nos experts de la cellule anti-kidnapping, par la préparation et l’exécution d’opérations conjointes PNH/MINUSTAH, par la mise en service de deux numéros gratuits (le 113 MINUSTAH et le 114 PNH), et par le renforcement constant de notre

a indiqué le Représentant spécial du Secrétaire général en Haïti, M. Hédi Annabi.

La MINUSTAH a demandé aux Etats-membres de l’Organisation des Nations Unies (ONU) de mettre à sa disposition des experts supplémentaires afin de renforcer ses capacités d’appui à la PNH dans la lutte contre le kidnapping. Dans l’intervalle, la Mission continuera à coopérer étroitement avec la Police Nationale et avec tous ceux qui sont prêts à se mobiliser contre le kidnapping.

Elle encourage la population à redoubler de vigilance et à fournir des informations permettant à la Police de prévenir de nouveaux cas de kidnapping, de libérer des victimes, d’arrêter des kidnappeurs et de les traduire en justice. C’est seulement dans ces conditions qu’il sera possible de contenir ces activités criminelles, de mettre fin à l’impunité et de gagner, à terme, la

Fonte: LA MINUSTAH..., 2008, p. 8.

Essas atividades contribuíram para desmontar muitas redes de sequestradores, no segundo semestre de 2008, e grande diminuição no número de sequestros, com a nova média de 7 casos (ao total) por mês, em fevereiro de 2009. Esse problema foi então gradualmente diminuindo, contudo, o tráfico de crianças, a violência sexual e a situação dos centros de atenção institucionais seguiam sendo motivo de grande preocupação (UN, S/2009/129, 2009).

Na questão de gênero, a Missão seguia com campanhas, grupos de trabalho, programas de capacitação, incentivo à liderança, iniciativas, e apoio às organizações, quanto à violência e política, principalmente.

Em seus centros de multimídia, por exemplo, a MINUSTAH, com sua Unidade de Gênero, promoveu, na ocasião do 7º aniversário da Resolução 1325 (2000), eventos de debate com membros de organizações para a mulher e da sociedade civil. Em geral, realizou-se uma análise do conteúdo da Resolução e sua aplicação no país, e também discussões sobre a realidade diária das mulheres e os obstáculos ao seu desenvolvimento sócio-político, que podiam limitar a paz social (MINUSTAH, 2007i).

Um dos locais foi o MMC de *Les Cayes*, com a denominação do evento: “Mulheres, Paz e Segurança, Qual realidade para o Haiti?”. No mesmo, discutiu-se questões ligadas ao gênero feminino, como a tradição e cultura haitiana como obstáculo de desenvolvimento às mulheres, a violência crescente, a não valorização da educação para o gênero, a caracterização do mesmo para o ambiente doméstico, a falta de trabalho no setor formal, e a liderança masculina nas famílias e, conseqüentemente, na política. Durante o evento específico, foram sugeridos ampliação de debates televisivos sobre a questão, programas de rádio para educar as mulheres, e incentivou-se o empenho das organizações participantes para maior promoção da liderança feminina, aumento da consciência de gênero, e leis eleitorais favoráveis (MINUSTAH, 2007i).

A nomeação de uma Primeira Ministra, acrescido também de duas ministras, se constituía como um forte avanço na questão política feminina. Contudo, a representação das mulheres no Parlamento ainda era baixa, com somente 4 deputadas, em meio a 99 no total, e duas senadoras, entre 18. Um maior empenho na questão seguia sendo necessário para a maior participação (UN, S/2009/129, 2009).

Segundo a representante do Fundo das Nações Unidas para a Mulher⁴⁶ (UNIFEM), o número de mulheres participantes do processo político era bem menor que a realidade internacional, sendo inferior a 30%. A representante acreditava que a inclusão das mulheres

⁴⁶ Katty Mangones.

na política e na cidadania estava no centro da construção democrática do país (ST-FLEUR, 2008a).

A dependência econômica da mulher era um grande obstáculo para sua maior participação na política e em demais setores. Muitas mulheres quando “ousavam” diante dos homens, em questão de autoridade, sofriam ataques à sua pessoa, em grande maioria com conotação sexual (HAÏTI..., 2009).

A violência, para seu gênero, continuava com índices altos e a necessidade de programas com alcances reais para o problema⁴⁷. O entorno doméstico era o principal meio em que se propagava, com destaques para a violência física e sexual. A violência doméstica muitas vezes era considerada “normal”. Como narrou a representante da Unidade de Gênero da MINUSTAH⁴⁸: “quando um homem bate na mulher, estima-se que ele a castiga por ter feito algo.” (MINUSTAH, 2007k, tradução nossa). A discriminação e desigualdade levava o homem a considerar-se como o chefe da mulher, implicando em elevar-se perante a ela, quando queria uma obediência (POUR QUE..., 2009). E as instituições frágeis da sociedade contribuíam para essa propagação da violência sem fim. A falta de punição para os autores era uma realidade comum.

A Missão continuou auxiliando na *Concertation Nationale Contre les Violences Faites aux Femmes*, que reunia os principais protagonistas de luta contra a violência às mulheres, e tinha como fim no momento o *Plan National de lutte contre les violences faites aux femme*. O mesmo foi estabelecido em 2005, após 2 anos de planejamento, e tinha como objetivos principais: fortalecer a construção de um estado de direito, incluindo a luta pelos direitos das mulheres; sensibilizar sobre a ligação entre a violência e a desigualdade de gênero; e fortalecer a prevenção e suporte para a violência contra as mulheres (MINUSTAH, 2007k; HAITI, 2005).

No ano de 2008, a Missão realizou, na PNH, capacitações contínuas com fins de fortalecer a capacidade de prevenir e reprimir a violência contra as mulheres e meninas. Mediante a isso, a PNH em conjunto com a MINUSTAH, então realizou uma campanha de informação escolar para sensibilizar as crianças sobre os direitos da mulher e de alguns delitos do Código Penal, como a violação e a violência doméstica (UN, S/2008/586, 2008).

⁴⁷ De acordo com a organização haitiana de Promoção e defesa dos direitos das mulheres, *Kay fanm*, de 941 casos de violência registrados, passou-se a 3393 casos, no período de 2007 e 2008, sendo um aumento de mais de 260% (LE NOUVELLISTE, [2008?]).

⁴⁸ Marie Françoise Metellus.

Projetos e políticas seguiam sendo realizados pela MINUSTAH e demais organizações no país para o fortalecimento da mulher haitiana. Contudo, mesmo com alguns progressos, seu quadro seguia com muitos problemas.

“Não há liberdade sem liberdade econômica. No entanto, ainda depende dos homens. Os pais escolhem primeiro enviar o menino para a escola. E a menina é mantida em casa. Isso perpetua a dependência das mulheres, em respeito ao homem”, narrou uma responsável de uma organização feminina (MINUSTAH, 2007i). A situação era bem complexa para a conquista efetiva dos direitos da mulher. E como narrou a Ministra do *Ministere de la Condition Feminine et du Droit des Femmes*⁴⁹ (MCFDF): “Se queremos falar sobre justiça social, não podemos excluir 52% do total da população representada por mulheres.” (JOSEPH, 2009, tradução nossa).

3.4 Desenvolvimento econômico e social

Os haitianos seguiam vivendo de forma precária, carecendo de acesso aos serviços sociais básicos. O orçamento aprovado no país para 2006 - 2007 era de 1.600 milhões de dólares, com 65% correspondendo a empréstimos e contribuições de doadores internacionais. Logo, era primordial a recuperação econômica e aumento de receitas públicas (UN, S/2006/1003, 2006).

A MINUSTAH, com a intenção de auxiliar o Governo para a geração de mais receitas, forneceu conselho especializado nas áreas relacionadas, como também colaborou com autoridades locais no planejamento e coordenação na prestação de serviços sociais básicos, e execução de atividades de desenvolvimento (UN, S/2006/1003, 2006).

Na questão da infraestrutura, foram colocados em prática projetos de grande intensidade de mão de obra com objetivo de reparar e construir infraestrutura básica no país, como canais, pontes, escolas, espaços públicos, estradas (UN, S/2006/1003, 2006). A precariedade da infraestrutura atrapalhava não somente os haitianos para o desenvolvimento, como também para a própria Missão prosperar. Um exemplo de projeto da Missão em parceria com o Governo, ONGs e empresas do ramo, foi em *Cité Soleil* com a construção da estrada *Boulevard des Américains*. Iniciada em novembro de 2008 e terminada em outubro de 2009, empregou cerca de 2000 trabalhadores, da própria região, em maioria. Foi financiada pelo Governo dos Estados Unidos, com a agência *United States Agency for International*

⁴⁹ Marie-Laurence Jocely Lassègue.

Development (USAID), no âmbito do programa *Soley Klère*⁵⁰ (MINUSTAH, 2009c; LE GOUVERNEMENT..., 2009).

Essa estrada é um passo importante nos esforços para melhorar as condições de vida dos cidadãos de Cite Soleil. Ela ajuda a descongestionar o Boulevard La Saline, facilitar o transporte rodoviário de norte a sul, reforçar a atividade econômica na área, e também promover a integração urbana. Hoje, a circulação ao interior e em torno dessa área, é agora mais fácil para os motoristas do transporte público, comerciantes e passageiros. (LE GOUVERNEMENT..., 2009, tradução nossa).

Na área de educação, a Missão realizou projetos como reparo na infraestrutura, capacitação e eliminação do analfabetismo.

O alto índice de analfabetismo, no país, era um grande obstáculo para o seu desenvolvimento. O ser analfabeto, sem a capacidade total de compreender o ambiente em que vive, considerado inútil e marginalizado pela sociedade, é conseqüentemente incapaz de contribuir para o desenvolvimento da comunidade, refletindo negativamente em questões como saúde, higiene, comunicação, meio ambiente e produção. Assim, uma política de integração econômica e social não podia ser desenvolvida sem um programa vasto de educação formal e não-formal, apoiado por uma campanha de mobilização e conscientização em massa (BERNARD, 2007; RÉGIS, 2008).

Lutar contra a pobre ignorância, que é um verdadeiro bloqueio no desenvolvimento sociocultural do homem e da mulher, é [...] lutar para o respeito dos direitos humanos, e agir em prol do desenvolvimento econômico e social do homo sapiens em todos os sentidos do termo. Se alguém quiser tirar o Haiti do atoladouro de ignorância, de favelas, da miséria, opressão, da exploração, e evitar, tanto quanto possível, que as pessoas se tornem uma presa muito fácil para os políticos e os contrabandistas descarados que pretendem construir suas fortunas no sangue dos deserdados da sorte, a alfabetização deve ser considerada em duas frentes: a escolaridade excessiva e a alfabetização integrada. (BERNARD, 2007, tradução nossa).

Tendo em vista a situação do país, no final de 2007, o governo lançou a 11ª Campanha Nacional de Alfabetização, com o objetivo de, em três anos (2007 - 2010), alfabetizar 3 milhões de haitianos entre 14 e 50 anos. A campanha tinha um custo estimado de 180 milhões de dólares, e como objetivo abrir 75.000 centros de alfabetização no país. A UNESCO juntamente à Cuba, Venezuela e Espanha foram os principais colaboradores. A campanha enfatizava o método de alfabetização televisual, *Wi mwen Kapab*, o qual era uma adaptação

⁵⁰ *Initiative de Stabilisation pour Haïti* (HSI), que tinha como objetivo apoiar as iniciativas que visassem um clima de estabilidade em *Cité Soleil*, com a criação de empregos e construção de infraestrutura sustentável (MINUSTAH, 2009c).

do programa cubano, *Yo si puedo*, que conseguia alfabetizar um adulto em três meses, e tinha sido utilizado e aprovado em 21 países anteriormente (JURA, 2007; RÉGIS, 2008).

Contudo, a campanha não conseguiu o êxito esperado. Após dois anos transcorridos, somente 117.000 haitianos foram alfabetizados, sendo que a meta para cada ano era de 800.000 pessoas (PAPSECURITÉ, 2009). A falta de meios técnicos e financeiros e a não colaboração efetiva de membros do governo foram os principais motivos para o seu insucesso. Em algumas cidades do interior, houve até a recusa do funcionamento dos centros por parte de políticos. Segundo a responsável pelo programa⁵¹: “Às vezes, políticos e até membros do governo, querem monopolizar a campanha para tornar seu capital político.” (ST-FLEUR, 2008b, tradução nossa).

Na questão da infraestrutura educacional, uma das ações da Missão foi o projeto *Bancs de la Paix*, em *Artibonite*, *Gonaïves*. O projeto era dirigido pelo Distrito Escola de *Gonaïves*, com o financiamento da Seção de DDR da Missão, no valor de mais de 50 mil dólares. Visava equipar com móveis como mesas, carteiras, bancos e cadeiras, oito escolas em bairros da cidade, como *Jubilé*, *Raboteau*, *Cayes Soleil* e *Deschaos* (MINUSTAH, 2007a). Outro progresso foi na Escola Nacional de *Cité Soleil*, reabilitada pelo contingente brasileiro da Missão. A cerimônia de entrega do edifício foi realizada em 25 de abril de 2007. Nela, o vice-prefeito Benoit Gustave, elogiou os esforços do contingente para o reestabelecimento de segurança na região e melhoria de condições de vida da população, agradecendo o forte compromisso do brasileiro para com aquela população (MINUSTAH, 2007e).

Na questão de capacitação educacional, houve também o foco em futuros jornalistas do país. O CPIO realizou, em junho de 2006, um seminário para estudantes em último ano de curso, da Universidade do Estado do Haiti e de escolas privadas. O mesmo trazia conhecimentos práticos e ferramentas para o exercício futuro da profissão. Contou com especialistas renomados. Dentre as temáticas apresentadas, estavam as preparações de relatório, design de revista, simulações de apresentação, com o vocabulário portado de clareza e estilo. Segundo os organizadores, esse seminário refletia a vontade de parceria de diálogo da MINUSTAH, com diferentes setores no país, e ajudava os jornalistas a saberem melhor da Missão (MINUSTAH, 2006c).

⁵¹ Carol Joseph (Secretária do Estado para Alfabetização).

Figura 15- Publicação referente ao seminário de capacitação de jornalistas haitianos realizado pelo CPIO em junho de 2006

LE NOUVELLISTE

LA MINUSTAH EN ACTION

La MINUSTAH renforce les capacités de futurs journalistes

Le Bureau de la journaliste à l'hebdomadaire Communication et de Jeune Afrique et à la BBC et l'Information publique de la responsable, à la MINUSTAH, de MINUSTAH a organisé, le 26 l'Unité relations avec les médias, juin, à l'hôtel Villa Créole, un dans la présentation du module séminaire sur les pratiques de la «la technique et le stylistique dans la Communication, à l'intention rédaction de Communiqués et d'étudiants de dernière année d'articles de presse». L'approche en communication de interactive utilisée comme l'Université d'Etat d'Haiti et méthodologie a permis une grande implication des d'écoles privées de journalisme. grande implication des

Il s'agit d'abord d'une participants tandis que les activité visant au renforcement études comparatives et l'analyse des capacités de futurs de cas ont conduit à mettre journalistes. Par ce biais, la l'accent à la fois sur la rigueur à MINUSTAH leur apporte des observer dans la rédaction et les connaissances pratiques, leur écueils à éviter.

fournit des outils qui leur seront La Radio est le domaine utiles dans l'exercice futur de privilégié de la majorité des leur profession. Les bénéficiaires étudiants, si l'on en juge par la ont reçu une formation manifestation d'intérêt observée complémentaire provenant de lors de la présentation praticiens rompus aux réalités du individuelle en début du métier. En effet, avec Clarendon Séminaire. Et pour cause, le Renois, les étudiants ont pénétré module s'y rapportant, sous la l'univers des agences de presse, conduite de deux professionnels, apprécié de plus près la clôturait la journée. En effet, spécificité de ce média, la Pierre LAMY, ancien de la Faculté différence et les points communs des Sciences humaines et fort de avec les autres médias, avant de plus de 10 années d'expérience s'entraînent à la rédaction de dans le domaine de dépêches. Ils ont en outre l'information à la radio et bénéficié de l'expérience de responsable de salle des Mamadou BAH, ancien nouvelles et Hélène PAPPER,

simulations de présentation où l'on contrôlait le vocabulaire, le style et la clarté.

Le caractère pratique des exposés et des ateliers de travail a donc permis de «combler certaines lacunes liées au fait que des problèmes de structures rendent difficiles l'organisation de travaux ou de stages pratiques», si l'on en croit Pierre Ronald, l'un des participants. L'étudiant Vantz Brutus a pour sa part exprimé le souhait que «la MINUSTAH

organise plus souvent et sur une plus longue durée, des séminaires à l'intention des étudiants».

Ce séminaire, en s'adressant à des étudiants, traduit la volonté de dialogue et de partenariat de la MINUSTAH avec les différents secteurs de la société haitienne, dont celui de l'éducation. Il contribue également à permettre à de futurs journalistes de mieux connaître la MINUSTAH.



Fonte: MINUSTAH, 2006c, p. 1.

A situação da saúde haitiana continuava também bastante precária, com índices altos de mortalidade infantil e materna, e acesso reduzido à saúde básica⁵². Em 2006, o país foi declarado prioritário pela OPS (MINUSTAH, 2008c). A saúde materna carecia de: fundos nacionais, profissionais da saúde, hospitais adequados, recursos técnicos, cuidados apropriados, entre inúmeros outros problemas. Com muitas mulheres vivendo no meio rural, com precária situação socioeconômica, o acesso à saúde era muito difícil. Dotadas de problemas de saúde, e sem o planejamento familiar em questão, a gravidez indesejada, ou filhos deficientes era o destino. E a família tornava-se maior que as condições permitiam, gerando problemas como o possível abandono (CARAIBES, 2009, GARY, 2009).

Instituições internacionais como a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS)/OMS, UNICEF, Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) se uniram ao *Ministère de la Santé Publique et de la Population* (MSPP) do país para tentar melhorar o quadro. Um dos projetos foi *Soins Obstétricaux Gratuits* (SOG), que visava facilitar o acesso da saúde às

⁵² Para cada 100.000 nascidos, tinha-se 630 mortes maternas; e para cada 1000 crianças nascidas até 1 ano, 57 morriam. 40% da população não tinham acesso aos serviços básicos de saúde (MINUSTAH, 2008c).

mulheres grávidas com baixa renda, e reduzir a mortalidade infantil e materna. O programa foi lançado em 46 instituições, em dez departamentos do país, e tinha, segundo a MINUSTAH, a intenção de chegar a 100% das mulheres grávidas e recém-nascidos (MINUSTAH, 2008c).

No entanto, o cenário do programa no ano de 2009 não foi muito próspero, segundo a pesquisa da instituição humanitária, *Médecins Sans Frontières* (MSF). Em Porto Príncipe, que o programa SOG tinha cinco hospitais em seu âmbito, houve problemas na implantação e execução do programa. Com uma estrutura anterior deficiente, os hospitais continuavam com greves, falta de recursos humanos e técnicos, e infraestrutura inadequada. O número de atendimentos em geral cresceu, contudo tinha-se também muitas recusas e transferências de pacientes. E um dos problemas mais graves, segundo o MSF, era a cobrança indevida das instituições por medicamentos para as pacientes, o que era uma violação ao espírito do programa e no acesso aos cuidados de saúde. Além disso, os responsáveis não promoviam programas de informação e sensibilização o suficiente sobre o programa em execução para muitas haitianas necessitadas. A má gestão, atritos com a burocracia, e a possível corrupção (denunciada) eram os principais problemas (MSF, 2009).

O programa era uma iniciativa muito importante para a redução da mortalidade materna e infantil, mas sua estrutura e inúmeros problemas tinham de ser melhores revistos pelo MSPP, doadores e responsáveis, para ser efetivado melhor. Em um sistema de saúde precário como aquele, presente em uma sociedade corrompida pela pobreza, analfabetismo, transporte ruim e cultura opressora, não seria simples conseguir atingir progressos para a saúde das mulheres e recém-nascidos. Logo, um planejamento e investimento complexo seriam necessários em variados setores para um desenvolvimento pleno.

O deficiente haitiano também era outro grupo vulnerável de foco da missão. A falta de cuidados médicos e de integração social do haitiano com deficiência era um grave problema no país. Estimava-se que 800.000 haitianos⁵³ possuíam alguma deficiência. A sua marginalização era evidente em variados setores. Locais como escolas, praças, transporte público, igrejas, edifícios públicos, não eram equipados, em grande maioria, para atender suas necessidades específicas. Com o número insuficiente de escolas preparadas, o número de pessoas que estudavam nessa condição era somente 3%. No mercado de trabalho, dificilmente conseguiam emprego, e quando sim, sem o salário mínimo sequer (MINUSTAH, 2007l).

⁵³ Cerca de 10% da população.

A Missão auxiliou em projetos de infraestrutura, como, por exemplo, a expansão do *Centre de Santé Lumière* em *Les Cayes*, em 2007, o qual era um grande centro para diferentes categorias de pessoas com deficiência. A expansão constituiu no aumento da infraestrutura e na compra de novos equipamentos como próteses, cadeira de rodas, muleta, etc. Do mesmo modo, propôs eventos ligados a essas pessoas no MMC da cidade, onde se discutiu sobre as dificuldades de integração e ações para melhorar a vida dessas pessoas. Segundo o chefe da Missão, essa era uma importante ação de impacto rápido, que se destinava a satisfazer as necessidades básicas da comunidade em infraestrutura básica e serviços públicos (MINUSTAH, 2007j; MINUSTAH, 2008b).

A questão da água também foi uma área de atenção da Missão. A falta de água potável se constituía como um problema sério para o haitiano. O Representante da OMS, Paulo Teixeira, residente no país, destacou, em uma entrevista de publicação do CPIO, a situação trágica da água no mundo e principalmente no país. Segundo ele, no Haiti, havia uma péssima distribuição, sendo que poucas pessoas tinham um acesso digno. Além disso, a água era, em grande parte, contaminada, gerando graves problemas de saúde. Existiam lugares que nem sequer 8 litros por dia o haitiano conseguia obter⁵⁴. Relatou que o haitiano chegava a gastar até 80% do seu salário para isso, sendo que nos países desenvolvidos o custo era de 1% para a água e saneamento. Apenas 54,8% da população tinha acesso a ela em 2008, a menor taxa da América Latina e Caribe (MINUSTAH, 2007d; MINUSTAH, 2008d).

A Seção de Direitos Humanos da MINUSTAH, em parceria com a Unidade de Água e Saneamento do Ministério do Desenvolvimento, UNICEF e PNUD, realizou, no ano de 2008, uma campanha sobre o direito de acesso à água potável. O objetivo era sensibilizar a população e o governo da importância do acesso a esse bem, dos direitos que o ser humano a ele tinha, e suas responsabilidades quanto à sua proteção e uso devido⁵⁵. Para o Estado, a campanha se aplicava no sentido de buscar facilitar o acesso na questão, que ações de melhoria fossem tomadas, como aumento do orçamento para esse fim, a adoção de leis sobre água e saneamento, e a ratificação do Pacto Internacional sobre os direitos econômicos, sociais e culturais (MINUSTAH, 2008d).

No setor de incentivo à produção, a Missão realizou diversas ações. O Batalhão brasileiro junto ao escritório de assuntos civis da Missão inaugurou um edifício para uma peixaria em *Cité Soleil*. Tinha como objetivos permitir que os pescadores tivessem padrões de

⁵⁴ Muito menos do que o recomendado pela OMS (50 litros) (MINUSTAH, 2007d).

⁵⁵ Foram relatados casos de haitianos desviando água ilegalmente de locais públicos, estourando canos e utilizando-a indevidamente, o que piorava a situação de distribuição.

higiene necessários para a preparação dos peixes, e local adequado para conservação dos mesmos. Isso era uma grande iniciativa para o desenvolvimento local que possuía uma organização de pescadores, que tinha grandes dificuldades para a conservação de peixes (MINUSTAH, 2007f).

Com essas ações da Missão, em parceria com o governo e demais organizações, eram gerados postos de trabalho aos haitianos, os quais eram fundamentais para o desenvolvimento do país, que sofria com um alto índice de desemprego. No ano de 2006, estima-se que foram criados 200.000 dias, por pessoa, de trabalho, onde 5.400 correspondia a jovens em risco (UN, S/2006/1003, 2006).

A vulnerabilidade do país para desastres naturais continuava sendo um motivo de grande preocupação. Furacões, chuvas intensas, tornados, maremotos e diversos desastres naturais assolavam o país frequentemente.

No ano de 2006, atualizou-se o plano da ONU para situações de emergência, destinada à próxima temporada de furacões⁵⁶, assim como se estabeleceu um centro conjunto de coordenação das operações para resposta em casos de desastre, que foi se aperfeiçoando ao longo do tempo, em questões como de logística, comunicação e coordenação. A Missão capacitou coordenadores governamentais de níveis regional e nacional, e chefes de oficinas regionais para coordenação de resposta nesses casos. Essas atividades se coordenaram por um projeto da PNUD, o qual tinha como meta consolidar a capacidade do governo na gestão de riscos e desastres (UN, S/2006/592, 2006).

Os piores desastres do período ocorreram ano de 2008, sendo quatro furacões e tempestades tropicais sucessivas (*Fay, Hanna, Gustav e Ike*). Em setembro do mesmo ano, tendo em vista a necessidade de resposta, a Câmara dos deputados, em conjunto com o Senado, aprovou uma lei para autorizar o presidente a declarar estado de emergência e disponibilizar, com maior agilidade, fundos nacionais para auxílio de socorro da população. O presidente logo recorreu a esse mecanismo, desembolsando inicialmente 200 milhões de dólares para as vítimas, em conjunto com os esforços de fundos e assistência do setor privado do país e da comunidade internacional (MONTENEGRO, 2013; UN, S/2009/129, 2009).

Os desastres causaram grandes estragos na infraestrutura do país e sofrimento na população. Estima-se que mais de 800.000 mil pessoas, de nove dos dez departamentos do país, foram afetadas e necessitavam de assistência humanitária. A ONU, organizações não governamentais e doadores bilaterais, apoiaram as autoridades haitianas, oferecendo

⁵⁶ Que ocorria geralmente no segundo semestre do ano.

assistência de emergência e suprimentos para a população, como abrigo, meios para comunicação, alimentação, água, saneamento e proteção (UN, S/2009/129, 2009).

O Fundo Central para ações de emergência atribuiu 10 milhões de dólares de seu elemento para resposta rápida. O Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola colaborou com 10 milhões de dólares em apoio aos esforços para aumentar a produção agrícola. O Programa Alimentar Mundial (PAM) distribuiu 12.306 toneladas de ajuda alimentar para 646.926 beneficiários diretos, incluindo 9.357 toneladas em Gonaïves, por um valor total de 37 milhões de dólares. O início do ano letivo 2008/2009 representou um desafio especial para o governo e seus parceiros. Até 98% do custo dos alimentos em escolas foram financiados por parceiros, incluindo o PMA, que forneceu assistência no valor de 17,2 milhões de dólares. Programas de trabalho intensivo realizados em conjunto por agências das Nações Unidas, dedicados ao meio ambiente e reabilitação da infraestrutura, ajudaram a criar 500.000 postos de trabalho temporários. (UN, S/2009/129, 2009, p. 13-14, tradução nossa).

Os desastres causaram, do mesmo modo, um grande impacto na economia, com a inflação chegando a quase 20%, e as perdas e prejuízos em 15% do PIB do país. O período se caracterizou pelo rápido aumento dos preços internacionais e do combustível, e desvalorização da moeda nacional. Além disso, investimentos locais e estrangeiros estavam em perigo, devido aos grandes distúrbios sociais e políticos presentes na época, como o ocorrido em abril de 2008. As conquistas macroeconômicas dos últimos anos se viam ameaçadas na situação atual, que repercutia negativamente nas esferas política, de segurança, humanitária, social, econômica e de desenvolvimento, ameaçando em grande medida o processo de estabilização no país (UN, S/2008/586, 2008; UN, S/RES/1840, 2008; UN, S/2009/129, 2009).

A pobreza extrema continua a ser um dos problemas mais profundos e complexos enfrentados no Haiti, uma vez que 78% da população vive com 2 dólares ao dia ou menos, com consequências extremamente negativas para direitos humanos assim como para a estabilidade política e social. As possibilidades do povo haitiano para desfrutar dos direitos econômicos, sociais e culturais básicos sofreu uma queda ainda maior após as tempestades de agosto e setembro de 2008, cujas consequências foram agravadas por deficiências existentes na infraestrutura e na capacidade do Estado para responder a emergências (UN, S/2009/129, 2009, p. 10, tradução nossa).

Segundo Toussaint (2009, tradução nossa)⁵⁷, “[...] o ano de 2008 ilustra bem a extrema vulnerabilidade do país e a precariedade da população a inundações.”. O autor atribuiu problemas como uma falta de coordenação, de composição e de mudanças reais no plano de resposta para desastres do país, com déficit de comunicação, educação, informação, exercícios de simulação, etc. O crescimento acelerado da população, com altos níveis de pobreza e

⁵⁷ Especialista haitiano em meio ambiente.

urbanização descontrolada, com concentração em áreas costeiras, favelas, eixos de drenagem, planícies de inundação, eram grandes fatores de vulnerabilidade, que contribuíam para a exposição e atrito da população com um meio ambiente propenso a situações de desastres.

Nesse contexto dos desastres, a Missão foi renovada em outubro por mais um ano, com a continuação de um mandato dominado por militares. Esse fato indignou a muitos haitianos e ao presidente, já que o mesmo tinha expressado na XIII Conferência das Américas que autorizava a renovação, mas que tinha necessidade de um maior número de engenheiros e máquinas de construção para o momento (MINUSTAH: UN..., 2008). Em novembro, Préval, em consciência do desafio da soberania de seu Estado, declarou, pela primeira vez, o desejo de partida da Missão antes do fim do seu mandato. Ele declarou concordar com o apoio da mesma no país, para a PNH principalmente, mas que era responsabilidade de seu Governo a segurança da população (GEFFRARD, 2008).

Em abril de 2009, foi realizada uma Conferência de doadores em Washington com 28 Estados, em que reafirmaram o interesse em continuar apoiando o Haiti, concederam alívio de uma grande dívida, e anunciaram um auxílio de 324 milhões de dólares adicionais por dois anos para ajudar o país a se reconstruir. Na Conferência, também foram enfatizados os deveres de auxílio na Missão, em fatores como governança, desenvolvimento, programas sociais, reforma e reestruturação do Estado. Isso, segundo Seitenfus (2014), trouxe uma percepção que a comunidade internacional estava tendo uma visão mais abrangente sobre a crise haitiana, não essencialmente securitária.

Aos poucos o país foi sendo recuperado em sua economia e nos demais setores. Para a questão de assistência humanitária em situações de emergência, o Governo haitiano, com auxílio do PNUD, Banco Mundial e Comissão Europeia, seguiu promovendo a Secretaria de Proteção Civil do país; as organizações de assistência humanitária atualizaram-se para questão de imprevistos; a Oficina de Coordenação de Assuntos Humanitários seguiam buscando facilitar a coordenação em escala nacional e nos departamentos; e a equipe da ONU e da MINUSTAH estabeleceram acordos operacionais para atividades conjuntas de resposta de emergência (UN, S/2009/439, 2009).

3.5 Considerações sobre a 2ª fase da MINUSTAH

A fase 2 da Missão, apesar de apresentar problemas, foi melhor em termos de execução e imagem que a primeira. A MINUSTAH entrava em um período que o país tinha um representante legítimo, eleito pelo povo, o que facilitava o trabalho.

As operações militares e policiais continuaram a ser realizadas, assim como assistência para processos eleitorais. Reformas e programas em instituições do Estado foram melhor empreendidas, juntamente a programas para direitos humanos, de desenvolvimento e assistência à população.

A atenção foi maior na reconstrução do Estado e em questões como de direitos humanos, conquistando um maior progresso geral. Contudo, problemas de falta de recursos, excesso de metas, predominância de militares, e não atenção para certas questões, como desastres naturais, continuavam atrapalhando, de certa forma, a Missão.

O discurso da ONU sobre a MINUSTAH, naquele período, também reconheceu deficiências, mas em menor grau que a primeira. A necessidade da comunicação social, em grande parte das atividades que eram realizadas, também continuou presente em atividades específicas como a criação dos centros de multimídia.

A mídia haitiana reconhecia êxitos da Missão nesse período, descrevendo suas atividades e conquistas. No entanto, continuava crítica e mais detalhista em relação às ações e os problemas da MINUSTAH.

No campo da segurança, nos dois anos iniciais do período (2006-2007), o país continuou apresentando problemas relacionados à violência. A ONU admitia esses problemas narrando de forma geral sobre os mesmos, dizendo buscar intensificar as patrulhas e as reformas nas instituições relacionadas. Os jornais discursavam sobre a insegurança, apresentando muitas críticas à PNH, à MINUSTAH e ao Governo.

A medida em que a reforma da PNH e a implantação do programa de Redução da Violência nas Comunidades iam avançando, mais progressos eram apresentados pela ONU e pela mídia haitiana nos dois anos (2008 - 2009) sobre a segurança. A imagem da PNH melhorou em relação a população haitiana que demonstrava maior confiança na Instituição. No entanto, muitos problemas de segurança continuavam a ser apresentados.

Na questão política, esforços da MINUSTAH se somaram ao CEP para realização das eleições locais, municipais e legislativas que se realizaram em dezembro de 2006. Contudo, em razão de problemas de organização e segurança, que foram relatados tanto pela imprensa haitiana como pela ONU, eleições complementares municipais e locais foram necessárias, e ocorreram em abril de 2007.

Logo após esse processo, a MINUSTAH narrava como sendo seu objetivo a construção de instituições estatais fortes e sustentáveis. Para isso, buscou realizar atividades de profissionalização e capacitação de pessoal, reuniões, fóruns, programas de desenvolvimento local, reabilitação de edifícios, entre outros, obtendo alguns progressos. Mas as instituições seguiam sendo frágeis, permanecendo tensões políticas e divisões sociais. Denúncias de corrupção e má gestão continuavam sendo apresentadas no país.

Grandes manifestações eclodiram, em abril de 2008, pela alta dos preços de alimentos e insatisfações políticas, o que levou à retirada do Primeiro Ministro e anúncios de medidas de subsídios e planos para a agricultura nacional por parte do governo. Nesse quadro, a MINUSTAH e a PNH agiram para conter as manifestações a pedido do governo. No entanto, houve críticas por parte de jornal *Haiti en Marche*, caracterizando a Missão como instrumento de repressão, por ter exagerado no uso da força contra as manifestações.

Outro momento de tensão política foi durante as eleições para renovação de parte do Senado, em que houve um grande boicote às eleições por parte da população. Isso se devia à revolta com o CEP, que tinha anulado candidatos do partido do ex-presidente Aristide. Naquela ocasião, a PNH e a Missão agiram novamente com exagero, segundo o jornal *Haiti en Marche*, com a utilização de muitas tropas, o que não era bem visto pela população haitiana.

Na questão de justiça, esforços iam sendo apresentados pela Missão como elaboração de planos, assessorias, capacitação de pessoal, formação da PNH, profissionalização, elaboração de leis, assistência jurídica aos necessitados, e infraestrutura. Contudo, reportagens criticavam que o judiciário não avançava efetivamente na prática, o que a própria MINUSTAH admitia de certa forma.

A questão penitenciária, que era caso grave de violação aos direitos humanos, também teve projetos empreendidos pela ONU para melhorias. Entretanto, a lentidão no processo foi denotada por meio de relatos e estatísticas da própria ONU sobre as condições permanentes das prisões. E a justiça, que não progredia, continuava a agravar os problemas do sistema prisional, como a permanência de presos sem julgamento, que poderiam muitas vezes ser inocentes.

Para as classes mais vulneráveis de mulheres e crianças, a MINUSTAH agiu com mais ênfase que na primeira fase. Para as crianças, a MINUSTAH auxiliou em alguns pontos durante o período, como em campanhas, projetos, apoio e desenvolvimento de instituições interligadas e capacitação da PNH, obtendo alguns êxitos. Para a diminuição de sequestros de

crianças em 2008, por exemplo, a MINUSTAH intensificou suas patrulhas e operações, e realizou campanhas para conseguir a colaboração da população, através de canais midiáticos do país. No entanto, muitos problemas ainda permaneciam como a ONU e a mídia haitiana relatavam.

Para as mulheres, projetos, campanhas e apoio às instituições relacionadas principalmente à violência e política também continuaram. Mas a situação seguia complexa. A violência de gênero continuava com índices altos, a representação feminina na política continuava baixa, e o desrespeito, a desigualdade, a impunidade e inúmeros problemas permaneciam, como retratava principalmente a mídia haitiana.

No desenvolvimento econômico e social, projetos de impacto rápido, de desenvolvimento, de atendimento às necessidades humanitárias, de incentivo à produção, geração de empregos foram realizados, conseguindo êxitos. Mas muitos dos projetos não tinham o sucesso esperado. A questão da saúde materna, por exemplo, que tinha um plano ambicioso de chegar a 100% das grávidas e recém-nascidos, não foi muito promissora. A má estrutura dos hospitais, somada a má gestão, atritos com a burocracia, a corrupção, não promoção suficiente de campanhas de informação e sensibilização, eram alguns dos principais problemas. Na questão de alfabetização, também demonstrada, esforços somaram-se para a alfabetização de 3 milhões de haitianos em três anos. Mas problemas como a falta de meios técnicos e financeiros e a não colaboração devida do governo atrapalhavam.

Os desastres naturais eram uma das questões que prejudicavam frequentemente a população. A ONU, desde o primeiro período da Missão, demonstrou, por meio dos documentos e propagandas, que realizava atividades de capacitação e gestão de riscos no país. No entanto, os principais desastres (*Fay, Hanna, Gustav e Ike*) que ocorreram em 2008, segundo o *Le Nouvelliste*, demonstravam que o país continuava vulnerável, e a população precária diante das inundações.

A luta para a conquista da segurança pública não podia se resumir apenas ao combate das forças de violência, mas sim com problemas relacionados à população, meio ambiente e recursos, já que a grande ameaça para a segurança pública do país tinha estreita relação entre conflito e meio ambiente. Mas segundo Toussaint (2009), do jornal *Le Nouvelliste*, os especialistas militares e políticos não davam a importância necessária para esses fatores fundamentais, que podiam causar declínio da economia nacional, do meio social e da estabilização política, como os desastres de 2008 proporcionaram. Logo, uma maior ênfase e abordagem política para a situação de riscos era necessária.

No fim de 2009, anúncios de retirada da Missão foram dados por autoridades internacionais, que acreditavam que a situação estava prestes a se tornar estável (LA MINUSTAH..., 2009). No entanto, o grande desastre provocado pelo terremoto no início de 2010, que se conformou num dos maiores desafios humanitários já enfrentados pela comunidade internacional, resultou não só na manutenção da MINUSTAH, como no aumento de seu efetivo e na alteração do seu foco para a assistência humanitária.

CAPÍTULO 4- A MINUSTAH E A CRISE DO TERREMOTO

No dia 12 de janeiro de 2010, por volta das 17 horas local, um terremoto, de magnitude 7.3 na escala Richter, atingiu a capital e cidades próximas⁵⁸. Serviços básicos foram suspensos; comércio, bancos, postos de gasolinas e instituições paralisadas; alimentos e água potável se encontravam mais escassos; líderes políticos, funcionários públicos, policiais haitianos, agentes da ONU⁵⁹ e inúmeros cidadãos haitianos morreram⁶⁰ ou ficaram feridos; cerca de 25% da população⁶¹ ficou desalojada; hospitais, instituições de ensino, penitenciárias, casas e importantes escritórios governamentais foram destruídos; o sistema de comunicação haitiano em grande parte foi interrompido (AGUILAR, 2013). O país pedia socorro!

Figura 16- Situação de um bairro em Porto Príncipe pós-terremoto



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2010a.

⁵⁸ Cidades atingidas: Porto Príncipe, *Petit Goâve*, *Grand Goâve*, *Léogâne*, *Jacmel* e *Miragôane* (UN, S/2010/200, 2010).

⁵⁹ O terremoto provocou, para a missão, a destruição de instalações e oficinas próprias, além da morte de 101 membros, incluindo o Representante Especial, Sr. Hédi Annabi, e um Representante Especial Adjunto, Sr. Luiz Carlos da Costa (UN, S/2010/200, 2010).

⁶⁰ Cerca de 300.000 haitianos morreram.

⁶¹ 2,3 milhões de haitianos ficaram desalojados.

Tendo em vista a situação de grande catástrofe do país, o governo emitiu uma declaração de desastre, anunciando Estado de Emergência⁶², e solicitando assistência humanitária internacional (AGUILAR, 2014).

Naquela noite, em menos de 60 segundos, a esperança levou um golpe devastador. Palavras não podem descrever o sofrimento causado pelo terremoto. [...] Alguns de nós temos experimentado isso pessoalmente. Ninguém permanece intocado. Nós, as Nações Unidas, estamos em luta pelo povo do Haiti. Nós lamentamos muito a perda grande. (MINUSTAH, 2010a, tradução nossa).

O governo haitiano, a MINUSTAH e a Força-Tarefa Conjunta dos EUA, juntamente aos demais atores internos e externos, declararam-se dispostos a trabalhar em prol do país naquela situação de emergência. Estimava-se que os custos necessários para os 18 meses seguintes eram de 3,9 bilhões de dólares, e, a longo prazo, 11,5 bilhões de dólares (UN, S/2010/200, 2010).

A catástrofe fez com que a ONU aumentasse o efetivo da MINUSTAH e incorporasse a assistência humanitária ao seu mandato por meio da Resolução 1908, que priorizou os esforços de recuperação, reconstrução e estabilidade do país (UN, S/1908/2010, 2010). Nesse ano, chegou-se a ter 8.940 efetivos militares e 4.391 agentes de polícia.

Uma estratégia da ONU para a recuperação pós-desastre foi a formação de grupos de gerenciamentos (clusters), sendo considerados como principal plataforma de coordenação das operações. Os mesmos foram criados em áreas críticas do país e possuíam responsabilidades exclusivas, de acordo com as fases da assistência humanitária (AMRE, 2010). Realizavam reuniões com o governo para levantar-se as necessidades de cada área, e em seguida coordenavam as atividades que fossem adequadas para os fins levantados (MINUSTAH, 2010t). Os clusters facilitaram a resposta ao desastre e auxiliaram a ONU na percepção das demandas das vítimas e nos resultados da assistência humanitárias (AMRE, 2010).

Na questão política a situação era frágil. A estrutura do governo foi em grande parte abalada, com funcionários mortos; equipamentos e arquivos perdidos; e edifícios destruídos⁶³. Suas instalações, no início, tiveram de ser improvisadas. As eleições municipais, legislativas e presidenciais, previstas para o ano de 2010, tiveram de ser adiadas.

Além de oferecer assistência técnica ao Governo haitiano, como medida excepcional em razão do terremoto, a MINUSTAH ofereceu uma assistência logística ao Ministério da

⁶² Renovado em abril do mesmo ano para mais 18 meses.

⁶³ Cerca de 180 prédios foram destruídos, incluindo o Palácio Nacional (MONTENEGRO, 2013).

Justiça e Segurança Pública, às instituições judiciais e penitenciárias e para a PNH, para possibilitá-las continuar suas operações básicas (UN, S/2010/446, 2010).

A MINUSTAH, na medida do possível, continuou prestando apoio ao Estado nas áreas que já atuava, tendo foco, porém, na assistência humanitária (MONTENEGRO, 2013). Na assistência, o principal fator eram os abrigos, que se revelavam em grande parte, com muitos problemas de saúde, segurança, higiene, saneamento entre outros.

Em outubro de 2010, outro grande problema iniciou no país: a epidemia da cólera. A falta de saneamento e água potável eram grandes causas para a propagação da doença, e a MINUSTAH era acusada de ser a principal responsável pela doença. A operação realizou ações para buscar diminuir o problema, mas muitos casos ainda assolavam o país. Buscou-se analisar as práticas de saneamento de suas instalações e aberto investigações para descobrir a origem da epidemia (UN, S/2011/183, 2011).

No segundo semestre de 2010, a situação humanitária continuava crítica, com a temporada de chuvas e furacões principalmente, que deixava a situação mais vulnerável ainda para os haitianos em acampamentos. O furacão Tomas, que ocorreu em novembro daquele ano, foi o principal desastre do período.

Os haitianos lembrarão por muito tempo de 2010 como um ano de múltiplas crises, abrangendo o terremoto e o deslocamento de 2,3 milhões de pessoas, que decorreu na passagem no furacão Tomas, na epidemia de cólera e nos problemas relacionados com a instabilidade política e as eleições. [...] O trabalho incansável da equipe das Nações Unidas, no país, tem se concentrado em questões humanitárias e de recuperação, incluindo o retorno ou o reassentamento de deslocados, a resposta para a temporada de furacões, a epidemia de cólera [...], mitigação e redução do risco de desastres e violência de gênero. (UN, S/2011/183, 2011, p. 4, tradução nossa).

Segundo o Secretário-Geral, a resposta das Nações Unidas foi uma das maiores já desdobradas, com a proporção de 1,5 milhões de pessoas recebendo refúgio, alimentos, água potável e atenção médica, sem surtos graves de doenças ou estouro grave de violência entre a população prejudicada pelo terremoto (UN, S/2011/183, 2011).

No entanto, a assistência teve muitos problemas ao longo do período. Problemas na coordenação das atividades, aliada à incapacidade do Estado, diminuição das doações ao longo do ano, e a instabilidade política foram alguns dos principais fatores.

4.1 Assistência humanitária

O terremoto de 2010 foi uma das maiores catástrofes em nível mundial. O acontecimento levou um grande destaque na mídia internacional, e apelo por parte da ONU e de organizações internacionais para doações urgentes (THOMAZ, 2010).

Figura 17- Exemplos de publicações sobre o terremoto de janeiro de 2010



Fonte: SOUZA, 2010.

Esse grande destaque do país levou consequentemente à adesão do mundo ao problema, que se unia cada vez mais por grandes auxílios nunca antes visto na história do país. Segundo Sutter, “Não fosse o espetáculo do terremoto, que despertou a compaixão mundial, o país continuaria isolado em sua ilha e na aura da desinformação em que sempre viveu.” (SUTTER, 2010, p. 931).

Poucas horas depois do desastre, a ONU em conjunto com Estados membros iniciou operações de socorro de emergência. Unidades especializadas de militares e civis realizaram

operações de busca e resgate, estabeleceram hospitais e prestaram apoio aos esforços de assistência e reestabelecimento de infraestrutura básica. Colaboraram para a reabertura da estrada principal entre o aeroporto e o centro da capital, e também do aeroporto e porto, o que foi fundamental para o recebimento de elementos de auxílio (UN, S/2010/200, 2010).

O número de mortes e feridos no país era alarmante. O sistema de saúde do país enfrentou aquela realidade drástica sem a mínima preparação e condição. Com capacidade limitada e muitas instalações danificadas, hospitais públicos e privados passaram por um pico jamais antes visto na história do país (MINUSTAH, 2010b). Um exemplo foi o hospital de Carrefour, em Porto Príncipe. Médicos estrangeiros, projetos e centros de atendimento coordenados pela OMS, ONGs e atores externos, se uniram para auxiliar naquela situação: salvar vidas ameaçadas. Foi organizado, por exemplo, um hospital americano com capacidade de 200 pacientes por dia, através do projeto *Medishare* com a Universidade de Miami (MINUSTAH, 2010b).

A população, abalada, em meio a tragédia, ficou deslocada diante da perda da infraestrutura local, com entulhos, detritos, mortos, feridos, falta de sistema elétrico e de comunicação. O cenário era de caos e de choque. Muitos haitianos dormiam na rua, por medo de um novo colapso, já que tremores de menor dimensão ainda continuavam. Passavam fome e sede, gerando uma forte tensão. E a pergunta de muitos que ali estavam nesse caos era: “*ki kote MINUSTAH?*” - Onde está a MINUSTAH? (THOMAZ, 2010, p. 7).

O êxodo logo foi intenso para outros destinos do país e exterior. O Governo forneceu inclusive alguns ônibus para o deslocamento (MINUSTAH, 2010c). Para isso, as relações de proximidade entre os haitianos foram fundamentais. Amigos, vizinhos, parentes, conhecidos se auxiliavam na mobilização e instalação em outro local, de todas as formas possíveis. Cerca de meio milhão de pessoas deslocaram-se dessa forma. Segundo Thomaz, os haitianos tinham esse associativismo sempre em questão, decorrente da comum deficiência do aparelho estatal que não tinha a capacidade de oferecer assistência digna à sociedade (THOMAZ, 2010).

Do mesmo modo, muitos haitianos não tinham condições de se instalar em local adequado. Logo, abrigos de emergência eram prioridades no início da assistência. Lonas, barracas, materiais de higiene e cozinha, cordas e cobertores eram distribuídos pela Missão e seus aliados, em locais fornecidos pelo governo haitiano (UN, S/2010/200, 2010). Em agosto de 2010, estima-se que havia 1,3 milhões de deslocados em 1.300 assentamentos localizados na capital, em *Jacmel*, *Léogâne*, Departamento de *Artibonite*, e em famílias que acolheram fora da capital (UN, S/2010/446, 2010).

Figura 18- Um Abrigo humanitário após o terremoto



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2010e.

O Departamento de *Artibonite* foi um dos que mais recebeu deslocados. Cerca de três semanas após o terremoto, já tinha presença de 200.000 haitianos da capital. Isso gerou muitos problemas para o mesmo, que já enfrentava outras dificuldades e ainda se recuperava dos furacões, *Hanna* e *Ika*, de setembro de 2008. Ter de lidar com aquela situação de emergência na questão da saúde, educação, alimentação e segurança era bem complexo. Mas segundo a mesma, as autoridades e parceiros se uniam para tentar enfrentar os grandes desafios (MINUSTAH, 2010e).

A cidade de *Léogâne*, a 35 quilômetros da capital, foi uma das mais afetadas pela catástrofe. Com mais de 80% destruída, oferecia uma aparência de desolação total. Seus abrigos não eram tão densos como da capital, mas tinham uma situação de ruína e de grande insegurança. Sendo uma planície costeira atravessada por rios, as chuvas deixavam os haitianos em uma situação péssima, com grande risco de inundação. Moradores reclamavam disso, da falta de água potável e de comida (MINUSTAH, 2010i; MINUSTAH, 2010k).

Segundo a publicação do *Haiti en Marche*, tropas canadenses chegaram em menos de uma semana após a tragédia na cidade, se unindo aos voluntários de seu país e moradores da

região, para derrubar escombros e construções frágeis. Mas o trabalho era muito complexo, e a cidade encontrava-se em um estado de constante depressão (LÉÔGANE..., 2010).

Figura 19- Publicação do *Haiti en marche* sobre Léogâne

Léogâne ou la destruction totale

(LEOGANE... suite de la page 13)

ce qui avait été sa maison, il a les yeux dans le vide et semble ne pas voir ce qui se passe autour de lui.
Toute une ville en état de dépression.
Les distributions de secours se font sans aucune



discipline si bien qu'il y aurait eu des morts lors du passage de camions d'aide.
Léogâne situé à l'épicentre du séisme de 12 janvier, est sans doute la ville la plus touchée. Les bâtiments publics et privés se sont effondrés, emportant dans les décombres tous ceux qui s'y trouvaient.
Les troupes canadiennes sont arrivées moins d'une semaine plus tard débarquant sur la plage de Ça Ira et y installant leurs tentes. Elles ont amené du matériel lourd pour abattre les bâtiments branlants, ramasser les décombres. Plus tard, les soldats ont été rejoints par de jeunes volontaires

venus également du Canada. Mais il y a tant à faire qu'on ne s'aperçoit pas encore du travail immense qu'ils ont abattu avec le concours des habitants de la région.
Combien de morts a fait le séisme à Léogâne ? Impossible encore de donner un chiffre, puisque les décombres sont toujours remplis de victimes.
Les rues sont traversées par de profondes crevasses qui ne manquent pas d'effrayer la population. Les gens craignent qu'elles s'élargissent et entraînent les victimes jusqu'aux entrailles de la terre.

Plus de 90% de la ville de Léogâne, quelque 20 km au sud de Port-au-Prince, totalement détruit
(photo Robenson Eugène)

Fonte: LÉÔGANE..., 2010, p. 16.

Uma atividade de comunicação, no país, para o período, desenvolvida principalmente pela *Internews*⁶⁴, em parceria com o *International Media Support (IMS)* e a *United Nations Office for the Coordination of Humanitarian Affairs (OCHA)*, foi um programa de rádio diário humanitário transmitido em créole, chamado *Enfòmasyon Nou Dwekönnen (ENDK)*, em português, “Notícias que Você Pode Usar”. Produzido por jornalistas haitianos, auxiliados por instrutores internacionais, iniciou sua transmissão oito dias após o terremoto. Foi reproduzido por cerca de 30 estações de rádio, parceiras nas principais áreas afetadas do país (PALE, 2011). Era distribuído por meio de CDs às rádios, em razão da precária infraestrutura do país. Fornecia informações úteis para sobrevivência, como acesso à alimentação, água, saúde, além de dar notícias sobre a localização de pessoas, transmitir dicas de saúde e higiene

⁶⁴ Internews é uma organização internacional sem fins lucrativos, com fins de desenvolvimento da mídia internacional para o bem comum.

e fornecer orientações para fenômenos naturais (INFOASAID, 2012). “Enquanto outros grupos distribuía alimentos, água e remédios para os sobreviventes, ENDK distribuía algo essencial: informações sobre onde e como acessar os serviços de salvamento.” (INTERNEWS, 2013, tradução nossa).

No entanto, o auxílio humanitário não parecia ser suficiente no início. Thomaz criticou a assistência fornecida pela ONU, narrando que a mesma se preocupava prioritariamente com o desaparecimento de seus membros diante dos escombros de suas instalações destruídas, como o Hotel Cristophe e o Hotel Montana. Destacou que a mídia internacional fazia, ao mesmo tempo, um certo “show de ajuda humanitária”, demonstrando que a mesma estaria muito eficaz. Mas segundo ele, a ajuda internacional não estava aplicável para os haitianos (THOMAZ, 2010).

Horas depois do terremoto que atingiu Porto Príncipe, em 12 de janeiro, o Haiti fez manchetes em todo o mundo. Estrelas políticas ou artísticas, como Bill Clinton ou Wyclef Jean, marcharam para pedir ajuda para 9 milhões de pessoas desprovidas de tudo. O resultado não se fez esperar: indivíduos, os países, as empresas fizeram doações sem precedentes para a ONU, ou as centenas de ONGs, que trabalham no local. Mas este afluxo de doações não foi sentido nos primeiros dias nas ruas devastadas de Porto Príncipe, onde os moradores se ressentiam na lacuna entre a informação que ouvia no rádio e na ausência de ajuda a que se depara no chão (HAÏTI..., 2010c, tradução nossa).

O governo haitiano saudou o grande auxílio internacional do início. Mas alegou uma falta de coordenação no país para a ajuda humanitária e a não materialização de todas as promessas de fundos anunciadas (HAÏTI..., 2010a; HAÏTI..., 2010b). O mesmo relatou que a população teve, sim, a assistência em questões de abrigo, alimentos e cuidados, mas com muitos atrasos (PASMANTIER, 2010).

A maioria dos deslocados tinha suas vidas em campos de tendas em parques públicos ou áreas propensas à inundação (HAÏTI-SÉISME..., 2010). A grande vulnerabilidade haitiana, dentro e fora desses abrigos, para a seguinte estação de tempestades tropicais e furacões⁶⁵, naquele ano, era uma preocupação da MINUSTAH. Para o preparo aos possíveis desastres, com o auxílio da coordenação de Direção de proteção civil do Ministério do Interior e da equipe da ONU no país, estabeleceram-se núcleos logísticos ao longo do país, preparo prévio de rações, adoção de medidas de segurança nos abrigos, e campanhas de informação pública a esses moradores, sobre riscos e preparo diante dessas calamidades (UN, S/2010/446, 2010).

Alguns abrigos temporários que apresentavam maior risco tiveram que ser deslocados para outro local. O de *Pétion-Ville*, que abrigava milhares de desabrigados da capital, foi o

⁶⁵ O início da estação de tempestades era em abril, enquanto a de furacões junho (APRÈS..., 2010).

primeiro campo a ser mudado, com a chegada da estação chuvosa. Por meio de ônibus, a ONU e instituições responsáveis, em abril de 2010, moveu haitianos para *Corail Cesse-Lesse*, 20 km da capital, em *Croix-des-Bouquets*. A decisão de acompanharem o deslocamento era opcional, e para isso campanhas de informação foram realizadas anteriormente para explicar sobre os perigos que enfrentavam se continuassem no local. Segundo a reportagem da MINUSTAH, o local novo de 25 hectares, tinha bem mais capacidade, com eletricidade, água potável, comida (MINUSTAH, 2010j). No entanto, segundo o *Le Nouvelliste*, a cidade não estava ainda em estágio de desenvolvimento local necessário (DES ACTIONS..., 2010). Muitos haitianos também ficavam insatisfeitos pelo afastamento da capital, pela maior falta de recursos, transporte e oportunidades de trabalho com essa transição (MINUSTAH, 2010j).

Os abrigos tinham sérios problemas de saúde, higiene e saneamento com grande risco de gerar epidemias. O Cluster de Água, Saneamento e Higiene - *Water Sanitation and Hygiene Cluster* (WASH) - da MINUSTAH tinha a responsabilidade de coordenar ações nesse âmbito, configurando a logística, determinando as normas e contatando com doadores e autoridades para melhoria nos serviços. Na reportagem da Missão de março de 2010, o abrigo *Automeca-Dahaitsu*, situado em *Delmas*, foi exaltado de certa forma por suas operações de limpeza, coleta de lixo, fornecimento de água potável, locais para higiene e campanhas de informação. Contudo, como a própria reportagem admitiu, muitos acampamentos não tinham condições sanitárias “aceitáveis” como aquele (MINUSTAH, 2010h).

E, em outubro de 2010, uma grave epidemia veio a desafiar a estabilidade do país: a epidemia da cólera. A doença afetou inúmeros haitianos e gerou revolta, visto que culpavam a MINUSTAH, mais precisamente à tropa do Nepal, de ser a responsável pelo aparecimento da doença⁶⁶. Manifestações violentas contra instalações da ONU ocorreram em alguns locais do país, afetando negativamente a sua imagem para a população. Um dos casos foi em *Cap-Haitien*, onde grupos armados destruíram veículos e locais da ONU, roubaram suprimentos de ajuda humanitária, e queimaram um armazém do Programa Mundial de Alimentos (UN, S/2011/183, 2011).

A ONU, o governo haitiano e associações responderam realizando inúmeras ações como o estabelecimento de centros de tratamento; distribuição de produtos de higiene, purificadores de água e sais de reidratação oral; e execução de grandes campanhas de sensibilização e informação (UN, S/2011/183, 2011). Segundo a MINUSTAH, O

⁶⁶ O Nepal tinha sido atingido por uma epidemia da doença pouco antes de suas forças de paz partirem ao Haiti. A base do país na Missão encontrava-se no rio *Artibonite* do Haiti, onde a epidemia iniciou-se e estava em grande proporção. Logo, por esses fatores, a desconfiança do haitiano (HAÏTI..., 2010e).

conhecimento da população sobre os riscos de infecção e medidas preventivas era essencial para uma luta eficaz contra a propagação da cólera no país, sendo assim um grande foco da MINUSTAH. Como disse o diretor do HCRE (*Hôpital Communautaire de Référence de l'Estère*) “[...] a consciência será crucial. Porque, com consciência, a pessoa sabe o que fazer ou não fazer para evitar a infecção. É uma pessoa a menos para o hospital.” (MINUSTAH, 2010s, tradução nossa).

Uns dos meios utilizados, para as campanhas de prevenção e tratamento, foram as rádios, como a MINUSTAH FM. O Ministério da Saúde, OMS e UNICEF organizaram-nas com o fim de informar melhor a população sobre a prevenção e tratamento. Houve campanha também em escolas, e crianças, atingindo escolas e centros de atenção. Até março de 2011, 4.672 pessoas tinham sido mortas pela doença, e 252.640 tinham ficado doentes pela mesma (UN, S/2011/183, 2011). A epidemia foi diminuindo ao longo do tempo com essas e outras medidas adotadas, porém o problema seguia sendo grave no ano de 2011.

A insegurança alimentar, que já era grave, piorou consideravelmente com o terremoto. De 1,8 milhões de pessoas, em situação de insegurança alimentar, no período de outubro-novembro de 2009, passou-se a 3 milhões após a catástrofe (MINUSTAH, 2010p). Inicialmente a distribuição de ajuda alimentar foi com foco em todos que poderiam estar com dificuldades (em acampamentos, bairros pobres, etc.). Após dois meses, tinha beneficiado 2.977.248 pessoas. Contudo, a distribuição do auxílio não era suficiente e tinha muitos problemas em seu entorno. Eram consideradas possíveis fontes de insegurança, pois a organização, em multidões, propiciava possíveis tumultos e atos de violência, com o desespero da população (SÉCURITÉ..., 2010). Em Porto Príncipe, por exemplo, no final de janeiro, em um antigo aeroporto militar, uma onda de violência entre a população participante eclodiu atrapalhando a sessão, e fazendo com que a Missão utilizasse tiros de advertência e gás lacrimogênio para tentar contê-la (TIRS ET..., 2010). Para essas situações, mulheres, crianças e idosos eram os mais prejudicados, pois a força física, entre os haitianos, muitas vezes dominava as sessões de distribuição (QUI..., 2010, tradução nossa).

Era quase impossível, depois do terremoto de 12 de janeiro, para mulheres, crianças e idosos se beneficiar da ajuda maciça que as organizações internacionais distribuía nas ruas de Porto Príncipe. A ganância e a agressividade de alguns indivíduos impediam comboios humanitários para levar ajuda de uma forma equitativa às vítimas. Em acampamentos improvisados e locais públicos, a lei do mais forte literalmente dominava as sessões de distribuição (QUI..., 2010, tradução nossa).

Já para o momento subsequente⁶⁷, a estratégia da Missão foi diferente, para “[...] as famílias que não conseguiam satisfazer as suas necessidades alimentares [...]”, com prioridade aos mais vulneráveis: mulheres, crianças e idosos. Tinha-se ênfase em projetos de refeições quentes para hospitais, orfanatos e escolas de todo o país; bem como fornecimento de suplemento nutricional para grávidas, lactantes, e crianças menores de 5 anos (MINUSTAH, 2010g, tradução nossa).

Encontrava-se uma grande dificuldade para a reconstrução e reestabelecimento dos locais afetados pelo terremoto. A grande quantidade de entulho e detritos era um dos fatores que dificultava. O Governo, em conjunto com militares, buscou então remover os entulhos, melhorar as vias de acesso, demolir os locais necessários e reabilitar instituições e construções, como a Penitenciária Nacional e a Academia Nacional de Polícia. Para esses trabalhos, contou também com a ajuda de haitianos por vias de programa de trabalho por alimento ou dinheiro (UN, S/2010/446, 2010).

Figura 20- Aplicação do programa trabalho por dinheiro em *Carrefour Feuille*



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2010b.

Contudo, problemas foram relatados durante a limpeza das cidades afetadas. Os trabalhadores contratados temporariamente pela ONU despejavam, muitas vezes, os entulhos e detritos em locais inapropriados, como as ruas de Porto Príncipe. Isso gerava grandes problemas para o tráfego e as atividades na cidade (RUES..., 2010).

⁶⁷ 2 meses após o terremoto.

A construção de moradias dignas, resistentes aos impactos ambientais, para as vítimas do terremoto, era o maior desafio enfrentado no país. Refúgios provisórios, com melhor estrutura, foram sendo construídos ao longo do período para os deslocados (UN, S/2010/200, 2010).

Em março de 2011, as estatísticas indicavam que o número de pessoas vivendo em abrigos humanitários diminuiu. Nesse mês, 680.000 pessoas estavam em 1.061 assentamentos, sendo assim, a metade, comparando a julho do ano anterior. Contudo, isso não significou em melhoria nas condições sociais e econômicas básicas, pois o deslocamento de muitas dessas pessoas foi para locais de igual ou pior condição, como comunidades em bairros periféricos e novas comunidades distantes da capital (UN, S/2011/183, 2011).

4.2 Manutenção da Ordem e da Segurança

A situação de segurança do país, que já não era boa, tornou-se bem mais complexa com a tragédia. Com muitos haitianos em abrigos de emergência, deslocados, em condições de vida precárias, sem acesso digno à saneamento e água potável, com altos índices de desemprego, privados de bens e capital, tinha-se um cenário crescente de vulnerabilidade e delinquência.

“As pessoas estão com fome, sede. Elas são deixadas a si mesmas. Está cada vez mais perigoso. Não há mais policiais, as pessoas fazem o que querem.”, reclamou o haitiano Leon Melesté, religioso adventista (TROIS JOURS..., 2010, tradução nossa).

Manter a ordem e a segurança naquela situação catastrófica não era uma tarefa simples. Inúmeros presos, incluindo grandes chefes de quadrilha, conseguiram fugir das prisões naquele dia 12, gerando conseqüentemente lutas e terror (UN, S/2010/200, 2010).

Os responsáveis pela aplicação da lei declaravam ter uma grande preocupação com a nova situação. A comunidade de *Cité Soleil* era um dos grandes locais prováveis de refúgio dos presos. Jean Brice, diretor do departamento do oeste da PNH, em diálogo com o RESG Mulet, que se encontrava no país após a catástrofe, reconhecia que a PNH fazia todos os esforços possíveis para restaurar a segurança em *Cité Soleil* e no país, mas que dependiam muito do auxílio da operação para resolver essa situação, tendo em vista que sua instituição sofreu grandes danos, com muitas perdas materiais e humanas. Mulet reconheceu que as forças de paz se concentravam no momento nas tarefas humanitárias, mas que o reestabelecimento da segurança no país continuava como uma das prioridades da Missão (MINUSTAH, 2010d).

A MINUSTAH então se concentrou em reforçar a capacidade operacional da PNH para manutenção da segurança e ordem pública (UN, S/2010/200, 2010). Do mesmo modo, focou-se na proteção dos deslocados e grupos vulneráveis, e deu assistência à PNH para capturar os presos fugitivos (UN/S/2010/446, 2010).

O Plano de Reforma da PNH seguia realizando-se, mas em grande parte prejudicado. A Academia Nacional de Polícia, que tinha preparativos em curso, para acolher a próxima promoção da PNH, teve suas atividades paralisadas com o terremoto. Somente em 2 de setembro de 2010, com auxílio da PNH, MINUSTAH e doadores, voltou-se o treinamento nas instâncias da Academia, com a 22ª promoção da PNH, composta por 879 alunos (incluindo 58 mulheres) (HAÏTI-POLICE..., 2010; UN, S/2011/183, 2011).

A PNH, juntamente à UNPOL, aumentou em grande medida o número de patrulhas no país, tendo como foco principal os abrigos humanitários, os quais se tinha uma grande preocupação com deslocados internos e grupos vulneráveis, especialmente as mulheres e crianças. Alguns abrigos, por seu tamanho ou localização, eram prioridades nas patrulhas. Foi estabelecida, por exemplo, presença permanente e conjunta nos dois principais abrigos da capital, no *Club Petionville* e em *Cité Soleil* (UN, S/2010/200, 2010; UN/S/2010/446, 2010, UN, S/RES/1927, 2010). Já, segundo a RNDDH, outros abrigos eram deixados por si só em matéria de segurança, como foi o caso de *Place Sainte Rose de Léogane*, *Frères Louis Borno de Léogane*, *Larame de Bizoton*, e de *Diquini* (RNDDH, 2010).

Segundo a reportagem da MINUSTAH, a polícia (principalmente a PNH) preferia uma abordagem comunitária com a população, uma aproximação com os cidadãos, uma imagem boa. Contudo, nem sempre essa presença era bem-vinda, pois muitos a sentiam agressiva. Como o haitiano Júnior Vital narrou: “Quando nós vemos todos esses policiais, nós nos perguntamos se há um problema. Nós não nos sentimos realmente livres.” (MINUSTAH, 2010).

Figura 21- Exemplo de operação de segurança



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2010d.

Essa foto acima ilustra um membro da PNH detendo dois haitianos durante uma grande operação em campo de deslocados de Porto Príncipe. Nessa, 370 agentes da PNH e da UNPOL atuaram em conjunto buscando armas, membros de gangues e criminosos foragidos. A operação durou 3 horas e prendeu 30 pessoas ao total (MINUSTAH PHOTO, 2010d).

No entanto, a presença das patrulhas não significava muitas vezes a garantia de segurança. Crimes como violência, abuso sexual, delinquência, tráfico de drogas, formação de gangues, continuavam a ocorrer em grande medida dentro e fora dos abrigos.

O programa de Redução da Violência nas Comunidades continuou em execução. Contudo, muitos de seus projetos tiveram de ser modificados ou reiniciados após o terremoto, levando em conta as novas condições locais. A Missão buscou trabalhar na distribuição de alimentos, prestar apoio na coordenação das comunidades, realizar projetos que geraram a promoção de empregos, capacitação profissional, apoio médico e jurídico às crianças e mulheres; e realizou campanhas de mobilização social, para promover a não violência, a tolerância e a paz (UN, S/2010/200, 2010). A mobilização para a recuperação do país pela tragédia trouxe mais projetos que geravam empregos aos haitianos.

Os projetos em Cap-Haitien, Gonaives, Saint Marc, Léôgane, Gressier, Grand-Goâve, Petit Goâve, as nove comunidades do Departamento Meridional, o Vale do rio Artibonite e os bairros de favela da capital consistiram na construção de um total de 1.900 barragens, com paredes de pedra seca, ao longo de 45 quilômetros em 15 barrancos da bacia hidrográfica adjacente à capital. Esses projetos, juntamente com as obras de reabilitação de 56 canais de drenagem, deram emprego a 34.157 jovens, em situação de risco, e a 14.639 mulheres, de bairros com tendência à violência, e contribuíram para reduzir as inundações nos acampamentos de deslocados internos e nas favelas da capital. (UN, S/2011/183, 2011, p. 8-9, tradução nossa).

Figura 22- Exemplo de projeto de RVC



Fonte: MINUSTAH PHOTO, 2010c.

Esses projetos da RVC contribuíam não só para as necessidades imediatas do país, como também para a criação de empregos, que era um grande objetivo do programa. Ao oferecer uma alternativa de serviço para aquelas pessoas, elas podiam abandonar a violência que possivelmente a assolava. De acordo com um especialista em comunicação do programa, não era incomum ouvir de ex-membros de gangues: “Eu tinha pegado em armas porque as condições em que vivia eram insustentáveis. Agora eu tenho trabalho, eu desisto das armas.”. Com isso, os projetos então contribuíam para a paz social (MINUSTAH, 2010c).

Outro projeto, com intenção de colaborar para a paz social, foi na área de comunicação. Naquele ano, estava ocorrendo o campeonato mais importante do futebol - a Copa do Mundo da FIFA⁶⁸ - que era de grande satisfação dos haitianos. Como narrou Dumas (2010, tradução nossa): “E, ao longo da última década, a Copa do Mundo, sensacionalista em exagero, tornou-se no Haiti uma terapia de grupo real, um longo e emocionante mês de

⁶⁸ *Fédération Internationale de Football Association.*

entusiasmo delirante, de discussões animadas e polêmicas, prognósticos em chamadas, de decepções e de imensa alegria.”.

A Missão e outros parceiros, para deixar o evento acessível à população, construíram telas nos campos dos desalojados, que transmitiam assim os jogos. Durante as transmissões, os organizadores do projeto aproveitavam para apresentar mensagens e campanhas ao público. O UNICEF foi uma das instituições que utilizou o projeto para transmitir mensagens à população (PALE, 2011; UNICEF, 2011). Segundo Stephanie Ziebell: “O período de Copa do Mundo é uma excelente oportunidade para informar e educar o povo haitiano em torno de um conjunto de tópicos relacionados com a segurança e bem-estar. Então, muitas projeções e animações acompanham a transmissão dos jogos.” (MINUSTAH, 2010q, tradução nossa).

O dia final da Copa⁶⁹ foi marcado por um evento, organizado pelo Governo, comunidade internacional e parceiros locais, com a temática “*An n Vanse*”⁷⁰ para comemorar o sexto mês após a tragédia e celebrar a juventude, cultura e esporte no país. Foram organizadas uma série de atividades esportivas, de entretenimento e festividades, com a presença de artistas, músicos e convidados especiais; além da transmissão do grande jogo. Mensagens de motivação para reconstrução da comunidade estavam presentes no evento, direcionado principalmente a jovens e crianças (AN N..., 2010).

A MINUSTAH e o Governo acreditavam que o Período da Copa do Mundo era ideal na criação de uma “[...] atmosfera de relaxamento, paz e amizade, e, para ajudar a população a revigorar a energia, de mãos dadas, para preparar a reconstrução do Haiti.” (MINUSTAH, 2010q, tradução nossa). No período que o evento se realizou, o país tinha uma alta instabilidade, com uma temporada de furacões se iniciando, manifestações políticas contra o presidente ocorrendo, condições de vida nos acampamentos muito precárias, desenvolvimento socioeconômico muito baixo, e uma grande insegurança presente. Logo vemos, que um mecanismo de coesão e paz era fundamental para a estabilidade do país, podendo assim relacionar o projeto a uma forma de “terapia” para os haitianos, o que, para muitos, observadores representava um afrontamento, visto que era uma forma de desvio de atenção dos haitianos para os problemas, e gastos de dinheiro não voltados para a efetiva reconstrução necessária (AN N..., 2010). Enuncia-se aí a importância da utilização de um mecanismo da comunicação social para a operação de paz, de conquistar os haitianos e manter uma imagem boa diante da situação do ano de 2010.

⁶⁹ 11 de julho de 2010.

⁷⁰ “Vamos avançando” em português.

Em decorrência do aumento de grandes problemas, como o tráfico de drogas, a gestão das fronteiras foi melhor observada durante a missão. Os componentes policiais e militares da Missão aumentaram, após janeiro, as patrulhas terrestres, marítimas e aéreas; e a UNPOL seguia realizando atividades de supervisão e assessoria nas fronteiras, além de capacitar a PNH na gestão de fronteiras (UN, S/2010/446, 2010).

Em março de 2011, muitos problemas de segurança ainda passavam pelo país. Muitos presos fugitivos ainda não tinham voltado às prisões⁷¹; assim como crimes organizados, sequestros, tráfico de armas, de drogas, assassinatos, roubo à mão armada, violência sexual e de gênero continuavam sendo motivo de grande preocupação. Muitos acampamentos estavam sendo utilizados como base por presos fugitivos e gangues criminosas, aumentando assim a delinquência nos mesmos (UN, S/2011/183, 2011).

4.3 Direitos Humanos

A Missão, com foco na assistência humanitária, tinha suas prioridades ligadas aos direitos humanos da população, voltadas à proteção dos haitianos (incluindo a de abrigos temporários); bem como à incorporação das normas e princípios de direitos humanos nas atividades de socorro, e na formulação de políticas públicas; na vigilância da situação relativa de direitos nas zonas afetadas; e na afirmação das atividades do Governo, das instituições nacionais de direitos humanos e de ONGs. A Missão de paz tinha como intenção, em médio e longo prazo, fomentar a capacidade dessas instituições para promoção e proteção dos direitos humanos e assegurar sua participação nos esforços internacionais ao fortalecimento da justiça e às instituições do estado de direito no país (UN, S/2010/200, 2010).

A calamidade afetou seriamente o sistema penitenciário do país. As instalações administrativas que tiveram sua infraestrutura prejudicada, com a grande perda de processos e arquivos, determinaram a redução de espaço em celas de suas prisões e agravaram ainda mais a situação das mesmas. Houve um grande aumento de casos de prisão preventiva, arbitrária e prolongada. Em apoio à Direção de Administração Penitenciária, a Missão teve, como prioridades, a garantia da segurança das prisões para evitar demais fugas; assegurar o bem-estar dos presos, com o fornecimento de água, alimentos e assistência médica; e na reconstrução da infraestrutura penitenciária. Realizou visitas periódicas às penitenciárias para velar por direitos e normas mínimas internacionais, buscou melhorias no registro, como

⁷¹ Cerca de 8% dos 5600 presos fugitivos não tinham voltado às prisões (UN, S/2011/183, 2011).

capacitou novos funcionários, e estimulou as autoridades do país para reduzir as prisões injustas (UN, S/2010/446, 2010; UN, S/2010/200, 2010).

De acordo com o Secretário Geral, em março de 2011, notaram-se progressos nas políticas voltadas para as penitenciárias como: a redução das prisões injustas, melhoria na capacidade da Diretoria da Administração Penitenciária, aumento no espaço de celas, nos princípios orientadores de gestão de crise, uso de princípios da força, gestão das penalidades e sanções, gestão da saúde. Contudo, muitos problemas ainda passavam por essas instituições, que ainda não tinham sido recuperadas, e passavam por uma grande crise de escassez de alimento entre 2010 e 2011. Essa crise se devia a problemas relacionados a contrato entre o Ministério da Justiça com provedores. A mesma provocou a falta total de alimentos em algumas prisões, e fez com que a MINUSTAH buscasse doações para suprir, em níveis mínimos, as necessidades, e tivesse um diálogo com o Governo para a solução. Este respondeu com fundos de reposição, mas sem as licitações necessárias finalizadas, que poderia trazer conseqüentemente uma nova crise na área (UN, S/2011/183, 2011).

Do mesmo modo, a MINUSTAH continuou prestando assistência às instituições ligadas à justiça haitiana, que se encontravam mais debilitadas ainda com o terremoto. Em colaboração com o PNUD e o Ministério da Justiça e Segurança Pública, realizou um plano de trabalho conjunto para a recuperação com previsão para fins em setembro de 2011, além de prestar assistência na recuperação de documentos e arquivos, inseria-se na contratação e capacitação de novos magistrados, fiscais, juízes de paz e secretários de tribunais (UN, S/2010/200, 2010). Do mesmo modo, auxiliou no estabelecimento de oficinas de assistência jurídica para os desalojados internos, conseguindo a abertura de mais 3 oficinas em Porto Príncipe e uma em *Cap-Haitien* (UN, S/2010/446, 2010).

As mulheres e meninas haitianas, que já se encontravam em uma situação vulnerável, expostas, dentre outros perigos, ao tráfico e exploração sexual, tiveram sua situação agravada naquele contexto de crise humanitária, principalmente com a perda de grandes ativistas e instituições ligadas para seu gênero por direitos, e a situação deplorável dos abrigos humanitários. Como narrou o diretor da PNH Mario Andrésol: “Aproveitando o apagão que desencadeou sobre o capital (...) bandidos aproveitam a oportunidade para assediar e estuprar mulheres e meninas refugiadas em tendas.” (LA RECONSTRUCTION..., 2010, tradução nossa).

A MINUSTAH, levando em conta esse contexto, criou, logo após o terremoto, um cluster de violência relacionada ao gênero ligado à sua Seção de Direitos Humanos,

possuindo, como objetivo, facilitar a comunicação entre os envolvidos na proteção das mulheres, e participar na coordenação de atividades desenvolvidas em prol. Logo após o terremoto, o cluster identificou e auxiliou ONGs e clínicas relacionadas para realização de seus trabalhos, bem como realizou campanhas de informação por meio de rádios (como na MINUSTAH FM) e panfletos, sobre prevenção e locais de auxílio para as mulheres. Como narrou a coordenadora do cluster Lina Abirafeh: “Estamos trabalhando para informar as mulheres sobre os serviços disponíveis. Por exemplo, elas devem saber em que clínicas podem encontrar kits pós-estupro, ou ter acesso à profilaxia para prevenir a infecção do HIV.” (MINUSTAH, 2010f, tradução nossa).

Em conjunto com a polícia, o cluster trabalhou para identificar as áreas de maior risco, para assim desenvolver ações a fim de diminuir o problema. A MINUSTAH reforçou suas patrulhas em locais em que a violência sexual, e de gênero, era mais grave, e colocou em prática um projeto de capacitação para as unidades da PNH voltadas a esses crimes. As unidades encarregadas dos acampamentos e das questões de gênero, desde julho de 2010, mantiveram uma presença permanente em 7 abrigos, e em outros 70 acampamentos e suas imediações. Com uma abordagem de policiamento comunitário, colaboraram com a população e os comitês das áreas. Contudo, não alcançou a máxima eficiência, pois, a PNH não pôde auxiliar nas patrulhas e nas atividades de proteção, devido à sua incapacidade (UN, S/2011/183, 2011).

Michel Martin⁷², da UNPOL relatou: “Esta é uma situação muito especial: milhares de pessoas acampadas em áreas onde é difícil de patrulhar. Há cordas e postes em todos os lugares. À noite, em particular, é muito, muito difícil.”. Martin alegou que era muito difícil patrulhar todos os campos em todos os momentos, que as pessoas agredidas não iam facilmente para a polícia denunciar (HAÏTI..., 2010d, tradução nossa).

A MINUSTAH buscou continuar prestando apoio para o Ministério dos Assuntos e Direitos da Mulher, e demais autoridades locais, e incluiu as questões de gênero nas atividades pós-desastre. Para as vítimas da violência sexual, buscou dar assistência jurídica, com instalações de recepção para essas em delegacias policiais; realizar atividades de conscientização; e formar líderes comunitários(as) capazes de sensibilizar para a questão nas comunidades (UN, S/2010/200, 2010; UN, S/2010/446, 2010).

Em julho, no MMC de *Les Cayes*, ocorreu um evento de discussão sobre a “violência baseada no gênero, na saúde sexual reprodutiva, e no HIV/AIDS”. O evento tinha como

⁷² Chefe de inteligência criminal da polícia.

objetivo educar os jovens sobre essa temática, buscando conscientização e contribuição para a igualdade de gênero. Por meio de abordagem participativa do público, foram apresentadas e problematizadas questões como: discriminação e violência contra as mulheres, construída historicamente por meio de relações de poder desigual; os perigos trazidos pelas relações sexuais irresponsáveis; e causas comuns das doenças sexualmente transmissíveis, como a desigualdade de gênero, pobreza e marginalização social. O encontro teve a participação de 78 jovens, que discutiram e compartilharam experiências relacionadas (MINUSTAH, 2010r, tradução nossa).

Segundo o Secretário Geral, a mulher haitiana continuava sem sucesso nos processos decisórios, com apenas 4,65% no 48º período de sessões do órgão legislativo. Nas eleições daquele ano, participou com 45 candidatas para aquele órgão, sendo três eleitas. A MINUSTAH, em colaboração com uma plataforma de organização de mulheres, forneceu um apoio logístico e técnico, por meio de campanha em meios de difusão, como Rádio e TV; avaliações de segurança; oficinas de sensibilização sobre eleições e gênero; e distribuição de material de capacitação (UN, S/2011/183, 2011).

As crianças também foram seriamente afetadas com o terremoto. Muitas ficaram deslocadas, órfãs ou separadas da família pela tragédia, expondo-se conseqüentemente à exploração sexual, delinquência e tráfico, e necessitando de uma grande assistência. Para esse fim, a Missão criou o cluster de proteção infantil, com o objetivo de tratar os problemas relativos à criança em situação de vulnerabilidade pós-terremoto (UN, S/2010/200, 2010).

As atividades se relacionavam à prevenção da violência sexual; proteção e segurança; impedimento de adoções ilícitas e tráfico de crianças; redução de orfanatos sem registro; campanhas de conscientização; campanhas de comunicação; capacitação da PNH na proteção infantil; visitas nos abrigos para relatos e monitoramento, entre outras (UN, S/2010/200, 2010; UN, S/2010/446, 2010).

Contudo, os problemas relacionados aos menores continuavam com grandes índices.

Segundo as denúncias da Brigada de proteção de menores da polícia, o Centro Misto de Análises da Missão, a polícia das Nações Unidas e organizações não governamentais, continuaram a ocorrer incidentes de estupro e tentativa de estupro de menores, tráfico de crianças com fins de adoção ilegal, roubo e assalto à mão armada, mas diminuíram relatos de rapto de crianças para pedir resgate ou agressão. [...] produziu-se, no entanto, um aumento das denúncias sobre o tráfico de crianças para países vizinhos, fundamentalmente a República Dominicana, com fins de exploração do trabalho ou exploração sexual. (UN, S/2011/183, 2011, p. 12, tradução nossa).

Mesmo com a presença de polícia e forças de paz, a passagem entre a fronteira da cidade haitiana *Ouanaminthe* e a dominicana *Dajabon* se encontrava bem facilitada. O número de crianças passadas ilegalmente que já era alto⁷³, com a situação do terremoto só aumentava. “É uma bagunça, a fronteira é completamente aberta. É muito simples o tráfico de crianças.” disse o diretor⁷⁴ da missão haitiana *Heartland Alliance*. O país não tinha postos de fronteira e homens de inspeção o suficiente, e ainda carecia de uma legislação eficaz contra o tráfico de crianças, o que dificultava a busca por traficantes, segundo o Comissário da Brigada⁷⁵. Além disso, muitos traficantes, quando reconhecidos por autoridades, realizavam tentativas de suborno, conseguindo muitas vezes êxito, em um país em que a corrupção comandava. A grande maioria das crianças era vendida como força de trabalho para o país vizinho (TRAFIC..., 2010, tradução nossa).

No Haiti, muitas crianças que viviam em áreas desfavorecidas não possuíam identidade nacional, com somente 40% possuindo certidão de nascimento. No período pós-terremoto esse índice foi estimado em redução pela metade, pois muitas perderam o registro em meios aos escombros da tragédia (TRAFIC..., 2010, tradução nossa). A OEA, em conjunto com ONGs, lançou uma campanha de recenseamento de menores, o que era fundamental para o registro dessa categoria em campos, e servia para as autoridades haitianas. Um dos locais foi a *Place des Artistes* em *Champs de Mars*, em que, na segunda semana de campanha já tinha conseguido o registro de 350 crianças (RECENSEMENT..., 2010).

A situação das vítimas nos acampamentos, no período, era também considerada uma grave violação dos direitos humanos (JUNIOR, 2010). O direito à habitação, alimentação, água, ambiente saudável, saúde e segurança não eram respeitados pelas autoridades, segundo o *Groupe d'appui aux Repatriés y Réfugiés* (GARR). Todos esses elementos eram faltantes e problemáticos em muitos dos campos haitianos, como apresentado anteriormente. A habitação era a principal preocupação da população, que vivia em grande parte em tendas sem infraestrutura necessária para a temporada de chuvas, por exemplo (NELSON, 2010). Moradias dignas que muitos já não tinham antes do terremoto, eram muito difíceis de conseguir no pós-terremoto. Isso repercutia na vida do haitiano, que tinha em grande parte condições mais precárias de saúde, higiene, meios de subsistência, deslocamento e vida digna.

Da mesma forma que, em outros anos da Missão, muitos militantes haitianos e estrangeiros continuavam realizando protestos para a saída da Missão do país. A indignação

⁷³ De acordo com estimativas oficiais, 2000 crianças por ano passavam ilegalmente (TRAFIC..., 2010).

⁷⁴ Ramsay Ben-Achour.

⁷⁵ Réne Costume.

se devia principalmente pela insatisfação com as atividades e resultados da intervenção estrangeira, abuso por parte dos integrantes da força de paz, e a propagação do surto da cólera (ROCCHI, 2014). Um dos protestos ocorreu na Faculdade de Etnologia, com estudantes revoltados pela detenção de um companheiro da Faculdade⁷⁶, que foi preso pelo batalhão brasileiro dentro da própria Instituição. Os estudantes se revoltaram com a presença do batalhão nas imediações, lançando discurso hostil contra os mesmos, chamando manifestações e atirando pedras. Em resposta, os militares usaram gás lacrimogênio e espancaram estudantes, que, em grande parte, eram provindos do campo improvisado de *Champs de Mars* (DAUDIER, 2010).

4.4 Política e Desenvolvimento

O desastre de janeiro enfraqueceu fortemente a economia do país. Entre os que se prejudicaram, estavam os empresários que tiveram seus negócios perdidos ou altamente descapitalizados. De acordo com a USAID, estima-se que as perdas empresariais nos setores formal e informal da área metropolitana da capital, totalizaram 2,1 milhões de dólares, e tinham necessidade de financiamento superior a 2,7 bilhões dólares. As perdas foram não só na infraestrutura, como também no estoque, mobiliário e equipamentos (MINUSTAH, 2010n).

O desemprego no país, que já era presente para grande parte da população (70%), teve uma situação ainda mais grave. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em razão da destruição de edifícios, casas e fábricas, foram perdidos 90.000 postos de trabalho, enquanto 350.000 foram gravemente afetados (90.000 EMPLOIS..., 2010). O cenário que já não era bom tornou-se ainda pior.

O Governo haitiano se encontrava abalado pela tragédia. O Estado de emergência declarado em janeiro foi prorrogado em abril para os 18 meses seguintes.

Em 27 de janeiro, o presidente anunciou o adiamento das eleições legislativas previstas para fevereiro daquele ano. Sua justificativa era de que não se tinha ambiente para as eleições naquele momento, pois a população estava vivendo sob aquelas condições drásticas; e o CEP, a MINUSTAH e as Nações Unidas tinham sido danificados com a tragédia, não podendo fornecer a assistência necessária (PRÉVAL..., 2010, tradução nossa).

⁷⁶ Frantz Mathieu Junior.

O Governo haitiano, com o apoio das Nações Unidas, Banco Interamericano de Desenvolvimento, Banco Mundial e a União Europeia realizou uma avaliação dos efeitos causados pela catástrofe juntamente ao cálculo das necessidades para a reconstrução. Com isso, então elaborou o Plano de Ação para Reconstrução e Desenvolvimento do Haiti (PARDH) com base na necessidade de “reconstruir melhor” através da descentralização, estímulo econômico, fortalecimento das instituições e reforma social. (UN, S/2010/200, 2010, p. 4, tradução nossa).

Em abril, estabeleceu-se, por decreto presidencial uma Comissão Provisória para a Reconstrução do Haiti, coordenada pelo Primeiro Ministro Jean-Max Bellevive e o ex presidente dos EUA - William J. Clinton - para coordenação dos trabalhos de reconstrução e recuperação (UN, S/2010/446, 2010).

A conjuntura do país causava agitação, tendo em vista que os mandatos dos deputados, parte dos senadores e do presidente estavam para vencer, e a situação constitucional do Governo tornava-se assim imprevisível (UN, S/2010/200, 2010). Grupos de oposição ao governo vigente organizaram protestos no país, com fins de conseguir a renúncia do presidente, mudanças na composição do CEP e aceleração do processo de reconstrução (UN, S/2010/446, 2010), que apresentava lentidão nos processos.

Desorganização da emergência, assistência humanitária que não chega, serviços públicos ausentes, violência nas ruas: os haitianos não têm sido lentos para acusar a incompetência um poder que deixou escapar a sobrevivência do país nas mãos de potências estrangeiras, particularmente os Estados Unidos e seus 20.000 soldados implantado na zona. Duas semanas após o terremoto, os senadores lançaram as primeiras salvas contra o presidente, acusando de inatividade, e exigindo uma remodelação governamental. (HAÏTI..., 2010c, tradução nossa).

Préval então solicitou à ONU uma missão, com fins de regular a situação haitiana nesse fim, para a mesma ver os ajustes necessários e um calendário eleitoral possível. O Departamento de Assuntos Políticos juntamente ao DPKO e o PNUD dirigiu essa missão, a qual concluiu que era tecnicamente possível celebrar as eleições presidenciais, legislativas, e municipais até o fim daquele ano (UN, S/2010/200, 2010; UN, S/2010/446, 2010). A ONU temia que mais protestos da oposição se iniciassem no país já que mandatos de políticos tinham sido expirados e isso poderia ser um fator de revolta. Atribuía uma grande importância às eleições, acreditando ser um grande fator de contribuição para a estabilidade e reconstrução do país (MONTENEGRO, 2013; MINUSTAH, 2010m).

Como declarou Mulet:

O Haiti, durante a sua história, nunca foi atingido por um terremoto dessa magnitude. Uma tragédia que destruiu o centro econômico, o centro administrativo e o centro social do país. É uma tragédia que resultou na destruição de Porto Príncipe, de Léogane e Jacmel. O país também é confrontado com a cólera que causou milhares de mortes e dezenas de milhares de vítimas. Por conseguinte, é necessário estabelecer um governo legítimo para enfrentar esses desafios.[...] Tudo o que o Haiti está passando exige a presença de um governo legítimo. Essas eleições constituem a estabilidade política e social necessária no país. (MINUSTAH, 2010t, tradução nossa).

O governo haitiano então autorizou o CEP a realizar as eleições presidenciais e legislativas para 28 de novembro do mesmo ano. A Missão logo prestou apoio técnico, logístico e de segurança para o Governo e o Conselho para preparo das mesmas. Inspeccionaram colégios eleitorais e buscaram novos lugares para substituir aqueles destruídos; além de distribuírem lista de eleitores atualizada nos dez departamentos do país, e materiais nos 1500 colégios eleitorais; e preparar um plano de segurança e logística eleitoral em conjunto com a PNH (UN, S/2010/446/2010; UN, S/2011/183, 2011).

E, na data prevista de novembro, ocorreu o primeiro turno das eleições presidenciais e legislativas. O resultado preliminar foi anunciado em dezembro, quando então uma onda de revolta por alegações de fraude estourou no país. Distúrbios civis e atos de violência ocorreram entre os dias 7 e 11 daquele mês, em várias cidades, prejudicando inclusive as atividades comerciais e administrativas. Dentre as alegações estava a de uso de fundos públicos para promover a campanha do candidato aliado ao partido de Préval, Jude Célestin. A MINUSTAH, no período, protegeu as instalações do governo, seus componentes e locais da Missão, e mesmo não sendo o motivo da revolta no momento, sofreu danos em seus locais, veículos e equipamentos (UN, S/2011/183, 2011).

Após conversas entre a ONU, Préval, figuras políticas e demais representantes, uma missão da OEA foi enviada para prestar assistência no processo de verificação eleitoral, e os problemas que permeavam os resultados preliminares, que tinha dado o direito ao segundo turno à Célestin e Manigat. Após o processo, a OEA apresentou resultados diferentes do CEP, declarando, em informe, que Manigat e Michel Martelly deveriam fazer o segundo turno. O CEP aceitou as conclusões da OEA, e assim marcou o segundo turno para 20 de março, buscando adotar medidas para melhoria, como: rever as equipes eleitorais que fossem violentas e fraudulentas, e dar maior auxílio aos eleitores para encontrar seu colégio eleitoral. A PNH e a Missão reviram, do mesmo modo, seu plano de segurança para o fim (UN, S/2011/183, 2011). O mesmo ocorreu na data sem grandes problemas, e, em 20 de abril, anunciou-se oficialmente a vitória de Michel Martelly, do partido *Repons Peyizan*, com 67,57% dos votos (UN, S/2011/540, 2011).

Com o fim de apoiar a recuperação e reconstrução do país, a Missão continuou a realizar projetos de impacto rápido voltados à prestação de serviços básicos e reabilitação e construção de edifícios. Aumentou o orçamento para 7,5 milhões de dólares no orçamento para os projetos entre 2010/2011, estabelecendo o limite de 100.000 dólares por cada projeto (UN, S/2011/183, 2011).

Contudo, um ano após o terremoto, o país seguia em uma situação trágica. As inundações, o furacão Tomas, a cólera, a crise política, os protestos, e outros fatores contribuía cada vez mais para o agravamento do país (HAÏTI..., 2011). A Organização humanitária – OXFAM - denunciou o ritmo lento de reconstrução do país ao longo de 2010, atribuindo a incapacidade para a Comissão de Reconstrução, e ao Governo na tomada de decisões, que tornava frequente as prioridades definidas de ajuda para os países doadores ricos. Segundo a Organização, apenas 42% dos 2,1 bilhões de dólares, de fundos prometidos para aquele ano, tinham sido disponibilizados, somente 5% dos escombros tinham sido retirados e um milhão de pessoas não tinham habitação em janeiro de 2011 (UN AN..., 2011; LES PRINCIPAUX..., 2011).

No dia 12 de janeiro de 2011, o clima do país era de recolhimento. A população, junto às Organizações, figuras nacionais e internacionais, celebravam pelas memórias da tragédia, do ano anterior, com aclamações especiais religiosas. Nesse clima de angústia e dor, predominava também o pessimismo para o ritmo lento de reconstrução, e as incertezas políticas do primeiro turno da eleição presidencial de novembro (UN AN..., 2011).

Um ano após a tragédia, os haitianos ainda vivem no meio dos escombros, apesar dos compromissos assumidos pela comunidade internacional em face à uma catástrofe que expôs as limitações da ação humanitária. Apesar das promessas dos doadores, da presença de 12.000 soldados de paz e um exército de trabalhadores humanitários, as ruas de Porto Príncipe estão repletas de detritos e quase um milhão de vítimas ainda vivem em acampamentos improvisados. (UN AN..., 2011, tradução nossa).

Figura 23- Publicação sobre um ano pós-terremoto

Un an après le séisme, Haïti se recueille

Haïti a marqué mercredi dans le recueillement le premier anniversaire du séisme du 12 janvier 2010, l'une des plus grandes catastrophes urbaines de l'histoire, dont le bilan a été revu à la hausse et s'établit désormais à plus de 316.000 morts.

"Il y a eu plus de 316.000 tués", a déclaré mercredi le Premier ministre Jean-Max Bellerive lors d'une conférence de presse à Port-au-Prince.

Le précédent bilan faisait état de 250.000 morts, 300.000 blessés et un million

débris et près d'un million de sinistrés vivent toujours dans des camps de fortune.

"Si les efforts de reconstruction étaient vraiment sérieux, cette messe serait célébrée dans une église reconstruite", a déclaré à Reuters devant la cathédrale Carla Fleuriven, 19 ans, une mère de trois enfants.

Il y a un an, elle a vu la cathédrale s'effondrer, tout comme sa maison. Elle vit aujourd'hui dans un abri de fortune.

"Je prie Dieu pour qu'il nous donne



Fonte: UN AN...,2011, p. 2.

A ONU, defendendo-se dessa e demais críticas, respondeu demonstrando resultados satisfatórios para o seu trabalho: “Nós tivemos que trabalhar em um terreno apocalíptico. Temos um trabalho bom e rápido, dada a situação.”, narrou a porta-voz do OCHA⁷⁷. Segundo ela, O PAM, por exemplo, deu mérito para a velocidade de sua resposta, destacando que seis semanas após a tragédia, tinha distribuído alimentos para 4 milhões de haitianos, que evitou uma possível crise alimentar, e conseguiu, com seus estoques, responder à epidemia da cólera e o furacão Tomas. A Organização declarou que o trabalho de reconstrução era de anos, sendo mais otimista, com o mesmo, no período próximo (L’ONU..., 2011, tradução nossa).

4.5 Considerações sobre a 3ª fase da MINUSTAH

⁷⁷ Elisabeth Byrs.

A fase 3 da Missão pode ser considerada a mais difícil com o terremoto de 2010, uma das piores tragédias mundiais, que ganhou destaque na mídia internacional e levou o mundo para auxiliar na assistência humanitária.

Dada a situação, a ONU aumentou o efetivo da MINUSTAH, incorporando a assistência humanitária ao seu mandato. Logo, a prioridade das atividades da Missão foi na assistência, com esforços de recuperação, reconstrução e estabilidade do país, deixando as demais atividades, como operações de segurança, reforma das instituições do Estado, entre outras, em segundo plano.

A resposta ao terremoto, segundo as Nações Unidas, pôde ser considerada boa e rápida pela situação em que o país se encontrava. A Missão em seu discurso atribuía progresso ao seu trabalho, com um pouco de reconhecimento de erros. Do mesmo modo, continuava a utilizar-se dos instrumentos da comunicação social para suas atividades.

Já a mídia haitiana foi crítica em relação ao trabalho da ONU e da comunidade internacional apresentando muitos problemas na ajuda internacional como a lentidão, falta de coordenação, poucas doações, pequenos resultados, entre outros.

No campo de assistência humanitária, muitas atividades direcionadas principalmente aos campos de desalojados estabelecidos, como assistência à saúde, distribuição de meios de subsistência, cuidados com saneamento, fornecimento de materiais e objetos, patrulhas de segurança, campanhas de informação, programas de direitos humanos, foram desenvolvidas. Todavia, a mídia haitiana realizava muitas críticas ao Governo, à ONU e às demais agências pela deficiência na coordenação das atividades e pela falta de fundos. A população que tinha adquirido uma situação bem mais precária com o terremoto, não dava sinais claros de melhoria ao longo de 2010. Muitos problemas como a temporada de chuvas e furacões, epidemia da cólera, insegurança, instabilidade política, e condições precárias dos acampamentos agravavam ainda mais a situação.

A situação da segurança também não apresentava progressos. O grande número de membros perdidos pela PNH no terremoto, somados aos presos fugitivos, à situação das instituições de direitos humanos, e da população em grande parte dos abrigos, só tendia a piorar o quadro.

As patrulhas foram intensificadas pela MINUSTAH e pela PNH, com foco principalmente nos abrigos. No entanto, observamos que, mesmo com elas, muitos problemas continuavam ocorrendo, como a violência sexual. Além disso, nem todos os abrigos tinham a mesma atenção, como relatou a instituição RNDDH.

O programa de Redução da Violência nas comunidades, que continuou de forma adaptada, conseguiu alguns progressos, como a geração de empregos para os trabalhos de reconstrução por exemplo. Um dos projetos para promover a paz social que chamou atenção, foi o da transmissão de jogos da Copa do Mundo em abrigos, que em conjunto com campanhas de informação buscava entreter e, ao mesmo tempo, promover o espírito de paz nos haitianos. O projeto conseguiu uma grande adesão e satisfação por parte da população. Mas teve também críticas por parte da mídia haitiana, que criticou o projeto com o argumento de que o mesmo tirava a atenção dos haitianos para os grandes problemas do país no momento, e não era um valor destinado para a efetiva reconstrução necessária do país.

As instituições penitenciárias e judiciárias, que já não estavam em uma situação boa, tiveram a situação agravada com o terremoto. Planos para recuperação foram executados pela Missão durante o período, mas não conseguiu êxitos dada a conjuntura nacional e o direcionamento da prioridade para a assistência. As penitenciárias, por exemplo, tiveram uma crise de alimentos durante determinado período, por problemas do Ministério da Justiça.

A Missão continuou com foco na mulher e na criança haitiana com seus projetos, campanhas, assistência, patrulhas de segurança, apoios às instituições, etc. No entanto, ambas se encontravam em uma situação mais vulnerável, principalmente aquelas que passaram a viver nos abrigos, onde ocorriam muitos problemas de violência e criminalidade.

Para as crianças, outro grande problema, naquele momento, era o tráfico para fora das fronteiras haitianas para fins de exploração sexual ou força de trabalho. O jornal *Le Nouvelliste* relatou uma grande deficiência na fronteira com a República Dominicana, demonstrando não ter atenção devida e legislação deficiente para a questão por parte do Governo e das forças de paz. Vemos aí um desvio de atenção da MINUSTAH para os direitos humanos da criança, pela situação que o país estava passando.

Na política e desenvolvimento, a Missão buscou realizar auxílios ao sistema eleitoral, na reconstrução do Estado, em programas de impacto rápido, na geração de empregos, na avaliação do território pós-terremoto, entre outros. No entanto, o cenário de 2010 era de múltiplas crises e manifestações. À medida que o tempo da tragédia ia passando e ficando menos presente na mídia internacional, as doações iam diminuindo, refletindo consequentemente nas ações de assistência no país.

A mídia haitiana, principalmente, apresentava que muitos haitianos se demonstravam insatisfeitos com: a situação política, que teve crises com o processo eleitoral; como com a assistência humanitária, que demonstrava problemas; com a grande presença internacional;

com o ritmo lento de reconstrução; e com as condições precárias que parte da população vivia.

Em relação à MINUSTAH, os protestos e críticas dos haitianos eram diversos como a acusação da ONU ter propagado o cólera, abuso por integrantes da força de paz, e poucos resultados da intervenção. A ONU, em seu discurso, admitia problemas com algumas ações, mas revelava que seu trabalho era satisfatório perante a situação de tragédia no país.

A falta de recursos financeiros, como demonstrado, foi um dos grandes obstáculos para o desenvolvimento da assistência humanitária e reconstrução do país no período. O mesmo era essencial para o desenvolvimento das atividades no país. No entanto, um fator limitava mais ainda os precários recursos: o alto gasto da presença internacional consigo mesma. Para a manutenção dos aparatos civis e militares da ONU no país, uma grande quantidade de recursos era utilizada. Isso prejudicava consequentemente no valor destinado aos haitianos e ao Estado. Um dos altos gastos, relatados pelo jornal *Le Nouvelliste*, para o período, eram hotéis em embarcações. O navio venezuelano *Ola Esmeralda*, por exemplo, que alojava confortavelmente soldados da ONU, cobrava 72.500 dólares diários. O valor dessa e de outras embarcações era exorbitante, beneficiando aos seus proprietários, e soldados da ONU principalmente. Como narrou o jornal: “o estilo de vida levado por soldados de manutenção da paz no Haiti não reflete a realidade deste país, onde a pobreza e privação são as primeiras coisas que chamam a atenção de visitante estrangeiro.” (LE NAVIRE..., 2010, tradução nossa).

Até o ano de 2010, a tragédia foi considerada pela ONU uma das mais devastadoras em termos de impacto para a população. Muitos se perguntavam por que o país tinha tantas mortes e casas destruídas, enquanto em outros lugares com terremotos de mesma intensidade, as consequências trágicas eram bem menores. Nisso, segundo a reportagem do jornal *Le Nouvelliste*, se revelava a incompetência e a inaptidão privada e governamental do país de lidar com problemas de tais dimensões. Como a mesma relatou: “Centenas de milhares de pessoas morreram porque nada foi feito para protegê-las.” (DÉBLAYER..., 2010, tradução nossa).

Na esfera de obras de edifícios, por exemplo, o país não possuía código de construção, engenheiros não se importavam com a segurança dos edifícios, e funcionários públicos emitiam licenças de construção sem sequer verificar corretamente. Além disso, 70% das casas da capital não tinham apoio técnico de arquiteto ou engenheiro durante a construção (DÉBLAYER..., 2010).

Na imprensa internacional foi recorrente a afirmação da dificuldade de escoar a ajuda internacional. Remédios, comida, água, tendas, cobertores... tudo parecia se acumular no aeroporto de uma cidade já por si só caótica, e agora absolutamente sumida no caos pós-terremoto. (THOMAZ, 2010, p. 11).

Inegavelmente o Estado é o principal responsável por seus territórios e problemas. Na configuração que o país estava, de constante presença internacional há um longo tempo, revelou-se que o mesmo não conseguiu melhorias suficientes, o que evidencia-se aí a incapacidade da comunidade internacional de reforma nesse setor. Segundo Thomaz (2010, p. 11), “[...] atribuir ao Haiti a responsabilidade pela ausência de ação das organizações internacionais deve ser considerado um exercício de cinismo, má-fé ou, na melhor das hipóteses, pura e simples ignorância.”, pois as organizações estavam ali presentes, há anos, com a responsabilidade de melhorar essa condição e dar a assistência necessária.

A incapacidade do Estado haitiano - continuada mesmo após a presença internacional - então refletia-se com essa tragédia, que revelava uma complexa situação para o mundo.

Um Estado haitiano, com bases democráticas modernas e funcionais, era uma grande necessidade para aquela situação. Uma reforma real era necessária para a efetivação de um país nesses moldes, com capacidade de lidar com tragédias como essa, que não bastava somente com a assistência humanitária. Como narrou Dumas (2010, tradução nossa): “[...] o complexo militar-humanitário não pode substituir um estado perto do colapso.”.

Michell Martelly assumia a presidência do país em maio de 2011, e a MINUSTAH continuava a sua dita missão de tentativa de reconstrução do Estado, ainda composta por maioria em componente militar. Mas muito era necessário ser revisto e melhor coordenado para a atuação naquele país, que ainda carecia de recursos, coordenação política, instituições fortes, e população com condições dignas de vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Comunicação social é um meio essencial para as operações de paz difundirem seu discurso diante de um país, para apresentar uma imagem ideal, propagar suas informações, como forma de auxiliar a consecução de seus objetivos. O Haiti foi um exemplo de um país que teve a interferência da comunidade internacional por meio da missão de paz MINUSTAH, que utilizou a comunicação social para atingir seus fins.

A comunicação social era fundamental para a intervenção naquele país, que tem um histórico de aversão a estrangeiros, por conta da permanente ingerência externa. Essas intervenções, iniciadas com a chegada de Cristóvão Colombo, permaneceram por toda a história do país, mesmo com a independência conquistada diante das tropas de Napoleão, em 1804, que provocou revolta da França, que tinha perdido uma grande colônia para negros desvalorizados. Logo, uma série de invasões, ocupações, agressões e embargos sucederam naquele território. E o país seguiu seu curso de forma turbulenta, instável, com grandes problemas internos e nas suas relações externas, tornando-se o país mais pobre das Américas.

A MINUSTAH, que iniciou sua presença no país no ano de 2004 com a declarada intenção de reconstrução do país, seria assim uma suspeita para os haitianos, que possui, em grande parte, condições miseráveis de vida, em um Estado conturbado politicamente, sem capacidade de oferecer assistência digna à população em questões como saúde, educação, moradia, emprego, entre outras.

A Missão de paz, composta por militares, civis e policiais, buscou conquistar a população haitiana ao longo dos anos em que atuou, usando como um dos meios a comunicação social. As seções responsáveis buscavam produzir mensagens de acordo com os interesses, prioridades e fases da Missão, adequadas ao público alvo; difundindo-as em seus canais midiáticos, projetos, centros de multimídia e associações, com fins de fornecer informações e principalmente construir uma imagem favorável perante o público.

No entanto, a apreensão desse público-alvo não pode ser considerada de forma passiva, ingênua. Os sujeitos avaliam e interpretam as mensagens “[...] segundo o que elas representam no contexto de uma dada compreensão ou de cada circunstância, indissociável da relação homem, natureza, linguagem e cultura, observador e coisa observada.” (OLIVEIRA, 2009, p. 13). Os sentidos dessas mensagens devem ser vistos assim, como um fenômeno complexo e mutável, dependentes do processo de recepção, interpretação e reinterpretação do público, situado em seu respectivo contexto (THOMPSON, 2002).

Logo, são necessários cuidados específicos no emprego da comunicação para a população local. A mesma possui atores relevantes e características próprias que devem ser levadas em consideração durante o planejamento e atuação da Missão. Para uma organização ou instituição alcançar seu objetivo de transmitir uma imagem favorável é necessária, então, a elaboração de uma representação capaz de atingir os receptores no meio social em que atua.

A palavra pela qual o porta-voz anuncia uma vontade, um projeto, ou muito simplesmente, um porvir a um grupo, faz o que ela diz na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material [...] (BOURDIEU, 1989, p. 187).

Uma operação de paz necessita de apoio, compreensão e cooperação do público para a boa realização de suas atividades. Segundo o “Manual de Campanha Comunicação Social” do Exército Brasileiro, “[...] a percepção da imagem influi nas atitudes e nas reações dos diferentes públicos em relação à Missão e às atividades do Exército.” (BRASIL, 2009, p. 2-12). Logo, uma boa estratégia de comunicação social, capaz de conquistar os diferentes públicos haitianos se constituía como essencial, visto que era um fator influente na atitude e visão da população com a MINUSTAH. Uma apatia ou oposição de atores no país era um fator desfavorável para a execução da mesma.

A mídia haitiana era um dos principais receptores e reprodutores dos produtos de comunicação social da MINUSTAH.

Os canais de mídia utilizados como fontes (jornais *Le Nouvelliste*, *Haiti en Marche*, e agência de notícias *Alterpresse*), reagiram de diferentes formas em relação à MINUSTAH ao longo dos anos. Observamos de forma geral, que, na primeira fase, a imagem da Missão não era apresentada de forma boa pela mídia haitiana. O período apresentava-se muito conturbado para o país, gerando muitas críticas para a MINUSTAH, que transparecia não apresentar capacidade perante aos grandes problemas haitianos. A mídia haitiana criticava, por exemplo, a insegurança presente no Haiti, com os constantes ataques e conflitos dos haitianos direcionados, em grande parte, à MINUSTAH, em retaliação às suas operações, que muitas vezes se utilizava da força e brutalidade. Outra crítica era para a não prioridade, pela Missão, do desenvolvimento socioeconômico do país, que apresentava altos índices de fome e pobreza, com necessidades reais de foco.

Na segunda fase a imagem foi um pouco melhor apresentada. Com uma maior atenção na reconstrução do Estado, e atuando diante de um representante legítimo, maiores progressos eram considerados para a MINUSTAH. Na segurança, por exemplo, a mídia exibia maiores êxitos, com a reforma da polícia nacional haitiana e o programa de redução de violência nas

comunidades, gerando benefícios na sociedade. No entanto, muitas críticas ainda permaneciam. Um dos casos era para a reforma do sistema judicial e penitenciário, em que a mídia retratava que os setores não avançavam na prática, apesar dos ditos esforços apresentados pela Missão.

Na terceira a imagem não voltou a ficar boa de certa forma. O terremoto gerou um grande impacto para o país, em que, apesar do auxílio da comunidade internacional, não demonstrava grandes melhorias ao longo do ano de 2010. Em decorrência disso, a mídia haitiana criticava a MINUSTAH, Governo haitiano, e demais atores, na deficiência da coordenação das atividades e falta de fundos para a assistência humanitária. Os canais apresentavam o aparente ritmo lento de reconstrução do país, com a predominância de escombros e vítimas vivendo em acampamentos improvisados, mesmo após um ano da tragédia.

No geral, e no período analisado, os três canais, foram críticos com os discursos que a Missão apresentava. Verificamos que pouco foi reproduzido pelos jornais *Le Nouvelliste*, *Haiti en Marche* e agência de notícias *Alterpresse* da mesma forma que a MINUSTAH divulgou. Logo, no processo de recepção e reprodução, o discurso da MINUSTAH foi reformulado por parte desses canais de mídia.

Por outro lado, o próprio discurso da Missão admitia os problemas enfrentados. No entanto, eles não eram demonstrados em detalhes e da mesma forma, que a mídia do país apresentava. Na realidade, em muitos dos problemas apresentados, o discurso da MINUSTAH indicava possíveis soluções ou medidas que se encontravam em andamento. Ou seja, a Missão de paz apresentava os resultados positivos e se esforçava para indicar que os problemas tinham solução e estavam sendo tratados nesse sentido, enquanto que a mídia focava nos problemas da MINUSTAH e seus resultados.

Com relação à MINUSTAH, observamos que o setor de segurança, foi o que apresentou conquistas mais significativas. Com as operações militares e policiais, aliadas à reforma e desenvolvimento da Polícia Nacional Haitiana, ao Programa de Redução de Violência nas Comunidades⁷⁸, sendo adaptados ao longo dos anos, a Missão conseguiu levar um quadro melhor para esse setor. A maior parte das gangues armadas foram derrotadas, áreas de grande perigo também pacificadas, e a Polícia Nacional Haitiana teve um desenvolvimento e conquistou melhor imagem perante a população. Projetos e planos ligados à promoção de paz e geração de empregos também foram empreendidos. No entanto, o país

⁷⁸ Derivado do programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração.

ainda tem inúmeros problemas, como a pobreza extrema que faz com que muitos haitianos continuem ligados à criminalidade e violência em razão de não ter alternativas de vida.

Na esfera dos direitos humanos, a MINUSTAH também atuou com direcionamento às instituições judiciárias e penitenciárias, bem como para organizações relacionadas aos direitos humanos, com foco principalmente nas classes mais vulneráveis. Por meio de treinamento, profissionalização, campanhas de informação, assessorias, elaboração de leis, promoção de fóruns, desenvolvimento de instituições, projetos e operações, conseguiu alguns progressos ao longo dos anos. Mas a situação ainda continuou difícil até o período estudado, com a impunidade imperando, prisões em situação crítica, e mulheres e crianças sendo grandes vítimas da violência sexual, por exemplo. Nesse eixo, observamos que muitos dos problemas tinham relação não só com a pobreza e deficiência do Estado, mas também com o conturbado desenvolvimento histórico haitiano, que propiciou uma cultura com traços de machismo, rivalidade, opressão e exploração, nas esferas política e social. Diante disso, as crianças e mulheres eram constantemente oprimidas e exploradas, com o menosprezo de uma sociedade. O problema era então de uma dimensão complexa, com necessidade de reformas mais profundas.

No setor de política, as eleições revelavam-se fundamentais na visão da ONU para aquele país. A Organização somou esforços, conseguindo formar o Conselho Eleitoral Provisório, promover iniciativas no âmbito do diálogo nacional, bem como fornecer auxílios de segurança, técnica, logística e administrativa para os processos. Os mesmos foram realizados, o que demonstrava êxito para um país que tinha um cenário político conturbado, sem uma efetiva tradição democrática, ao longo de sua história. No entanto, muitos problemas passaram durante a realização dos processos. O característico antagonismo político haitiano, somado à insegurança do país, insatisfação da população, problemas nas instituições do Estado e na logística para a realização dos processos permaneceram.

Nas áreas de desenvolvimento e assistência humanitária, projetos e ações em áreas como produção, alimentação, saúde, geração de empregos, educação, infraestrutura, foram realizados. A economia haitiana, com o auxílio da comunidade internacional, conseguiu em determinados períodos índices de melhoria no PIB e inflação, bem como alguns haitianos ganharam com esses projetos. Mas a dependência externa, as más condições socioeconômicas, o desemprego, a fome, a mortalidade infantil e materna, o analfabetismo, entre outros fatores, continuaram para grande parte da população.

Sem dúvidas, a quantidade de metas da ONU eram muitas, da mesma forma que os problemas do Estado haitiano.

Mas, percebemos, ao longo da análise, problemas no formato de atividades da Missão, que acabaram dificultando que êxitos maiores pudessem ser obtidos. Muitas das ações e projetos não levavam em consideração a realidade e a cultura haitiana adequadamente, e eram executadas como dentro de um “padrão” da ONU. Além disso, houve a predominância de militares com a permissão do uso da força, a qual, por vezes, não se mostrava favorável ou necessária em muitas das ações, e se constituía para muitos haitianos, como algo contestável.

Após a primeira fase, conseguida a manutenção de segurança no país, a necessidade era claramente na reconstrução e desenvolvimento. Logo, uma presença maior de civis e atividades mais adaptadas à realidade haitiana seria ideal. Mas quem definia isso eram os atores relacionados à Missão de paz, oriundos das Nações Unidas.

Como Seintenus relatou em uma matéria de jornal brasileiro:

A culpa é de muita gente. É dos países doadores que preferem concentrar recursos na manutenção da segurança, é da história da ONU, que vê esses conflitos essencialmente sob a ótica militar e é também da fraqueza dos países do sul que não conseguem convencer os doadores de que a questão social está na raiz dos problemas de segurança. (FALSA..., 2008, p. 28).

A MINUSTAH é uma operação complexa que tem como grande objetivo a construção de um novo Estado no Haiti. Contudo, além desse fim de auxílio, há uma série de interesses, poder e disputa entre esses sujeitos que circundam a Missão.

O Brasil, por exemplo, é questionado sobre a participação com a intenção de conseguir um assento permanente no Conselho de Segurança. Já os Estados Unidos por fins de interesse político para evitar a emigração haitiana e usufruir de mão de obra barata. Dupuy indica que, na ocasião do terremoto, por exemplo, a forte presença militar americana se devia pelo temor de fuga em massa dos haitianos para seu território, tendo em vista a situação de catástrofe que o país se encontrava, e a indicação de que a polícia nacional e a ONU não conseguiriam manter a ordem sozinhos (SANCHEZ, 2010).

A desconfiança do haitiano para com a MINUSTAH, ao longo desses anos, não provinha somente de seu contexto histórico, mas de fatores e problemas ligados a ela ao longo do tempo, como os casos de abuso de integrantes de força de paz e o surto da cólera (ROCCHI, 2014). A imagem da operação de paz depende também das atitudes de seu pessoal.

Os integrantes das operações devem tentar reproduzir suas mensagens de forma boa e convincente, e ter uma relação boa com o público que interage.

Os diversos produtos de comunicação social analisados durante a pesquisa indicam o esforço e prioridade da MINUSTAH em utilizar a ferramenta, cuja boa atividade poderia beneficiar a Missão na manutenção de uma imagem favorável perante a população, e contribuir para difusão de informações essenciais. No entanto, as críticas das ações e inações da Missão, e não replicação das notícias produzidas pela MINUSTAH por parte dos três canais de mídia haitianos estudados indicam, no geral, que as dinâmicas de comunicação social da ONU se mostraram limitadas no país.

A imagem da MINUSTAH apresentada pelos três canais não foi, em geral, tão satisfatória e conveniente. Essa era formada não só com a recepção e interação sobre as atividades e informações da Missão, mas também com a ideologia desses canais. Logo não podemos considerar suas notícias sobre a MINUSTAH e seus programas, como livres, neutras e desinteressadas diante de seu público receptor, que também recebia mensagens de outras fontes e via as atitudes do pessoal da Missão, constituindo assim sua opinião sobre ela.

A observação dos canais da mídia haitiana em relação ao discurso da MINUSTAH foi restrita a dois jornais e uma agência de notícias. Logicamente, a análise de outros canais, direcionados a outros públicos dentro do país permitiria uma conclusão mais abrangente da imagem da operação de paz no país e, conseqüentemente, concluir melhor sobre o sucesso ou não da comunicação social da MINUSTAH.

No entanto, as fontes utilizadas permitiram cumprir o objetivo proposto pela pesquisa de compreender melhor a missão de paz no Haiti, como ela utilizou a comunicação social em prol de seus objetivos e como parte da mídia haitiana retratou a operação de paz.

A MINUSTAH, prorrogando seu mandato ao longo dos anos, continuou sua presença no país, estando até os dias atuais (2017). Apesar dos problemas, não podemos desconsiderar os progressos conseguidos com as ações da Missão. A presença da ONU foi importante para conter a violência e proporcionar mudanças políticas, sociais e econômicas no país, que apresentava um quadro crítico, de convulsão social, no início de 2004. Fica claro, então, a fundamental importância da intervenção de uma organização internacional como a ONU para um país como o Haiti. Mas, fica claro também que a ONU tem limitações e sozinha não garante uma paz e desenvolvimento sustentáveis. Logo, a comunidade internacional não deve se resguardar, mas sim somar cada vez mais esforços com a MINUSTAH e com a ONU em geral no auxílio a países como o Haiti, agindo para a solução de seus problemas.

REFERÊNCIAS:

a) Bibliografia

AGOSTINHO, T. C. *A mídia e o Exército Brasileiro: Análise da Gestão da Comunicação no caso Terremoto no Haiti*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste – São Paulo - SP – 12 a 14 de maio de 2011.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. Segurança pública e as operações de construção de paz pósconflitos armados. *Estudos sociológicos*, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 429-455, 2012.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Operaciones De Construcción De Paz: El Caso Del Haití*. 2013. Disponível em: <<http://sociologia.studiobam.com.ar/wp-content/uploads/ponencias/514.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. *Gerenciamento de Crises: o terremoto no Haiti*. 1. ed. São Paulo-SP: Porto de Ideias, 2014. v. 1. 250p.

ALDUNATE, Eduardo. *Backpacks full of hope: the UN mission in Haiti*. Canada: Wilfrid Laurier University Press, 2010.

ARAÚJO, M. R. A. de. *A atuação das tropas de paz da ONU no Haiti*. Universidade de Fortaleza. [20--]. Disponível em: <http://www.fa7.edu.br/recursos/imagens/File/direito/ic/iv_encontro/atuacaodastropasdepaz.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2013.

AZEVEDO, B.; OLIVEIRA, C. *Entre o discurso e a ação: Como a ONU precisa superar seus desafios para o crescimento igualitário entre as nações*. 29 out. 2015. Disponível em: <<http://www.fca.pucminas.br/omundo/entre-o-discurso-e-a-acao-como-a-onu-precisa-superar-seus-desafios-para-o-crescimento-igualitario-entre-as-nacoes/>>. Acesso em: 16 nov. 2016.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Thomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRIGAGÃO, Clovis (Ed.). *Haiti: o Brasil e a MINUSTAH. Cadernos GAP Conflitos I*. Rio de Janeiro: FKA/ GAPCON, 2007.

CAVALCANTI, K. B. *Concepções de segurança nas operações de paz: a inserção da segurança humana no caso haitiano (1993/2010)*. 2013. 167f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

CORBELINNI, M. D. *Haiti: da crise à MINUSTAH*. 2009. 155 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Departamento de Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

COSTA, A. F. *Mídia-Recurso para um fim: o caso da operação MINUSTAH no Haiti*. 2014. 137f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2014.

ESCOTO, R. *Construção do Estado e democratização do Haiti: uma análise das intervenções da ONU sob o enfoque da segurança humana (1993-1996 e 2004-2008)*. 2009. 134 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/4933/1/2009_RobertoEscoto.pdf> Acesso em: 01 jun. 2016.

FERNANDES, T. D. C.; OLIVEIRA, T. S.; SANTOS, V. M. S. *A mídia em crises e conflitos internacionais*. [2011?]. Disponível em: <<http://www.sinus.org.br/2011/press/downloads/unesco.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2013.

JOSEPH, Erol. *L'approche <<Ecole Promotrice de la Santé>> en Haïti*. 18 nov. 2008. Disponível em : <https://www.inspq.qc.ca/sites/default/files/jasp/archives/2008/10_30_Erold_Joseph.pdf> . Acesso em: 28 nov. 2016.

KECHNOR, E. J. *El trabajo de la oficina de comunicacion e informacion publica de la MINUSTAH*. 2011. Disponível em < http://www.memoireonline.com/02/12/5327/m_El-trabajo-de-la-oficina-de-comunicacion-e-informacion-publica-de-la-MINUSTAH0.html > . Acesso em: 01 jun. 2016.

LLENDERROZAS, Elsa. *Los incentivos de Argentina, Brasil y Chile para participar en la misión MINUSTAH en Haiti. Su impacto en los mecanismos de cooperación en operaciones de paz*. 2007. 93f. Dissertação (Mestrado em Relações e Negociações Internacionais)- Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais, Universidade de San Andrés em cooperação com a Universidade de Barcelona, Buenos Aires, 2007. Disponível em: <http://flacso.org.ar/wp-content/uploads/2014/06/Disertacion.Elsa._LLenderrozas.03-04.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2016.

MAESTRELLI, R. *Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti: avanços e desafios*. 78 f. Monografia (Bacharel em Direito) - Centro de Ciências Sociais e Jurídicas, Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2010. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Rodrigo%20Maestrelli.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2013.

MARQUES, A. C. S.; SILVA, C. L.. Estratégias comunicativas para a (des)construção da imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. Em *Questão*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 45 - 63, jul./dez. 2009

MARTINS, D. C. G. *Haiti: da independência à utópica democracia*. 2016. 95f. Monografia (Trabalho de Conclusão do Curso de Ciências Sociais)- Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2016.

MATIJASCIC, V. B. *A primeira operação de manutenção de paz das Nações Unidas no Haiti (1995-1996): dos antecedentes ao cumprimento do mandato*. 2008. 109 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2008.

Disponível em: <

http://base.repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96293/matijascic_vb_me_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 20 jun. 2016.

MONTENEGRO, B. M. P. Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (2004-2011): problemas, progressos e desafios. 2013. 117f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP), São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, F. A MÍDIA, O CAMPO, A ORDEM E O DISCURSO: Molduras do Poder Simbólico. In: V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. *Anais...* Salvador: Faculdade de Comunicação/UFBa, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19459.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

RABAÇA, C. A; BARBOSA, G. A. *Dicionário de comunicação*. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

SANTOS, S. J. Media para a paz e peacebuilding: uma crítica à intervenção internacional. *Univ. Rel. Int.*, Brasília, v.8, n.2, p. 137-162, jul/dez. 2010.

ROCCHI, Denise de. Minustah: avanços e desafios 10 anos depois. In: X Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-graduação, 10. , 2014, Porto Alegre. *Anais...*Porto Alegre : Centro Universitário Ritter dos Reis, 2014. Disponível em: <https://www.uniritter.edu.br/uploads/eventos/sepesq/x_sepesq/arquivos_trabalhos/2966/440/461.pdf> . Acesso em: 03 jan. 2017.

SEINTENFUS, Ricardo. Os novos paradigmas da segurança coletiva internacional. In: Sérgio Luiz Cruz Aguilar. (Org.). *Brasil em Missões de Paz*. São Paulo: Usina do Livro, 2005, p. 171-184.

SEITENFUS, Ricardo. A comunidade internacional e a intervenção supostamente humanitária no Haiti: fracassos e descaminhos. In: ALMEIDA, Rafael Salatini de (Org.). *Cultura e Direitos Humanos nas Relações Internacionais- Reflexões sobre direitos humanos*. São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: Oficina Universitária, 2016, p. 91-105.

SEITENFUS, Ricardo. *Haiti dilemas e fracassos internacionais*. 47. ed. Ijuí: Editora da Unijuí, 2014. v. 1. 464p .

SILVEIRA, Carlos Eduardo. O uso abusivo do poder de veto pelos membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, n. 46, out. 2007. Disponível em: < http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2389 >. Acesso em: 16 nov. 2016.

SOUSA, J. P. *Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media*. 2. ed. Porto: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://bocc.unisinos.br/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pesquisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

SOUZA, Luis Adolfo de. As manchetes da tragédia no Haiti. 2010. Disponível em: <<http://wp.clicrbs.com.br/editor/2010/01/14/as-manchetes-da-tragedia-no-haiti/?topo=13,1,1,,77&status=encerrado>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

SUTTER, Christina. Haiti, país mal dito. *Rev. Mal-Estar Subj.*, Fortaleza, v. 10, n. 3, p. 931-950, set. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482010000300011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 03 jan. 2017.

THOMAZ, Omar Ribeiro. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o lougawou. *Novos Estudos- CEBRAP*, São Paulo, n. 86, p. 23-39, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a02.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016

THOMPSON, J. B. *A mídia e a modernidade*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

TORCHIARO, Luciana. *MINUSTAH: una decisión estratégica con implicaciones regionales*. Agosto 2007. Disponível em: <http://www.fes-seguridadregional.org/images/stories/docs/4110-001_g.pdf> Acesso em: 20 jul 2016.

VALENTE, A. M. A; CASTRO, M. G. P. A necessidade de manutenção das tropas da ONU no Haiti. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, 19 set. 2016. Disponível em: <<https://pucminasconjuntura.wordpress.com/2016/09/19/a-necessidade-de-manutencao-das-tropas-da-onu-no-haiti/>> . Acesso em: 09 dez. 2016.

VERENHITATCH, G. D. *A MINUSTAH e a política externa brasileira: motivações e conseqüências*. 2008. 122 f. Dissertação (Mestrado em Integração latino Americana) – Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2008.

VIANA, Suhayla Mohamed Khalil. A MINUSTAH e a participação brasileira. *Revista Senso Comum*, n. 1, 2009, p. 22-37.

VICENTE, Maximiliano Martin. *História e comunicação na nova ordem internacional*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

VOLCIC, Z.; DZIHANA, A. Introduction: Towards Peace Journalism. *Media and national ideologies- Analysis of reporting on war crime trials in the former Yugoslavia*. Bosnia-Herzegovina: Sarajevo, 2011.

WEBER, M. H. O estatuto da Imagem Pública na disputa política. *ECO-Pós*, v.12, n.3, p.11-26, setembro-dezembro 2009.

b) Fontes documentais :

ALPHONSE, R. Haïti : les violations des droits de l'homme se poursuivent... *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 14 oct. 2005. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/21682/Haiti-les-violations-des-droits-de-lhomme-se-poursuivent#sthash.CIjmDCE2.dpuf>>. Acesso em: 26 nov. 2016.

ALTERPRESSE. Situation préoccupante des enfants d'Haïti, selon le rapport mondial de l'UNICEF. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 23 févr. 2005. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/16308/Situation-preoccupante-des-enfants-dHaïti-selon-le-rapport-mondial-de-lUNICEF#sthash.a6vL3TkD.dpuf>> . Acesso em: 26 nov. 2016.

AMNESTY INTERNATIONAL. *Lutter contre la pauvreté et la violence*- protéger les mineures employées de maison en Haiti. Oct. 2009. Disponível em: <<https://www.amnesty.be/IMG/pdf/amr360042009fra.pdf>> . Acesso em: 08 dez. 2016.

AMRE. Mensagem n. 00069 da Embaixada Brasileira em PORTO PRÍNCIPE. 24 jan. 2010.

AN N vaise ou comment fêter les six mois du séisme. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 09 juil. 2010. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/article/81208/an-n-vaise-ou-comment-feter-les-six-mois-du-seisme#sthash.fJ0mvita.dpuf>> . Acesso em: 30 dez. 2016.

APRÈS le séisme, la pluie tue. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 03 mars 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/78469/apres-le-seisme-la-pluie-tue>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

BERNARD, Lucien Jean. L'Analphabétisme : véritable obstacle au Développement économique et social d'un pays. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 17 sept. 2007. Disponível em : < <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/48244/LAnalphabetisme-veritable-obstacle-au-Developpement-economique-et-social-dun-pays#sthash.v1DeSKW4.dpuf>> . Acesso em: 16 dez. 2016.

BERNARD, Robenson. Promouvoir la santé scolaire. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 24 mai. 2005. Disponível em : < <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/18109/Promouvoir-la-sante-scolaire>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

BRASIL. Gabinete de Segurança Institucional; Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais. *IV Reunião de estudos: Operações de paz*. Brasília, DF, 2005.

BRASIL. Ministério da defesa; exército brasileiro; estado-maior do exército. *Manual de Campanha Comunicação social*. C- 45. 1. ed. 2009.

BRITO, Suzana. Ocupação no Haiti é agressão imperialista. *A Nova Democracia*. Ano VII, n. 50, fev. de 2009. Disponível em: < <http://anovademocracia.com.br/no-50/2040-ocupacao-do-haiti-e-agressao-imperialista>>. Acesso em 23 nov. 2016.

CAROIT, Jean Michel. Haïti confrontée à une nouvelle vague de violences. *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XIX, n. 50, p. 8, 11-17 janv. 2006.

CARAIBES, Claude Bernard Sérant Panos. Les femmes haïtiennes risquent la mort pour donner la vie. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 sept. 2009. Disponível em: < <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/74199/Les-femmes-haitiennes-risquent-la-mort-pour-donner-la-vie>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

CCCOMSEX. A Paz do Brasil para o Haiti. *Revista Verde- Oliva*, Brasília- DF, ano 31, n. 181, p. 15-19, Ab/mai/jun de 2004.

CCOMSEX. O Ministério da Defesa e as operações de paz. *Revista Verde- Oliva*, Brasília-DF, ano 37, n. 202, p. 20-21, especial, out/ 2009.

CENTRE MULTIMEDIA MINUSTAH. Newsletter. Haiti, 1 feb. 2008. Disponível em: <http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/FD6C0894C6CAA42C12574090039EA15-Full_Report.pdf> Acesso em: 05 jul. 2016.

CFHCI. Après les émeutes de la faim. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 11 juil. 2008. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/59680/Apres-les-emeutes-de-la-faim>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CINCIR, A. « La PNH, un véritable creuset » . *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 juin 2010. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/80447/La-PNH-un-veritable-creuset>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

DAUDIER, Valéry. Des manifestations qui n'en finissent pas. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 25 mai 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/79921/des-manifestations-qui-nen-finissent-pas>>. Acesso em: 29 dez. 2016.

DÉBLAYER, construire, et quoi encore? *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 30 janv. 2010. Disponível em:<<http://lenouvelliste.com/article/78079/deblayer-construire-et-quoi-encore>> . Acesso em: 26 dez. 2016.

DES ACTIONS de l'ONU pour << proteger les sinistrés>>. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 12 avril 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/78904/des-actions-de-lonu-pour-proteger-les-sinistres>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

DES ÉLECTIONS sans électeurs. *Haiti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XXIII. n. 13, p. 1,4,6 ; 29 avril-05 mai 2009.

DESTINE, John Walter. La PNH se rapproche-t-elle de la population ? *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 11 janv. 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/77806/La-PNH-se-rapproche-t-elle-de-la-population>>. Acesso em: 03 dez. 2016.

DUMAS, Pierre-Raymond. Des dizaines de Centre d'Accueil pour les enfants de rue. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 14 janv. 2005. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/15419/Des-dizaines-de-Centres-dAccueil-pour-les-enfants-de-rue>>. Acesso em: 27 nov. 2016.

DUMAS, Pierre-Raymond. La PNH: à éradiquer ou à réformer? *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 17 mars 2006. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/24717/La-PNH-a-eradiquer-ou-a-reformer>> . Acesso em: 02 dez. 2016.

DUMAS, Pierre-Raymond. La Coupe du Monde, UNE THÉRAPIE. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 09 juin 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/80335/la-coupe-du-monde-une-therapie#sthash.eylO9SFm.dpuf>>. Acesso em: 29 dez. 2010

DUPLAN, Sherline Chanlatte; BEAUBRUN, Wanzor. Le CSPN aux Gonaïves pour une visite d'évaluation. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 27 juin 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/45335/Le-CSPN-aux-Gonaives-pour-une-visite-devaluation>> . Acesso em: 04 dez. 2016.

EARLY, E. A. *Research media- MINUSTAH*. [mensagem pessoal] Mensagem recebida por: <minustah-mpio-deputy@un.org>. em: 11 nov. 2013.

ÉLECTION...Perplexité des citoyens. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 18 avril 2005. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/17258/ELECTION-Perplexite-des-citoyens>> . Acesso em: 28 nov. 2016.

90.000 EMPLOIS au moins ont disparu. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 05 mars 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/78517/90000-emplois-au-moins-ont-disparu>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

EST-CE le désarmement qui a commencé ? *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XVIII, n. 43, p. 1,5; 24-30 nov. 2004.

FALSA guerra rende salários mais altos. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 12 out. 2008. Internacional, p. 28.

FIDH. *Haïti- Quels lendemains pour une transition manquée*. Rapport- Mission d'enquête internationale. N. 430. Oct. 2005. Disponible em: <https://www.fidh.org/IMG/pdf/Haiti_430fr.pdf> . Acesso em: 26 nov. 2016.

FORTIN, Isabelle; PIERRE, Yves-François. *Haïti et la reforme de la Police Nationale d'Haïti*. L'Institut Nord-Sud. Déc. 2008. Disponible em: <<http://www.nsi-ins.ca/wp-content/uploads/2012/10/2008-Haiti-et-la-reforme-de-la-PNH.pdf>> . Acesso em: 13 dez. 2016.

GEFFRARD, Robenson. Préval souhaite le départ de la MINUSTAH. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 19 nov. 2008. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/64369/Preval-souhaite-le-depart-de-la-MINUSTAH>> . Acesso em: 17 dez. 2016.

GEFFRARD, Robenson. « La prison ne permet pas la réinsertion sociale ». *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 11 déc. 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/76836/La-prison-ne-permet-pas-la-reinsertion-sociale>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

GEFFRARD, Robenson. La PNH satisfaite de son bilan en 2009 ! *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 07 janv. 2010. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/77722/La-PNH-satisfaite-de-son-bilan-en-2009>> . Acesso em: 03 dez. 2016.

GARY, Cyprien L. Après la faim, le chaos. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 10 avril 2008 . Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/56338/Apres-la-faim-le-chaos>>. Acesso em: 14 dez. 2016.

GARY, Cyprien L. Investir dans les femmes est un choix avisé. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 09 juil 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/71950/Investir-dans-les-femmes-est-un-choix-avise>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

GONAIVES ou le Deluge. *Haiti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XVIII. n. 35, p. 1,4,5,6 ; 29 sept.- 06 oct. 2004.

GUIGUÈRE, A. *La situation actuelle en Haïti dans le cadre de la Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH)*. 2009. Disponible em :<<http://www.cms.fss.ulaval.ca/recherche/upload/hei/fichiers/haiti.pdf>> . Acesso em: 14 dez. 2016.

HAÏTI. Concertation Nationale contre les violences faites aux femmes. *Plan National de Lutte contre les Violences Faites aux Femmes: Prévention, Prise en Charge et Accompagnement des Victimes de violences spécifiques faites aux femmes, 2006-2011*. Nov. 2005. Disponible em : <<https://potofi.files.wordpress.com/2011/08/haiti-plan-national-de-lutte-contre-les-violences-faites-aux-femmes.pdf>> . Acesso em: 10 dez. 2016.

HAÏTI : Des forums de discussion pour sensibiliser la population sur les prochaines élections municipales et territoriales. *Alterpresse*, Port-au-Prince, 10 nov. 2006. Disponible em : <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article5346#.WFBdrtUrLIU>> . Acesso em: 13 dez. 2016.

HAÏTI: Plaidoyer pour les femmes dans la sphère politique. *Alterpresse*, Port-au-Prince, 29 août 2009. Disponible em: <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article8690#.WHgxYFUrLIV>> . Acesso em: 12 dez. 2016.

HAÏTI: le problème est la "coordination" de l'aide. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 19 janv. 2010a. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/77930/haiti-le-probleme-est-la-coordination-de-laide>>. Acesso em: 23 dez. 2016.

HAÏTI: le gouvernement appelle les donateurs à concrétiser leurs promesses. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 24 janv. 2010b. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/78001/haiti-le-gouvernement-appelle-les-donateurs-a-concretiser-leurs-promesses>> . Acesso em: 24 dez. 2016.

HAÏTI: l'aide internationale s'améliore mais connaît toujours des ratés. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 11 févr. 2010c. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/78256/haiti-laide-internationale-sameliore-mais-connaît-toujours-des-rates>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

HAÏTI: un mois après le séisme, une crise politique se dessine. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 14 févr. 2010c. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/78286/haiti-un-mois-apres-le-seisme-une-crise-politique-se-dessine>> . Acesso em: 27 dez. 2016.

HAÏTI: l'ONU diffuse des spots à la radio pour éviter les viols. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 25 mars 2010d. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/78744/haiti-lonu-diffuse-des-spots-a-la-radio-pour-eviter-les-viols#sthash.Oai1KR2x.dpuf>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

HAÏTI : l'épidémie de choléra pourrait venir des casques bleus. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 08 nov. 2010e. Disponible em: <http://lenouvelliste.com/article/85390/haiti-lepidemie-de-cholera-pourrait-venir-des-casques-bleus#sthash.10c5aiIA.dpuf> . Acesso em: 31 dez. 2016.

HAÏTI : un an de calamités depuis le séisme. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 07 janv. 2011. Disponible em: <http://lenouvelliste.com/article/87535/haiti-un-an-de-calamites-depuis-le-seisme#sthash.4aIokFpf.dpuf> . Acesso em: 31 dez. 2016

HAÏTI-ÉLECTIONS: Publication de résultats partiels pour les dernières municipales et locales. *Alterpresse*, Port-au-Prince, 11 déc. 2006. Disponible em: <http://www.alterpresse.org/spip.php?article5468#.WHGB8VUrLIU> . Acesso em: 07 dez. 2016.

HAÏTI/JUSTICE : Des Journalistes mobilisés aux Gonaïves. *Alterpresse*, Port-au-Prince, 21 mai 2007. Disponible em: http://www.alterpresse.org/spip.php?article6026#.WEPE_dUrLIV . Acesso em: 04 fev, 2016.

HAÏTI-POLICE: Ouverture de la 22 éme promotion. *Haiti Libre*, 06 sept. 2010. Disponible em : <http://www.haitilibre.com/article-1122-haiti-police-ouverture-de-la-22-eme-promotion.html> . Acesso em: 04 jan. 2017.

HAÏTI-SÉISME: plus de 300.000 personnes ont reçu des tentes. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 22 févr. 2010. Disponible em: <http://lenouvelliste.com/article/78385/haiti-seisme-plus-de-300000-personnes-ont-recu-des-tentes#sthash.ctWjAT1p.dpuf> . Acesso em: 27 dez. 2016.

IHE. *RAPPORT UNGSS*. 2005. Disponible em: http://data.unaids.org/pub/Report/2006/2006_country_progress_report_haiti_fr.pdf . Acesso em: 28 nov. 2016.

INFOASAIID. *HAITI- Media and Telecoms Landscape Guide*. London, 22 oct. 2012. Disponible em: <http://www.cdacnetwork.org/tools-and-resources/i/20140613150126-exazz> >. Acesso em: 15 jun. 2016.

INTERNEWS. *When information is a lifeline: the Role of Local Media in Humanitarian Crises*. 2013. Disponible em: <http://www.internews.org/our-stories/news/when-information-lifeline-role-local-media-humanitarian-crises>>. Acesso em: 02 fev. 2013.

JÉRÔME, Jean Pharès. Les enfants : victimes et agresseurs. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 28 juin 2005. Disponible em: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/18795/Les-enfants-victimes-et-agresseurs.html> . Acesso em: 27 nov. 2016.

JÉRÔME, Jean Pharès. Renforcer le système de défense des droits de l'Homme en Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 09 mai 2006. Disponible em: <http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/29143/Renforcer-le-systeme-de-defense-des-droits-de-lHomme-en-Haiti#sthash.EbzMaQIc.dpuf> . Acesso em: 26 nov. 2016.

JÉRÔME, Jean Pharès. Les oubliés du Pénitencier national. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 26 oct. 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/50263/Les-oublies-du-Penitencier-national>>. Acesso em: 07 dez. 2016.

JOACHIM, D. Le PAM soutient des initiatives au profit des populations vulnérables. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 20 mai 2005. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/18022/Le-PAM-soutient-des-initiatives-au-profit-des-populations-vulnerables>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

JOSEPH, Elizias. Pour une participation politique effective des femmes. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 20 août 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/73261/Pour-une-participation-politique-effective-des-femmes>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

JOSEPH, P. A. La PNH compte plus de 600 nouveaux policiers. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 06 nov. 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/50521/La-PNH-compte-plus-de-600-nouveaux-policiers>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

JURA, Lucien. Campagne nationale d'alphabétisation : le grand Nord propulsé. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 26 nov. 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/51164/Campagne-nationale-dalphabetisation-le-grand-Nord-propulse#sthash.UIwklBdT.dpuf>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

LA COMMISSION Justice et Paix exprime son inquiétude. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 25 juin 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/71589/La-Commission-Justice-et-Paix-exprime-son-inquietude#sthash.HKcFkwrF.dpuf>> . Acesso em: 03 dez. 2016

LA FEMME haïtienne, les discriminations et le Droit international des femmes. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 26 juin 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/45410/La-femme-haitienne-les-discriminations-et-le-Droit-international-des-femmes#sthash.X40rX3HB.dpuf>> . Acesso em: 10 dez. 2016.

LA MINUSTAH salue la mobilisation de la population haïtienne contre le kidnapping. *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XXII. n. 20, p. 8, 11-17 juin 2008.

LA MINUSTAH commencera à partir en 2011. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 05 févr. 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/66980/La-MINUSTAH-commencera-a-partir-en-2011>>. Acesso em: 18 dez. 2016.

LA RECONSTRUCTION à l'ordre du jour après un sauvetage miraculeux. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, janv. 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/78060/la-reconstruction-a-lordre-du-jour-apres-un-sauvetage-miraculeux#sthash.19ubT8DQ.dpuf>> . Acesso em: 26 dez. 2016.

LE GOUVERNEMENT Haïtien et l'Ambassade des Etats-Unis en Haïti inaugurent le Boulevard des Américains à Cité Soleil. Communiqué de presse, *Ambassade des États-Unis Port au Prince-Haïti*, 23 nov. 2009. Disponible em: <

<https://french.haiti.usembassy.gov/press-releases-2009/le-gouvernement-hatien-et-lambassade-des-etats-unis-en-hati-inaugurent-le-boulevard-des-amricains--cit-soleil-23-novembre-2010.html>> . Acesso em: 15 dez. 2016.

LE NAVIRE hotel des Nations Unies em Haïti fortement surestimé, selon un expert. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 juin 2010. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/article/80463/le-navire-hotel-des-nations-unies-en-haiti-fortement-surestime-selon-un-expert>> . Acesso em: 30 dez. 2016.

LE NOUVELLISTE. Les Femmes sont Toujours Victimes de Violence. *Institute for justice & democracy in Haiti*. [2008?]. Disponível em: <<http://www.ijdh.org/2009/11/archive/les-femmes-sont-toujours-victimes-de-violence-le-nouvelliste/>>. Acesso em: 11 dez. 2016.

LÉÔGANE ou la destruction totale. *Haïti en Marche*, vol. XXIV, n. 3, p. 13,16; 10-16 févr. 2010.

LE PAM Haïti termine sa mission d'aide aux victimes de l'inondation des Gonaïves. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 18 mars 2005. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/16766/Le-PAM-Haiti-termine-sa-mission-daide-aux-victimes-de-linondation-des-Gonaives>> . Acesso em: 28 nov. 2016.

LES PRINCIPAUX obstacles à la reconstruction d'Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 13 janv. 2011. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/87736/les-principaux-obstacles-a-la-reconstruction-dhaiti#sthash.GVJ7RAkH.dpuf>> . Acesso em: 31 dez. 2016

LES “RESTAVEKS” petits esclaves oubliés d’Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 25 mai 2007. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/43989/Les-Restaveks-petits-esclaves-oublies-dHaiti>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

L'ONU défend son bilan près d'un an après la catastrophe. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 07 janv. 2011. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/87537/lonu-defend-son-bilan-pres-dun-an-apres-la-catastrophe#sthash.G8yLBJFF.dpuf>> . Acesso em: 31 dez. 2016.

MALENGREZ, Maude. Haïti : le pain plus important que les élections. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 03 mars 2005. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/16408/Haiti-le-pain-plus-important-que-les-elections>>. Acesso em: 28 nov. 2016

MÉLODIE. La Minustah risque de devenir un instrument de repression. *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XXII, n. 12, p. 1,5,6 ; 16- 22 avril 2008.

MINUSTAH. *Haiti: La MINUSTAH prend officiellement le relais de la Force multinationale intérimaire*. 01 juin 2004a. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/haiti-la-minustah-prend-officiellement-le-relais-de-la-force-multinationale-int%C3%A9rimaire.>>. Acesso em: 01 jun. 2016

MINUSTAH. *Haiti: Point de presse du Commandant de la Force de la MINUSTAH*. 9 juin 2004b. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/haiti-point-de-presse-du-commandant-de-la-force-de-la-minustah-9-juin-2004>>. Acesso em: 15 jun. 2016

MINUSTAH. PIO/PB/2004. *Haiti: Compte rendu de la conférence de presse du mercredi 24 novembre 2004*. Port-au-Prince, 24 nov. 2004. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-compte-rendu-de-la-conf%C3%A9rence-de-presse-du-mercredi-24-novembre-2004>>. Acesso em : 10 jun. 2016.

MINUSTAH. *Transcription éditée de la Conférence de presse donnée par le RSSG de l'ONU en Haïti et chef de MINUSTAH, Juan Gabriel Valdés*. 08 déc. 2004c. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/transcription-%C3%A9dit%C3%A9e-de-la-conf%C3%A9rence-de-presse-donn%C3%A9e-par-le-rssg-de-lonu-en-ha%C3%AFti-et>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/86/2005. *Séminaire d'information pour les médias haïtiens dans le cadre des élections de 2005*. Port-au-Prince, 25 févr. 2005. Disponible em: <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/pdf/pr86.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/88/2005. *Elections en Haïti : le Représentant spécial échange avec les femmes des partis politiques*. Port-au-Prince, 28 févr. 2005. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/elections-en-ha%C3%AFti-le-repr%C3%A9sentant-sp%C3%A9cial-%C3%A9change-avec-les-femmes-des-partis>>. Acesso em: 17 jun. 2016

MINUSTAH. PIO/PR/117/2005. *Séminaire atelier de renforcement des capacités des journalistes haïtiens sur la sécurité et l'ordre public*. Port-au-Prince, 22 avril 2005. Disponible em: <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/pdf/pr117.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/119/2005. *Fin du séminaire atelier de renforcement des capacités des journalistes haïtiens sur la sécurité et l'ordre public*. Port-au-Prince, 26 avril 2005. Disponible em : <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/pdf/pr119.pdf>>. Acesso em 01 jun. 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/133/2005. *La MINUSTAH met en service une ligne téléphonique «Je Wè Bouch Pale »*. Port-au-Prince, 8 juin 2005. Disponible em : <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/pdf/pr133.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/171/2005. « *Le Réseau des Femmes Candidates pour Gagner* » lance son programme radio « *VOTE FANM* ». Port-au-Prince, 1 sept. 2005. Disponible em : <<http://www.un.org/fr/peacekeeping/missions/minustah/pdf/pr171.pdf>> . Acesso em : 05 jun. 2016.

MINUSTAH. PIO/PR/191/2005. *La MINUSTAH soutient la participation des femmes au processus démocratique en Haïti*. Port-au-Prince, 31 oct. 2005. Disponible em : <<http://reliefweb.int/report/haiti/la-minustah-soutient-la-participation-des-femmes-au-processus-d%C3%A9mocratique-en-ha%C3%AFti>>.. Acesso em: 24 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : La MINUSTAH débute une série d'actions contre l'insécurité*. 5 janv. 2006a. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-minustah-d%C3%A9bute-une-s%C3%A9rie-dactions-contre-lins%C3%A9curit%C3%A9>> . Acesso em: 20 jun. 2016

MINUSTAH. *Haiti : Casques bleus et PNH : ensemble pour sécuriser les élections*. 04 févr. 2006b. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-casques-bleus-et-pnh-ensemble-pour-s%C3%A9curiser-les-%C3%A9lections>> Acesso em: 20 jun. 2016.

MINUSTAH. *LA MINUSTAH en action*. 07 juil. 2006c. Disponible em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/F2148BCAF9EEB5DEC12571BE002F7AD-minustah-hti-07jul.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016

MINUSTAH. *La MINUSTAH en action*. 28 juil. 2006d. Disponible em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/4A498D5B8D82C811C12571D1002D5587-minustah-hti-28jul.pdf>>. Acesso em: 18 maio 2016.

MINUSTAH. *Haiti: La MINUSTAH équipe des écoles aux Gonaïves*. 14 févr. 2007a. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-minustah-%C3%A9quipe-des-%C3%A9coles-aux-gona%C3%AFves>>. Acesso em : 09 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : 17 personnes arrêtées lors d'une opération conjointe MINUSTAH et PNH à Belekou*. 20 févr. 2007b. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-17-personnes-arr%C3%AAt%C3%A9es-lors-dune-op%C3%A9ration-conjointe-minustah-et-pnh-%C3%A0-belekou>> Acesso em: 22 jun. 2016.

MINUSTAH. *Fin de la première phase des opérations de sécurité engagées par les casques bleus et la police haïtienne contre les gangs armés à Cité Soleil*. 1 mars 2007c. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/fin-de-la-premi%C3%A8re-phase-des-op%C3%A9rations-de-s%C3%A9curit%C3%A9-engag%C3%A9es-par-les-casques-bleus-et>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MINUSTAH. *Beaucoup reste à faire pour améliorer l'accès de la population à une eau de qualité en Haïti*. 22 mars 2007d. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/beaucoup-reste-%C3%A0-faire-pour-am%C3%A9liorer-lacc%C3%A8s-de-la-population-%C3%A0-une-eau-de-qualit%C3%A9-en>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : Remise de l'Ecole Nationale de Cité Soleil aux autorités locales*. 25 avril 2007e. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-remise-de-lecole-nationale-de-cit%C3%A9-soleil-aux-autorit%C3%A9s-locales>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : La MINUSTAH construit une poissonnerie à Cité Soleil*. 29 mai 2007f. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-minustah-construit-une-poissonnerie-%C3%A0-cit%C3%A9-soleil>> . Acesso em: 09 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : Manifestation de soutien à la MINUSTAH et à la PNH aux Gonaïves*. 05 juin 2007g. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-manifestation-de-soutien-%C3%A0-la-minustah-et-%C3%A0-la-pnh-aux-gona%C3%AFves>>. Acesso em : 02 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : La MINUSTAH appuie le développement local*. 18 juin 2007h. Disponible em:

< <http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-minustah-appuie-le-d%C3%A9veloppement-local>>. Acesso em: 02 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Le rôle de la femme dans les efforts de paix et de sécurité*. 06 nov. 2007i. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-le-r%C3%B4le-de-la-femme-dans-les-efforts-de-paix-et-de-s%C3%A9curit%C3%A9>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : La MINUSTAH appuie l'agrandissement d'un Centre pour handicapés*. 23 nov. 2007j. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-minustah-appuie-lagrandissement-dun-centre-pour-handicap%C3%A9s>>. Acesso em: 01 jun. 2016 .

MINUSTAH. *Haïti : Pour que cessent les violences faites aux femmes*. 26 nov. 2007k. Disponível em: < <http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-pour-que-cessent-les-violences-faites-aux-femmes>> . Acesso em: 11 dez. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Plus de respect pour les personnes handicapées*. 04. déc. 2007l. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-plus-de-respect-pour-les-personnes-handicap%C3%A9es>>. Acesso em: 17 dez. 2016.

MINUSTAH. *Visite de la DG de l'UNICEF : apprécier l'action en faveur des enfants haïtiens*. 08 janv. 2008a. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/visite-de-la-dg-de-lunicef-appr%C3%A9cier-laction-en-faveur-des-enfants-ha%C3%AFtiens>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haïti / Cayes : L'intégration des handicapés au centre d'un débat*. 31 janv. 2008b. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-cayes-lint%C3%A9gration-des-handicap%C3%A9s-au-centre-dun-d%C3%A9bat>>. Acesso em: 01 jun. 2016

MINUSTAH. *OMS/OPS : « nous sommes engagés à soutenir Haïti »* 13 févr. 2008c. Disponível em: < <http://reliefweb.int/report/haiti/omsops-%C2%AB-nous-sommes-engag%C3%A9s-%C3%A0-soutenir-ha%C3%AFti-%C2%BB>> . Acesso em: 16 dez. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : L'accès à l'eau potable, un droit pour tous !*. 30 oct. 2008d. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-lacc%C3%A8s-%C3%A0-leau-potable-un-droit-pour-tous>>. Acesso em: 09 jun. 2016

MINUSTAH. *Haïti : Pour une meilleure protection des enfants*. 02 juin 2009a. Disponível em: < <http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-pour-une-meilleure-protection-des-enfants>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Le BAL - un service public de justice*. 28 juil. 2009b. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-le-bal-un-service-public-de-justice>>. Acesso em: 06 dez. 2016.

MINUSTAH. *Haïti/Cité Soleil : une nouvelle route pour dynamiser la vie économique*. 02 déc. 2009c. Disponível em: < <http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFticit%C3%A9-soleil-une-nouvelle-route-pour-dynamiser-la-vie-%C3%A9conomique>> . Acesso em: 15 dez. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : pour une société plus égalitaire en matière des Droits de l'Homme*. 11 déc. 2009d. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-pour-une-soci%C3%A9t%C3%A9-plus-%C3%A9galitaire-en-mati%C3%A8re-des-droits-de-lhomme>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

MINUSTAH. *Haiti Earthquake: UN assessment, Special Representative of the Secretary-General Edmond Mulet, Ministerial Meeting on Haiti in Montréal*. 25 janv. 2010a. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/haiti-earthquake-un-assessment-special-representative-secretary-general-edmond-mulet>>. Acesso em: 21 out. 2016

MINUSTAH. *Haïti : Les hôpitaux face à l'urgence*. 01 févr. 2010b. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-les-h%C3%B4pitaux-face-%C3%A0-lurgence>>. Acesso em: 30 out. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : L'exode massif des résidents de Port-au Prince*. 01 févr. 2010c. Disponible em : <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-lexode-massif-des-r%C3%A9sidents-de-port-au-prince>>. Acesso em 30 out. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Edmond Mulet évalue les dégâts à Cité Soleil*. 03 févr. 2010d. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-edmond-mulet-%C3%A9value-les-d%C3%A9g%C3%A2ts-%C3%A0-cit%C3%A9-soleil>> . Acesso em: 31 out. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Artibonite: faire face à la vague de migrants de la capitale*. 19 févr. 2010e. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-artibonite-faire-face-%C3%A0-la-vague-de-migrants-de-la-capitale>>. Acesso em: 31 out. 2016.

MINUSTAH. *Haïti/Séisme : réduire la vulnérabilité des femmes face à la violence*. 27 mars 2010f. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFtis%C3%A9isme-r%C3%A9duire-la-vuln%C3%A9rabilit%C3%A9-des-femmes-face-%C3%A0-la-violence>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Aide alimentaire du PAM, priorité aux plus vulnérables*. 30 mars 2010g. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-aide-alimentaire-du-pam-priorit%C3%A9-aux-plus-vuln%C3%A9rables>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : Pour une meilleure hygiène des déplacés*. 30 mars 2010h. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-pour-une-meilleure-hygi%C3%A8ne-des-d%C3%A9plac%C3%A9s>>. Acesso em: 01 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : La vice-SG de l'ONU visite l'épicentre du séisme*. 13 avril 2010i. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-vice-sg-de-lonu-visite-l%C3%A9picentre-du-s%C3%A9isme>> . Acesso em: 02 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haïti : début de la relocalisation de déplacés du séisme*. 16 avril 2010j. Disponible em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-d%C3%A9but-de-la-relocalisation-de-d%C3%A9plac%C3%A9s-du-s%C3%A9isme>> . Acesso em: 02 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : Aider Léogane à se débarrasser de ses débris !* 21 avril 2010k. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-aider-l%C3%A9ogane-%C3%A0-se-d%C3%A9barrasser-de-ses-d%C3%A9bris>> . Acesso em : 02 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : La UNPol et la PNH ensemble pour sécuriser les camps !* 07 mai 2010l. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-unpol-et-la-pnh-ensemble-pour-s%C3%A9curiser-les-camps>>. Acesso em: 03 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : Edmond Mulet plaide en faveur de la tenue des élections.* 7 mai 2010m. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-edmond-mulet-plaide-en-faveur-de-la-tenue-des-%C3%A9lections>> . Acesso em : 06 nov. 2016.

MINUSTAH. *Les entreprises haïtiennes parmi les victimes du Séisme.* 11 juin 2010n. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/les-entreprises-ha%C3%AFtiennes-parmi-les-victimes-du-s%C3%A9isme>> . Acesso em : 08 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : La RVC réhabilite des canaux d'évacuation dans les quartiers populaires.* 15 juin 2010o. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-rvc-r%C3%A9habilite-des-canaux-d%C3%A9vacuation-dans-les-quartiers-populaires>> . Acesso em: 08 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : La sécurité alimentaire, une priorité pour la FAO.* 23 juin 2010p. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-la-s%C3%A9curit%C3%A9-alimentaire-une-priorit%C3%A9-pour-la-fao>> . Acesso em: 09 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti: Notes du point de presse de la MINUSTAH.* 24 juin 2010q. Disponível em : <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-notes-du-point-de-presse-de-la-minustah-24-juin-2010>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti/Cayes : la violence sexuelle au menu d'une rencontre.* 06 juil 2010r. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/haiticayes-la-violence-sexuelle-au-menu-dune-rencontre>>. Acesso em: 09 nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti : des CTC pour la prise en charge des victimes du choléra.* 12 nov. 2010s. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/ha%C3%AFti-des-ctc-pour-la-prise-en-charge-des-victimes-du-chol%C3%A9ra>> . Acesso em : 14 nov. 2016.

MINUSTAH. *Les élections : un rendez-vous des Haïtiens avec leur avenir, dit Edmond Mulet.* 27 nov. 2010t. Disponível em: <<http://reliefweb.int/report/haiti/les-%C3%A9lections-un-rendez-vous-des-ha%C3%AFtiens-avec-leur-avenir-dit-edmond-mulet>> . Acesso em: 14 Nov. 2016.

MINUSTAH. *Haiti: 6 Months Later.* Port-au-Prince, 2010u.

MINUSTAH. *Centres Multimédia.* Disponível em: <http://minustah.org/?page_id=8692> Acesso em: 10 mar 2013.

MINUSTAH PHOTO. *PNH Training.* 27 abr. 2008. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/minustah/4880542354/> . Acesso em: 20 dez. 2016.

MINUSTAH PHOTO. *Haiti earthquake*. 13 jan. 2010a. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/minustah/4880458162/>> . Acesso em: 04 jan. 2017.

MINUSTAH PHOTO. *Cash for Work UNDP*. 25 jan. 2010b. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/minustah/4882545419/>> . Acesso em: 04 jan. 2017.

MINUSTAH PHOTO. *CVR project*. 02 jun. 2010c. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/minustah/4876410686/>> . Acesso em: 05 jan. 2017.

MINUSTAH PHOTO. *Security operation*. 18 jun. 2010d. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/minustah/4876215750/in/photostream/>> . Acesso em: 05 jan. 2017.

MINUSTAH PHOTO. *Mulet visits Carradeux*. 23 jul. 2010e. Disponível em: <<https://www.flickr.com/photos/minustah/4837816776/>> . Acesso em: 04 jan. 2017.

MINUSTAH: UN renouvellement controversé. *Haiti en Marche*, vol. XXII, n. 40, p. 2,7; 29 oct.-04 nov. 2008.

MOISE, Georges. Réforme judiciaire: une nécessité qui s'impose. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 13 nov. 2009. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/75703/Reforme-judiciaire-une-necessite-qui-simpose>>. Acesso em: 05 dez. 2016.

MONTREAL, F. D. De la violence culturelle à l'insécurité. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 05 déc. 2006. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/33111/De-la-violence-culturelle-a-linsecurite>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

MSF. *Sois Obstetricaux Gratuit- The SOG Program : Examining Haiti's Maternal Health Care Services*. Oct. 2009. Disponível em: <<https://www.aerzte-ohne-grenzen.de/sites/germany/files/attachments/2009-10-haiti-report-maternal-health.pdf>> . Acesso em: 19 dez. 2016.

NACIONES UNIDAS. *Formación de una nueva operación*. Disponível em: <<http://www.un.org/es/peacekeeping/operations/newoperation.shtml>>. Acesso em: 10 dez. 2013.

NELSON, A.; SIGAL, I.; ZAMBRANO, D. *Media, Information Systems and Communications: Lessons from Haiti*. Miami: CDAC, Internews/Knight Foundation, 24 may. 2010.

NELSON, Stevens Valéry. Des violations des droits humains constatées 6 mois après le séisme. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 20 juil. 2010. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/article/81441/des-violations-des-droits-humains-constatees-6-mois-apres-leseisme#sthash.lvtYllvr.dpuf>>. Acesso em: 30 dez. 2016.

NOUVELLES victimes de l'insécurité. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 03 août. 2006. <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/32598/Nouvelles-victimes-de-linsecurite>>. Acesso em: 02 dez. 2016.

OBJECTIF: Gonaïves. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 04 juin 2007. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/44371/Objectif-Gonaives>>. Acesso em: 04 dez. 2016.

PALE, Ann Kite Yo (Let them speak). Best Practice and Lessons Learned in Communication with Disaster Affected Communities: Haiti 2010. Infoasaid, BBC y Internews. 2011.

PAPSECURITÉ. *19è rapport du Programme nationale d'Alphabétisation « Wi mwen kapab »*. 29 oct. 2009. Disponible em: <https://www.papsecurite.com/index.php?option=com_content&view=article&id=79:19e-rapport-du-programme-nationale-dalphabetisation-l-wi-mwen-kapab-r&catid=40:papnews> Acesso em: 16 dez. 2016.

PASMANTIER, Deborah (AFP). Pompiers ou « Casques rouges » : avec Haïti, la réactivité humanitaire en débat. *Le Nouvelliste*, Port-au-prince, 05 avril 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/78809/pompiers-ou-casques-rouges-avec-haiti-la-reactivite-humanitaire-en-debat#sthash.4yNStezH.dpuf>> . Acesso em: 28 dez. 2016.

POUR le renforcement de la brigade des mineurs. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 26 mai 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/70502/Pour-le-renforcement-de-la-brigade-des-mineurs>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

POUR QUE cesse la violence contre les femmes! *MINUSTAH*, 06 mars 2009. Disponible em: <http://www.haiticulture.ch/haiti_violence_contre_les_femmes.html>. Acesso em: 11 dez. 2016.

PRÉVAL évoque la possibilité d'un report des élections législatives. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 28 janv. 2010. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/78052/preval-evoque-la-possibilite-dun-report-des-elections-legislatives#sthash.r7W2Jzil.dpuf>> . Acesso em: 27 dez. 2016.

QUI n'a pas encore reçu? *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 09 févr. 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/78215/qui-na-pas-encore-recu>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

QUI sommes nous? *Alterpresse*. Disponible em:<<http://www.alterpresse.org/spip.php?page=nous>> . Acesso em: 13 dez. 2016

RECENSEMENT des mineurs au Champ de Mars. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 20 avril 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/79067/recensement-des-mineurs-au-champ-de-mars>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RÉGIS, Ary. Haiti-Alphabétisation : Des raisons pour s'engager. *Alterpresse*, Port-au-Prince, 15 juil. 2008. Disponible em : <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article7467#.WFNUR1UrLIV>> . Acesso em: 16 dez. 2016.

RUES encombrées, circulation difficile. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 20 avril 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/79098/rues-encombrees-circulation-difficile>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

RNDDH. *Situation generale des droits humains en Haïti a la veille des elections annonces pour la fin de l'annee 2005*. Juin 2005. Disponible em : <<http://rnddh.org/content/uploads/2012/06/situation-G%C3%A9n%C3%A9ral-des-Droits-Humains-Elections.pdf>> Acesso em: 10 dez. 2016.

RNDDH. *Mineurs en conflit avec la loi : Qu'en est-il de l'interet superieur de l'enfant ?* Nov. 2008. Disponible em : <<http://rnddh.org/content/uploads/2012/04/Rapport-mineurs-2008.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2016.

RNDDH. Haïti-Séisme : Au moins 1053 camps de réfugiés, selon le RNDDH. *AlterPresse*, Port-au-Prince, 05 mars 2010 Disponible em : <<http://www.alterpresse.org/spip.php?article9328#.WFoHIIUrLIU>> . Acesso em: 21 dez. 2016.

SANCHEZ, Giovana. Com 12 vezes mais soldados que o Brasil, EUA usam tática militar no Haiti. *Globo*, 23 jan. 2010 Disponible em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1459182-5602,00-COM+VEZES+MAIS+SOLDADOS+QUE+O+BRASIL+EUA+USAM+TATICA+MILITAR+NO+HAITI.html>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

SAINT-CYR, Guy-Robert. La mission controversée de la communauté internationale en Haïti. *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XIX, n. 20, p. 9, 15-22 juin 2005.

SÉCURITÉ, fourniture de l'aide: "il faut faire bien plus" pour Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 29 janv. 2010. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/78065/securite-fourniture-de-laide-il-faut-faire-bien-plus-pour-haiti#sthash.9hwewN8T.dpuf>> . Acesso em: 26 dez. 2016.

SÉRANT, Claude Bernard. Pour le renforcement de la Brigade de la Protection des Mineurs. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 05 juin 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/70884/Pour-le-renforcement-de-la-Brigade-de-la-Protection-des-Mineurs#sthash.zoFTfSZ2.dpuf>> . Acesso em: 09 dez. 2016.

ST-FLEUR, Jean Max. Les femmes devraient être plus présentes. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 30 avril 2008a. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/56987/Les-femmes-devraient-etre-plus-presentes>> . Acesso em: 10 dez. 2016.

ST-FLEUR, Jean Max. L'alphabétisation : entre l'alpha et l'oméga. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 14 juil. 2008b. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/59671/Lalphabetisation-entre-lalpha-et-lomega>>. Acesso em: 16 dez. 2016.

TIRS ET gaz lacrymogènes lors d'une distribution d'aide. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 24 janv. 2010. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/77991/tirs-et-gaz-lacrymogenes-lors-dune-distribution-daide#sthash.Qp0MhM8K.dpuf>> . Acesso em: 24 dez. 2016.

TOUSSAINT, Joseph Ronald. Gustav, Fay, Hanna, Ike... : quelle leçon retenir pour Haïti et quelle stratégie face à de telles catastrophes ? *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 avril 2009. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/65730/Gustav-Fay-Hanna-Ike-quelle-lecon-retenir-pour-Haiti-et-quelle-strategie-face-a-de-telles-catastrophes#sthash.4Z5m6X9S.dpuf>> . Acesso em: 17 dez. 2016.

TRAFIC d'enfants: traque ingrate à la frontière d'Haïti. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 18 août 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/82642/trafic-denfants-traque-ingrate-a-la-frontiere-dhaiti#sthash.Vm8UlsQr.dpuf>> . Acesso em: 30 dez. 2016.

TROIS JOURS après le séisme, la colère monte à Haïti où l'aide tarde à venir. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 15 janv. 2010. Disponible em : <<http://lenouvelliste.com/article/77850/trois-jours-apres-le-seisme-la-colere-monte-a-haiti-ou-laide-tarde-a-venir>> . Acesso em: 23 dez. 2016.

UN AN après Jeanne, les Haïtiens attendent toujours une aide alimentaire. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 16 sept. 2005. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/20768/Un-an-apres-Jeanne-les-Haitiens-attendent-toujours-une-aide-alimentaire#sthash.YAxI9IIa.dpuf>> . Acesso em: 27 nov. 2016.

UN AN après, Oxfam dénonce la lenteur de la reconstruction. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 05 janv. 2010. Disponible em: <<http://lenouvelliste.com/article/87452/un-an-apres-oxfam-denonce-la-lenteur-de-la-reconstruction#sthash.XS2TToC9.dpuf>> . Acesso em: 31 dez. 2016.

UN AN après le séisme, Haïti se recueille. *Haïti en Marche*, Port-au-Prince, vol. XXIV, n. 52, p. 2,13 ; 19-25 janv. 2011.

UN. Department of Peacekeeping Operations. *Operations handbook on United Nations multidimensional peacekeeping operations*. New York, 2003.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1542 (2004). New: York, 30 Apr. 2004. Disponible em: <[http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542\(2004\)&referer=http://www%20un.org/en/sc/documents/resolutions/2004.shtml&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1542(2004)&referer=http://www%20un.org/en/sc/documents/resolutions/2004.shtml&Lang=E)> . Acesso em: 12 nov. 2015.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2004/698). New York, 30 Aug. 2004. Disponible em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/698>. Acesso em: 24 maio 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2004/908). New York, 18 Nov. 2004. Disponible em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2004/908>. Acesso em: 20 maio 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2005/124). New York, 25 Feb. 2005. Disponible em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2005/124>. Acesso em 06 mar. 2016

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2005/313). New York, 13 May 2005. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2005/313>. Acesso em: 01 maio 2016.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1608 (2005). New York, 22 June 2005. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1608%20\(2005\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1608%20(2005))>. Acesso em: 05 jun. 2015.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2005/631). New York, 06 Oct. 2005. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2005/631>. Acesso em: 01 maio 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2006/60). New York, 02 Feb. 2006. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/60>. Acesso em: 06 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1658 (2006). New York, 14 Feb. 2006. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1658%20\(2006\)](http://www.un.org/es/comun/docs/?symbol=S/RES/1658%20(2006))>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2006/592). New York, 28 July 2006. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/592>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1702 (2006). New York, 15 Aug. 2006. Disponível em: < [http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/1702%20\(2006\)&referer=/spanish/&Lang=E](http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=S/RES/1702%20(2006)&referer=/spanish/&Lang=E)>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2006/1003). New York, 19 Dec. 2006. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2006/1003>. Acesso em: 19 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2007/503). New York, 22 Aug. 2007. Disponível em: < http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2007/503>. Acesso em: 19 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1780 (2007). New York, 15 Oct. 2007. Disponível em: < [http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780\(2007\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1780(2007))>. Acesso em: 15 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2008/202). New York, 26 March 2008. Disponível em: <

http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2008/202>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2008/586). New York, 27 Aug. 2008. Disponível em: <
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2008/586>. Acesso em: 10 mar. 2016.

UN. United Nations Security Council. Resolution 1840 (2008). New York, 14 Oct. 2008. Disponível em: <
[http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840\(2008\)](http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/RES/1840(2008))>. Acesso em: 01 jun. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2009/129). New York, 06 March 2009. Disponível em: <
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2009/129>. Acesso em: 05 jul. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2009/439). New York, 01 Sept. 2009. Disponível em: <
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2009/439>. Acesso em: 01 mar. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2010/200). New York, 22 Feb. 2010. Disponível em: <
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/200>. Acesso em : 01 dez. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2010/446). New York, 01 Sept. 2010. Disponível em: <
http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=S/2010/446>. Acesso em: 01 dez. 2016.

UN. United Nations Security Council. Report of the Secretary General on MINUSTAH (S/2011/183). New York, 06 March 2011. Disponível em: <
<http://www.un.org/es/comun/docs/index.asp?symbol=s/2011/183&referer=/spanish/&Lang=E>
>. Acesso em: 01 dez. 2015.

UN. Office of Internal Oversight Services. Internal Audit Division. *Audit report: public information function in MINUSTAH*. Washington, DC, 29 Mar. 2011. Disponível em: <
http://usun.state.gov/sites/default/files/organization_pdf/167905.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2013.

UN. *Antecedentes*. Disponível em: <
<http://www.un.org/es/peacekeeping/missions/minustah/background.shtml>>. Acesso em: 07 abr. 2016a.

UN. *UN Peacekeeping Operations Fact Sheet*. 31 July 2016b. Disponível em: <
<http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/bnote0716.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2017.

UNIC Rio de Janeiro. *A ONU e a paz*. [2008?]. Disponível em: <<http://www.unicrio.org.br/a-onu-em-acao/a-onu-e-a-paz/>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

UNICEF. *Enfants et femmes victimes de violence sexuelle*. Disponível em: <https://www.unicef.org/haiti/french/protection_9118.htm>. Acesso em: 26 nov. 2016.

UNICEF. *Children in Haiti- One Year After — The long road from relief to recovery*. 07 Jan. 2011. Disponível em <<http://reliefweb.int/report/haiti/children-haiti-one-year-after-long-road-relief-recovery>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

UN RESPONSABLE de média assassiné aux Gonaïves. *Radio Kiskeya*, Port-au-Prince, 17 mai 2007. Disponível em: <<http://www.radiokiskeya.com/spip.php?article3678>> . Acesso em: 04 dez. 2016.

VICTOR, Jean Junior. Carton Rouge à Fanmi Lavalas. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 06 févr. 2009a. Disponível em: <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/67030/Carton-rouge-a-Fanmi-Lavalas>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

VICTOR, Jean Junior. 13 candidates repêches, Fanmi Lavalas écarté. *Le Nouvelliste*, Port-au-Prince, 17 févr. 2009b. Disponível em : <<http://lenouvelliste.com/lenouvelliste/article/67364/13-candidats-repeches-Fanmi-Lavalas-ecarte>> . Acesso em: 15 dez. 2016.

WYCLEF JEAN condamne les kidnappings. *MetropoleHaiti*, Port-au-Prince, 01 avril 2008. Disponível em: <http://www.metropolehaiti.com/metropole/full_une_fr.php?id=13630&action=print> . Acesso em: 13 dez. 2016.

XAVIER, A. I. et al. *A Organização das Nações Unidas*. Coimbra: HUMANA GLOBAL- Associação para a Promoção dos Direitos Humanos, da Cultura e do Desenvolvimento. 2007. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_humana_global_onu.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2015.